

WANDER TORRES COSTA

**PARA ALÉM DA TINTA E DA MADEIRA:
JUVENTUDE RURAL E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL
EM PEDRA DO ANTA - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2010

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C837p
2010

Costa, Wander Torres, 1977-

Para além da tinta e da madeira: juventude rural e preservação patrimonial em Pedra do Anta - MG / Wander Torres Costa. – Viçosa, MG, 2010.

xv, 152f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 136-141.

1. Juventude rural - Pedra do Anta (MG). 2. Patrimônio cultural - Proteção - Pedra do Anta (MG). 3. Política cultural - Pedra do Anta (MG). I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

CDD 22. ed. 305.23098151

WANDER TORRES COSTA

**PARA ALÉM DA TINTA E DA MADEIRA:
JUVENTUDE RURAL E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL
EM PEDRA DO ANTA - MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Extensão Rural, para obtenção do
título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 08 de julho de 2010.



Prof. José Horta Valadares
(Coorientador)



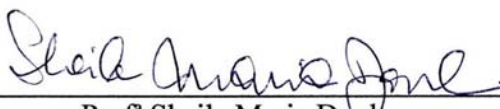
Profª Ana Louise de Carvalho Fiuza
(Coorientadora)



Prof. Edson Arlindo Silva



Profª Neide Maria de Almeida Pinto



Profª Sheila Maria Doula
(Orientadora)

*Não será a guerra e a violência que
vencerão a injustiça, mas a paixão pela vida.*
(Luciano Mendes de Almeida)

*Gosto de pássaros que se enamoram das estrelas
e caem de cansaço ao voarem em busca da luz.*
(Hélder Câmara)

*Confiar em Deus como se tudo dependesse d'Ele,
mas trabalhar e buscar os meios humanos como
se tudo dependesse de nós.*
(Inácio de Loyola)

Dedico este trabalho a Gisley e Rubens.
Enquanto realizava minha travessia pelo universo
do saber eles foram ceifados
prematura e violentamente,
realizando a travessia definitiva,
a Páscoa da Vida.

AGRADECIMENTOS

Chegar à conclusão desse trabalho é como chegar a um porto após o barco singrar o rio em direção ao mar. Dias, noites, descobertas, tempo bom, tempo ruim, correntezas... Mas não foi uma viagem solitária e sim solidária. Muitas pessoas se aventuraram nesse projeto. Não permaneceram às margens como meros espectadores. Aceitaram ser viajantes comigo. Assim, ao chegar ao final dessa viagem, desejo fazer memória agradecida de meus companheiros e companheiras de viagem.

Agradeço a quem me ajudou a projetar essa viagem: Nequinho, Márcio Paiva, Ibraim, José Carlos. Obrigado por encorajar-me a singrar os rios que vocês anteriormente já tinham singrado.

Sou grato a Dom Geraldo Lyrio Rocha, arcebispo de Mariana, por compreender, aceitar e incentivar o plano dessa viagem. Agradeço por sua confiança ao longo desse tempo.

Assim como em outras viagens que fiz, nessa também senti dos meus pais, Tarcísio e Lucília, o calor em tempos ruins e o frescor em dias ensolarados. Sou feliz por tê-los tão próximo nesse momento da minha vida. Também agradeço às minhas irmãs, Emília e Tarcila, meus cunhados, Eduardo e Leandro. A presença de vocês, estando perto ou longe, não passou despercebida. À Marininha, minha sobrinha. Seria impossível esquecer você, pois seu nome tem som de mar, destino desta viagem. Você me faz recordar a canção “Bola de meia, bola de gude”: *Há um menino, há um moleque, guardado sempre no meu coração. Toda vez que a tristeza me alcança ele vem pra me dar a mão.*

Uma viagem como esta não é feita sem um barco seguro. Encontrei esse barco em duas grandes instituições: Arquidiocese de Mariana e Universidade Federal de Viçosa. A Arquidiocese de Mariana preparou-me bem para não ter medo de outros barcos. A formação oferecida ao longo dos estudos de filosofia e teologia, a riqueza cultural e religiosa, o compromisso social diante dos desafios dos seres humanos são sinais dessa preparação. Ao presbitério dessa arquidiocese minha fraterna estima. À Universidade Federal de Viçosa, através do Departamento de Economia Rural e seu Programa de Pós-graduação em Extensão Rural sou agradecido pela acolhida. À professora Sônia Leite sou grato por apresentar-me à coordenação de tal programa. Os

professores e funcionários que conheci neste tempo mostram a qualidade dessa instituição. Levarei comigo a alegria de ter usufruído e adquirido gratuitamente tanto saber.

Aos outros onze viajantes que formaram o curso de mestrado 2008-2009 minha alegria pela convivência. As aulas, as conversas nos intervalos, os cafés serão guardados com carinho em minha memória. Desejo que as outras viagens que realizarem sejam tão boas como a que fizemos! Sem desconsiderar os outros, expresso meu particular agradecimento à Juliana, a “Jujuba do Vale”. Foi um imenso prazer conhecer você. Desejo que continue a “modelar a vida e entalhar a arte”!

Aos paioleiros e paioleiras quero expressar meu contentamento por tantos bons momentos vividos em sala e no campo. Sentirei saudades das conversas, das risadas e dos aniversários. Quem não conhece o PAIOL (Grupo de Pesquisa e Extensão em Políticas Culturais no meio rural) não sabe o que está perdendo.

Ao comitê de orientação deste trabalho agradeço imensamente. Não chegaria a um porto seguro sem o acompanhamento de vocês. Aos professores coorientadores: José Horta Valadares, pelo olhar sempre atento e perspicaz, pelas palavras breves e acertadas e Ana Louise de Carvalho Fiúza, pelo respeito e vibração, pelo comprometimento e atenção. No momento necessário vocês fizeram a diferença. Mesmo não participando deste comitê de orientação recordo agradecido a professora Neide Maria de Almeida Pinto (DED) e o professor Lourival Rodrigues (Casa da Juventude – Goiânia) pelas contribuições dadas em momentos fundamentais ao longo dessa viagem. Especialmente meus sinceros agradecimentos à professora Sheila Maria Doula. De acordo com a publicação “Por extenso. Boletim de Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Extensão rural” esse é o vigésimo trabalho de mestrado a ser orientado por você. Sua companhia, amizade, empenho, encantamento e profissionalismo evitaram que o barco pudesse afundar em vários momentos desta travessia. Como sabe, *Doula* vem do grego e a raiz semântica significa aquele ou aquela que serve, que está ao lado, que faz nascer. Após esta viagem posso afirmar: Você não é dez, é “Doula”. Aproveito para agradecer aos seus familiares: Alcides, Nicholas e Dominic por compartilhar momentos lúcidos e lúdicos.

Às comunidades paroquiais São Sebastião (Pedra do Anta) e Nossa Senhora de Fátima (Viçosa) agradeço as orações, o apoio, o cuidado e a paciência diante de minhas limitações na função desempenhada junto a vocês. Deus lhes retribua todo bem. Ao

Lúcio, companheiro de missão, minha gratidão pela disposição em assumir um trabalho conjunto na paróquia de Fátima. Também a Ana Maria e Aline, por tantos momentos alegres ao redor da mesa da refeição.

Aos amigos e amigas de todos os tempos e contratempos nesta viagem: obrigado por existirem. Sou agradecido a você, Luiz Paixão, por encontrar tempo para ajudar-me quando nem eu e nem você tínhamos tempo. Também a você Élide. Sua competência e eficiência misturada com a ternura e a doçura fazem de você uma pessoa ideal para a função que hoje ocupa como secretária paroquial. Sua presença diminuiu minhas ausências. Edgar, “fiel escudeiro”, jovem corajoso e despojado, nunca me esqueceria de expressar minha gratidão a você: Obrigado! Katia, não é apenas o seu nome que é forte. Por trás de uma “fala mansa”, de um olhar de menina, revela-se alguém capaz de assumir muitos projetos em favor de quem realmente necessita sem perder de vista o horizonte do seu próprio projeto de vida. Obrigado por ser uma interlocutora nessa viagem. Sua companhia foi sempre agradável.

Finalmente minha última palavra dirige-se aos jovens. Não só aos que participaram dessa viagem (Samuel, Thamiris, Olívia, Élide, Cintia, Juliana, Fábio Júnior, Emília, Rita, Greice e Áurea), mas a todos que lutam para concretizar seus sonhos, para ir além de si mesmos. Com carinho agradeço à Pastoral da Juventude da arquidiocese de Mariana, constantemente em busca de um novo jeito de ser Igreja. Obrigado por vocês existirem, pois “se a juventude viesse a faltar o rosto de Deus iria mudar”.

BIOGRAFIA

Wander Torres Costa nasceu no dia 02 de dezembro de 1977 em Itabira - MG, terra do poeta Carlos Drumond de Andrade e de tantas outras pessoas lutadoras e trabalhadoras. Entre elas o seu pai, Tarcísio Moreira Costa, que encontrou na cidade vizinha de São Gonçalo do Rio Abaixo a sua mãe, Lucília Maria Torres Costa. Além dele, eles deram vida à Emília, que não é a de pano, e à Tarcila, que não é a Amaral, mas são suas irmãs.

Após viver os três primeiros anos de sua vida em Itabira, devido ao trabalho do seu pai mudou-se com a família para a cidade de Mariana – MG. Nesta cidade histórica, de tradições, casarões, igrejas seculares, artistas, de povo bom e desconfiado passou grande parte da sua vida como criança e jovem. Anos de estudo, formação e aprendizagem.

Em 1996, aos 18 anos, ingressou no Seminário Arquidiocesano de Mariana sendo ordenado padre no dia 11 de setembro de 2004 por Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida. Após a ordenação presbiteral foi designado para colaborar na paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Viçosa-MG. Em fevereiro de 2005 assumiu a administração da paróquia São Sebastião na cidade de Pedra do Anta onde trabalhou até outubro de 2007. Após esse período foi nomeado pároco da paróquia Nossa Senhora de Fátima em Viçosa, função que exerce atualmente.

Desde sua ordenação, assumiu também a assessoria da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Mariana, o que o levou a exercer outras funções como assessor das Pastorais da Juventude no Regional Leste 2 da CNBB (2006 a 2009) e, recentemente, como assessor nacional do Setor Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2009 e 2010).

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	ix
LISTA DE FIGURAS.....	x
LISTA DE QUADROS	xii
LISTA DE GRÁFICOS	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT	xv
 INTRODUÇÃO	 1
 1 – O LUGAR, O PROCESSO, AS PESSOAS	 8
1.1– Vivências e convivências.....	8
1.1.1 – No meio do caminho tinha uma Pedra.....	10
1.1.2 – “Cidade pequena, de pessoas humildes, sem muito luxo, onde todo mundo conhece todo mundo”	12
1.2 – A Igreja Matriz de São Sebastião de Pedra do Anta.....	19
1.3 – A Restauração da Capela-Mor da Igreja Matriz	24
1.4 – Jovens em cena: objeto empírico da pesquisa	30
 2 – JOVENS, SOCIEDADE E CULTURA	 36
2.1 – Jovem é jovem em qualquer canto e em qualquer época!?.....	36
2.1.1 – Jovens nas sociedades primitivas.....	37
2.1.2 – Jovens na sociedade ocidental	43
2.2 – Jovens contemporâneos e cultura	49
2.3 – Jovens dos nossos tempos – seus tempos e espaços	58
 3 – JUVENTUDE EM PAUTA NO BRASIL: HISTÓRIA, ESTUDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS	 64
3. 1 – Presença na história: sujeito de transformação social.....	64
3.1.1 – Ao redor do Brasil: América Latina	64
3.1.2 – Jovens na história brasileira.....	68
3.2 – Juventude na academia: uma categoria analítica em formação	74
3.3 – A visibilidade juvenil na ótica estatal: as Políticas Públicas de Juventude	84
3.3.1 – Por uma Política Nacional de Juventude	84
3.3.2 – Programas de juventude.....	87
3.3.3 – Jovens Rurais e políticas culturais.....	89
3.3.4 – Políticas de preservação patrimonial no Brasil: uma política só de adultos?	94

4 – JOVENS VISÕES DO PASSADO	101
4.1 – Click Jovem	101
4.1.1 – Bens materiais móveis e imóveis.....	102
4.1.2 – As festas	104
4.1.3 – Natureza	105
4.2 – Juventude, memória e patrimônio em Pedra do Anta.....	109
4.2.1 – Curiosidade, descoberta e participação.....	111
4.2.2 – Patrimônio é.....	114
4.2.3 – Nossos avós nos contaram... “e eu gostaria de ser jovem antigamente”	118
4.2.4 – Ser jovem em Pedra do Anta é.....	123
4.3 – O processo de restauração e o poder público local.....	126
 5 – IN-CONCLUSÕES.....	 129
 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 136
6.1 – Livros.....	136
6.2 – Capítulo de livros.....	138
6.3 – Artigos	139
6.4 – Documentos	140
6.5 – Dissertações e Teses	141
 7- ANEXOS.....	 142

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPDEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FEC – Fundo Estadual de Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PJ – Pastoral da Juventude

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – “Volta fria”	12
Figura 02 – Montanhas da serra do Brigadeiro	12
Figura 03 – Roda de Conversa	15
Figura 04 – Rio Casca	16
Figura 05 – Perímetro urbano de Pedra do Anta	17
Figura 06 – Sobrado, Casa do Conselho e Igreja Matriz	19
Figura 07 – Inscrição no retábulo mor	20
Figura 08 – Fachada principal da Igreja Matriz	21
Figura 09 – Fachada principal da Igreja Matriz em 2002	23
Figura 10 – Retábulo e forro da capela mor antes da remoção da repintura	25
Figura 11 – Forro da capela mor após remoção da repintura	26
Figura 12 – Retábulo mor após a remoção das repinturas	26
Figura 13 – O “antes” e o “depois” da restauração	27
Figura 14 – Folder da Festa de São Sebastião	35
Figura 15 – Remoção de repintura na nave central	35
Figura 16 – Escola Estadual Professor Albino Leal	102
Figura 17 – Fachada principal e altar mor da Igreja Matriz	103
Figura 18 – Cama antiga	103
Figura 19 – Livro de ata da Sociedade São Vicente de Paulo	103
Figura 20 – Festa de São Sebastião	104
Figura 21 – Festa do Rodeio em Pedra do Anta	105
Figura 22 – Tapetes confeccionados para a festa de Corpus Christi	105
Figura 23 – Rio Casca	106

Figura 24 – Jardim da Praça José Ferreira de Paiva	106
Figura 25 – Jaqueira	107
Figura 26 – Atividades da oficina fotográfica	108
Figura 27 – Bens elencados por velhos e novos portadores de cultura	133

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Sociedades primitivas, puberdade e rituais de iniciação	42
Quadro 02 – Os jovens e os principais acontecimentos históricos entre 1940 e 2000	72
Quadro 03 – Diferenças de concepção entre Rodrigo Andrade e Aloísio Magalhães	98
Quadro 04 – Caracterização dos jovens entrevistados	110
Quadro 05 – Concepções de jovens sobre patrimônio	114
Quadro 06 – Bens perdidos de Pedra do Anta	117
Quadro 07 – O que manter ou não do legado familiar	120
Quadro 08 – Representações sobre as diferenças entre as juventudes de ontem e de hoje	122
Quadro 09 – Suportes de memória dos jovens em relação à memória	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Meios de informação sobre patrimônio	115
Gráfico 02 – O que guardar da História	116
Gráfico 03 – Principais motivos dos conflitos entre jovens e velhos	121
Gráfico 04 – Tempo gasto (hora) por atividade na semana	124

RESUMO

COSTA, Wander Torres; M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, julho de 2010. **Para além da tinta e da madeira: juventude rural e preservação patrimonial em Pedra do Anta – MG.** Orientadora: Sheila Maria Doula. Coorientadores: Ana Louise Carvalho Fiúza e José Horta Valadares.

O presente trabalho procurou analisar a participação de jovens rurais em um processo de restauração realizado na capela-mor da igreja matriz de São Sebastião em Pedra do Anta – MG a fim de investigar em que as ações de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio local podem contribuir para a vida de jovens rurais compreendidos como portadores de cultura. O fortalecimento da imagem do jovem como um ser social movido unidirecionalmente para o futuro implica em sua desvinculação com a linha do tempo e na destituição de seu papel de agente consciente e presente no processo histórico. As políticas culturais não podem ser formuladas na forma de um pacote cultural que não leve em consideração a situação de transitoriedade do jovem rural, entendida aqui não só pela posição “entre tempos” da fase infantil para a idade adulta, mas principalmente pelo trânsito cada vez mais cotidiano entre o contexto rural e o urbano. Do ponto de vista dessa dissertação defende-se que a cultura é um campo ainda inexplorado por parte das políticas públicas direcionadas a jovens rurais embora essa demanda tenha sido explicitada pelos jovens entrevistados nessa pesquisa.

ABSTRACT

COSTA, Wander Torres; M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, July, 2010. **Apart from the paint and wood: rural youth in heritage preservation in Pedra do Anta – MG.** Advisor: Sheila Maria Doula. Co-Advisors: Ana Louise Carvalho Fiúza and José Horta Valadares.

The preset study sought to analyze the participation of young rural population in a process of restoration performed in the chapel mor of the church of San Sebastian matrix in Pedra do Anta – MG in order to investigate the actions of recognition, recovery and preservation of the patrimony place can contribute to the life of rural young rural people included as bearers of culture. Strengthening the image of youth as a social being moved unidirectionally for the future imply in your disconnection with the timeline and dismissal of its influence on conscious and present in the historical process. Cultural policies cannot be formulated in the form of a cultural package that does not take into account the situation of rural youth transience, understood here not only the position "between times" of the infant stage to adulthood, but mainly by the transit time more everyday between the rural and urban. From the standpoint of this dissertation argues that culture is a field still unexplored by the public policies directed at rural youth although this demand has been explained by the young people interviewed in this research.

INTRODUÇÃO

A ação do extensionista rural em pequenos municípios pode ser um dos fatores de contribuição para o desenvolvimento local. Entretanto, esta contribuição está diretamente ligada ao conhecimento que o próprio extensionista constrói sobre o mundo rural e sua especificidade histórica bem como sobre a forma pela qual a população rural vive o cotidiano e o representa. Mais recentemente vem se discutindo que a ação desse profissional não deve estar limitada apenas à esfera agrícola, o que o desafia a procurar outras lentes interpretativas que lhe permitam enxergar no rural um universo de significados que reoriente as intervenções extensionistas para além dos limites da esfera econômica.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), reformulada em 2004, pretende estabelecer um novo paradigma de extensão rural voltado para o desenvolvimento rural sustentável. Para isso, indica a necessidade de uma capacitação diferenciada dos profissionais extensionistas que devem:

investigar, identificar e disponibilizar aos agricultores, demais públicos da extensão rural e ao conjunto de pessoas que vivem no meio rural um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com o espaço territorial onde estejam inseridos. (PNATER, 2004:21)

A produção acadêmica sobre o meio rural torna-se uma forte aliada para o estabelecimento deste novo paradigma da extensão. Não será possível a mudança almejada em termos de extensão rural sem a prática da investigação científica realizada nas universidades e outras instituições de pesquisa. Entretanto, ao contrário de décadas anteriores quando a academia era o espaço por excelência da promoção e difusão de tecnologias, atualmente o seu papel deve ser o de formação de um profissional mais crítico, inclusive em relação às próprias políticas públicas. Além disso, a produção acadêmica é necessária dado que o próprio documento da PNATER propõe a necessidade de promover um amplo processo de “formação de formadores”, a partir de programas continuados de atualização profissional.

No nível superior de capacitação profissional o Curso de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa se apresenta como um espaço favorável para tal fim, uma vez que o seu objetivo central é “formar profissionais qualificados para trabalhar em organizações que, direta ou indiretamente, prestam serviço ao meio rural.”¹ Um dos aspectos diferenciadores deste curso encontra-se em suas linhas de pesquisa. Elas revelam uma concepção de extensão rural mais ampla, não se limitando a contextos rurais agrícolas, permitindo assim a investigação de novos problemas que se manifestam no espaço rural e que exigem formas multifocalizadas de intervenção. Entre as linhas de pesquisa do curso, encontra-se a linha denominada *Identidade e Representações Coletivas*. Nos diversos propósitos desta linha destaca-se um ao qual esta dissertação se conjuga mais de perto: “analisar os processos de preservação e de reinterpretação simbólica, memória e patrimônio cultural.” Além disso, “uma vertente a ser enfatizada é o estudo das instituições culturais, bem como as relações de diálogo e/ou conflito entre culturas e instituições locais e globais”.

O trabalho de assistência religiosa deste pesquisador, como padre em municípios da Arquidiocese² de Mariana, Minas Gerais, possibilitou uma maior inserção em pequenos municípios rurais, uma vez que eles, em grande parte, possuem um número populacional reduzido.³ Tal inserção “antropológica”, que mais tarde pode ser classificada como de observação participante, permitiu perceber as oscilações entre valorização e desvalorização da cultura local; naquele momento, ainda sem o refinamento das teorias sócio-antropológicas essas oscilações foram interpretadas como um jogo de sombra e luz onde a valorização positiva do urbano fazia o sombreamento sobre algumas manifestações e conteúdos culturais rurais. Entretanto, como poderá ser observado nas conclusões deste trabalho não só a interpretação mudou como ela ficou mais complexa, relativizada e matizada.

¹ Disponível em: < http://www.ufv.br/der/ext_rural/index.htm > Acesso em: 25 mai. 2009.

² Uma Diocese é uma unidade territorial administrada por um bispo. É também referida como um *Bispado*, *Área Episcopal* ou *Sede Episcopal*. A diocese é a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja. Na Igreja Católica uma importante diocese é chamada de Arquidiocese, geralmente devido à sua dimensão ou importância histórica, e é governada por um arcebispo. (nota do autor)

³ Dos 79 municípios pertencentes à Arquidiocese de Mariana, 30 possuem uma população de até 5.000 habitantes, 20 entre 5.001 e 10.000, 12 entre 10.001 e 15.000, 04 entre 15.001 e 20.000, 02 entre 20.001 e 25.000, 02 entre 25.001 e 30.000, 03 entre 30.001 e 50.000, 03 entre 50.001 e 70.000, 01 entre 70.001 e 100.000, 02 entre 100.000 e 125.000. Fonte: Guia Geral da Arquidiocese de Mariana 2008-2009.

Esse contato com o universo rural foi estabelecido principalmente no município de Pedra do Anta, localizado na zona da mata mineira, onde assumi a função de pároco⁴ da Paróquia⁵ São Sebastião entre fevereiro de 2005 e outubro de 2007. Ao relacionar-me com os moradores desse município tomei conhecimento de algumas demandas locais através de conversas com agricultores, professores, jovens e membros do conselho tutelar. Dentre elas, duas estavam mais diretamente próximas à função paroquial: a realização de um trabalho com os jovens e a restauração da igreja matriz. A primeira, por ser assessor da Pastoral da Juventude⁶ na arquidiocese de Mariana e no Regional Leste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil⁷ e a segunda, por ser o responsável pela Paróquia São Sebastião de Pedra do Anta, à qual o bem patrimonial está vinculado.

Em agosto de 2005 iniciou-se o processo de restauração da capela-mor da igreja matriz. Ao longo desse processo, muitos jovens se mostraram interessados pela restauração, realizando frequentes visitas à obra, acompanhando atentamente o trabalho desenvolvido. Tal fato motivou o aprofundamento da reflexão a respeito de processos e ações de desenvolvimento local em contextos rurais envolvendo jovens e políticas de preservação patrimonial, uma vez que no senso comum essas não despertam interesse em jovens.

A presente dissertação é, portanto, fruto da reflexão e da pesquisa realizada no curso de pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa. Ela se propôs responder a seguinte questão: em que ações de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio local contribuem para a vida de jovens rurais, entendidos

⁴ É o padre responsável por uma paróquia. Normalmente ele é nomeado pelo bispo da diocese à qual a paróquia pertence. (nota do autor)

⁵ Paróquia é uma subdivisão territorial de uma diocese dentro da Igreja Católica. O termo *Freguesia* é sinônimo de paróquia, mas não é muito utilizado atualmente. (nota do autor)

⁶ A Pastoral da Juventude do Brasil é uma organização de jovens ligados à Igreja Católica. Está organizada a partir de grupos de jovens presentes em paróquias, escolas, favelas e periferias das grandes cidades e meio rural. Possui coordenações em diversas instâncias, formando uma grande rede nacional. Os assessores e assessoras têm a função de acompanhar o processo de educação na fé dos jovens. (nota do autor)

⁷ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja Católica no país. Para uma melhor organização pastoral as arquidioceses/dioceses do nosso país foram agrupadas em 17 regionais. O objetivo desta organização é promover a articulação e a formação nas dioceses que fazem parte do regional. O Regional Leste 2 conta com 32 arquidioceses/dioceses: 28 em Minas Gerais e 04 no Espírito Santo. (nota do autor)

como novos portadores de cultura? Além dessa questão, considerando o processo de restauração da igreja, também se propôs responder a outras perguntas, a saber: Quais são os problemas enfrentados pelos municípios de características rurais para a preservação de seu patrimônio cultural? Qual o sentido de se preservar um bem e para quem ele é preservado? A política e a preservação patrimonial em pequenas cidades do interior podem se constituir em fonte de formação, capacitação e geração de emprego e renda para a juventude rural? Que motivos levaram os jovens de Pedra do Anta a participarem do processo de restauração da igreja e quais as repercussões desse processo para o envolvimento desses jovens em outras formas de participação social na cidade? Que representações os jovens de Pedra do Anta possuem do patrimônio local? Que indicadores eles utilizam para demarcar a separação ou a continuidade do passado no presente?

A partir dessas questões formulou-se o objetivo principal dessa dissertação que foi o de analisar a participação de jovens rurais na iniciativa de preservação patrimonial da igreja matriz de São Sebastião de Pedra do Anta – MG. Mais especificamente, objetivou-se: descrever a participação dos diferentes atores sociais no processo de restauração da igreja matriz de São Sebastião em Pedra do Anta; analisar as representações juvenis a respeito do patrimônio cultural local; identificar as motivações juvenis em relação à participação no processo de restauração; e identificar as influências deste processo de restauração na formulação de políticas municipais de preservação patrimonial.

Para a coleta de dados foram realizadas pesquisas de campo e de documentos, bem como pesquisa bibliográfica. Como por pesquisa de campo entende-se uma etapa da pesquisa científica deve-se esclarecer que houve um momento anterior de observação e participação do processo de restauração na qualidade de padre e mediador social. Desse momento, além da própria memória, ficaram registrados apontamentos no Livro de Tombo da Paróquia, que por sua vez foram utilizados na pesquisa documental. Posteriormente, já como pesquisador, e com o domínio das técnicas de coleta de dados foram realizadas duas etapas diferentes de pesquisa de campo propriamente dita: a realização de uma oficina fotográfica sobre patrimônio cultural e entrevistas sobre esse tema com os jovens participantes; a segunda etapa consistiu na realização de entrevistas com onze jovens envolvidos no processo de restauração da igreja matriz, que

atualmente estão na faixa etária de 17 a 27 anos. Para a entrevista utilizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas. Sobre a escolha dos jovens entrevistados vale recordar que nosso objetivo direcionava-se para analisar apenas a participação dos jovens envolvidos no processo de restauração. Nesse sentido, dos doze jovens envolvidos entrevistamos onze, ou seja, quase a totalidade dos envolvidos.

Também foi entrevistada a prefeita em exercício durante o processo de restauração. Neste caso procurou-se a avaliação que a representante do poder público municipal realiza sobre a importância do patrimônio histórico para a cidade, sobre a elaboração de políticas públicas municipais, sobre a obtenção de recursos para a preservação desse patrimônio bem como sobre a participação da população na eleição dos bens patrimoniais e na destinação dos recursos.

A pesquisa documental foi realizada em sites e documentos governamentais sobre políticas culturais e políticas de preservação de patrimônio, Livro de Tombo da Paróquia São Sebastião de Pedra do Anta e Livro de ata do Conselho Paroquial de Pastoral. Também foram pesquisadas as políticas municipais de preservação formuladas antes e depois do processo de restauração, além das políticas públicas municipais na área cultural e/ou voltadas para a população rural.

A pesquisa bibliográfica esteve relacionada às principais categorias analíticas utilizadas ao longo da dissertação. São elas: Juventude, Tempo, Memória, Políticas Culturais (preservação patrimonial) e Mediação Social.

Os dados coletados foram interpretados através de uma interface entre a história, a sociologia e a antropologia. A perspectiva histórica serviu como referencial para a análise do conceito de memória e patrimônio, a partir do pensamento de Pierre Nora, que formulou o conceito de “lugares da memória”. Além dele, utilizou-se outros autores ligados à Escola das Mentalidades, como é o caso de Jacques Le Goff, que em sua obra “História e Memória” atrelou o conceito de memória aos conceitos de patrimônio e monumento. Já o sociólogo Maurice Halbwachs foi fundamental para a conceituação de memória coletiva. Norbert Elias foi de grande valia para compreendermos a experiência do tempo em diversas culturas.

Para a categoria analítica Juventude, sociólogos como Karl Mannheim e antropólogas da Escola norte americana como Margareth Mead e Ruth Benedict

forneceam a base clássica dos primeiros estudos sociais sobre adolescentes e jovens. A reflexão desses autores foi complementada pela reflexão de autores contemporâneos que se dedicam ao tema no Brasil e na América Latina como Maria José Carneiro, Helena Abramo, Marília Sposito, Elisa Guaraná, Hilário Dick e Yanko Cangas.

Já a categoria de Políticas Culturais, por ser um tema recente, representa uma área ainda carente de estudos nas ciências sociais destacando-se apenas alguns trabalhos de antropólogos e comunicólogos como Rubim, Botelho e Duran. O mesmo pode-se dizer da categoria da Mediação Social. Neste caso, abordamos tal categoria através das críticas de Delma Pessanha Neves.

Não se trata de novidade alguma dizer que um trabalho como esse possui suas dificuldades e desafios. Estes podem ser novos, singulares, específicos a cada pesquisa desenvolvida. No caso desse trabalho, o desafio central está relacionado com a pesquisa propriamente dita. Ao se falar em pesquisa, está-se falando principalmente da coleta dos dados, bem como da análise dos mesmos. Como toda pesquisa acadêmica, na área antropológica o distanciamento em relação ao “objeto” a ser pesquisado é um ponto delicado e já problematizado pela disciplina. Em alguns casos isso é bastante tranquilo, pois o pesquisador possui um contato meramente investigativo, não estando envolvido com o seu objeto além da pesquisa. No caso da pesquisa em questão esse distanciamento tornou-se desafiante pelo fato de o pesquisador ser também um dos mediadores no processo a ser analisado.

Como poderá ser percebido ao longo da dissertação, sobretudo no capítulo descritivo, foi o processo em questão que motivou a esse mediador analisar e refletir sobre sua prática enquanto mediador. Passar de um mero mediador envolvido no processo a pesquisador do processo foi um exercício desafiante. Exigiu uma vigilância epistemológica redobrada. Para isso as disciplinas antropológicas oferecidas pelo curso foram fundamentais. Elas ajudaram a compreender que, apesar de ser desafiante, não seria impossível investigar uma ação da qual se participou. Vários autores, dentre os quais se destaca Silva (2000), valorizaram a intersubjetividade na construção da pesquisa antropológica e a validade científica de o antropólogo analisar um objeto com o qual tem familiaridade e mesmo uma identidade. Esse autor retoma a trajetória histórica da disciplina para mostrar que o desejo de se tornar o outro para melhor compreendê-lo nunca abandonou o projeto antropológico – daí a emergência de estudos feministas realizados por mulheres, de negros sobre a questão da etnicidade e mesmo

pesquisadores, como é o caso dele, que se tornaram adeptos e filhos de santos para melhor compreender as religiões afro-brasileiras.

Além dessas orientações e problematizações da antropologia, vale destacar que o espaço de tempo decorrido entre a participação no processo de restauração e a sua investigação científica contribuiu para o necessário distanciamento – temporal e geográfico – e amadurecimento acadêmico. No período em que se realizou a pesquisa, o pesquisador já não era o responsável pela paróquia São Sebastião. Muito menos residia em Pedra do Anta. Sendo assim, o desafio, apesar de ser real, não se tornou um obstáculo ou serviu como empecilho para a realização da pesquisa.

Pode-se argumentar, ao final do trabalho, que uma das vozes está ausente, ou seja, a do mediador padre que deu início ao processo de restauração. Essa ausência se dá por motivos óbvios: por um lado a inconsistência científica de se analisar o próprio discurso e, por outro, a necessidade de se projetar a luz em um ator social ainda tão invisível e carente de análises como é a juventude.

1 – O LUGAR, O PROCESSO, AS PESSOAS

1.1– Vivências e convivências

Na introdução de sua obra “Argonautas do Pacífico Ocidental” (1978), Bronislaw Malinowski, um dos pioneiros da antropologia, conhecido juntamente com Franz Boas como “pai do estudo etnográfico”, explicita que o trabalho antropológico só pode ser realizado quando o antropólogo participa da vida do povo a ser estudado. Chegar a uma cultura totalmente diferente da que se está acostumando, permanecer no meio dela, iniciar um diálogo a fim de conhecer melhor os seus costumes não é coisa fácil. Por isso, de acordo com Malinowski, é fundamental que o antropólogo realize uma “observação participante”⁸, com o intuito de captar todas as informações possíveis, principalmente as que parecem mais insignificantes.

Pedra do Anta exigiu ao mesmo tempo, inserção e estranhamento. Inserção porque, vindo de outro lugar, com hábitos e costumes diferentes, tive que aprender a ler e falar a gramática cultural própria do lugar. Estranhamento porque, uma vez que havia aprendido a linguagem local, podendo dizer que “não apenas estive lá, mas havia me tornado um deles”, um “antense de coração”, tive que afastar-me, distanciar-me para a realização dessa investigação científica.

A primeira vez que fui a Pedra do Anta foi no dia 17 de janeiro de 2004, a convite do padre Walter Jorge, responsável pela paróquia naquele momento. Havia chegado há dois dias em Viçosa, lugar escolhido pelo bispo para que eu realizasse meu

⁸ A observação participante é um dos instrumentos metodológicos muito utilizado em pesquisas qualitativas. Em seu livro “Metodologias qualitativas na sociologia”, Haguete (2009) apresenta algumas definições de autores clássicos sobre a observação participante. Eis algumas: 1) Florence Kluckhohn: “...um compartilhar consciente e sistemático, conforme as circunstâncias o permitam, nas atividades de vida e, eventualmente, nos interesses e afetos de um grupo de pessoas”; 2) Morris S. Schwartz e Charlote Schwartz: “...definimos a observação participante como um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados; 3) Howard Becker e Blanche Geer: “Por observação participante nós entendemos aquele método no qual o observador participada da vida diária das pessoas sob estudo, seja abertamente, no papel do pesquisador, seja de forma encoberta, através de um papel dissimulado, observando as coisas que acontecem ouvindo o que é falado e questionando as pessoas no espaço de algum tempo.”

estágio diaconal⁹. Foi uma visita rápida, apenas para participar da missa. A impressão que tive, através das pessoas que participavam da missa, era de um povo animado, sorridente, feliz. As primeiras informações sobre Pedra do Anta foram repassadas a mim pelo próprio padre Walter, pois também ele residia em Viçosa, na mesma casa em que eu passei a residir. Seu atendimento a Pedra do Anta se limitava a dois dias durante a semana, além do sábado e domingo. Assim, a convivência permitiu ao padre Walter partilhar comigo as alegrias e desafios de se trabalhar em Pedra do Anta. No mês de janeiro de 2005 recebi a notícia que seria designado para substituir o padre Walter Jorge que assumiria os trabalhos em uma nova paróquia a ser criada em Viçosa. A efetivação dessa decisão ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2005, como podemos ver abaixo nas palavras do padre Walter registradas no Livro de Tombo:

No dia 06 de fevereiro, encerrei minha participação como Administrador Paroquial desta paróquia, celebrando a Missa dominical e coordenando a última reunião do Conselho Paroquial de Pastoral. Nesta, já com a presença amiga do Pe. Wander Torres, a quem quisemos convidar, anunciamos sua posse para o próximo dia vinte, às 9:00, durante a missa dominical. Encerro aqui meus registros neste livro, agradecendo muito ao Bom Deus que me trouxe a esta Paróquia, para viver com este povo bom e amigo, meus primeiros anos de sacerdote. Acredito que foi o que de melhor poderia ter dado a mim, pois Pedra do Anta se tornou pedra preciosa no meu caminho de discípulo de Jesus Cristo. Pedra do Anta, 06/02/2005. Pe. Walter Jorge Pinto. (TOMBO III, folha 14v)

Assim, iniciei os trabalhos pastorais naquela paróquia, dando continuidade ao trabalho iniciado pelo padre Walter. Do mesmo modo que ele continuei a residir em Viçosa e duas vezes por semana, além do sábado e domingo, eu me deslocava até Pedra do Anta. As primeiras impressões foram de que o padre anterior havia motivado a vontade de participação eclesial em toda paróquia. Havia diversas pastorais organizadas, bem como o Conselho Pastoral Paroquial e o Conselho para Assuntos Econômicos. Além da comunidade urbana havia atendimento a quatro comunidades rurais: Sertão, Paraíso, São Pedro e Braúna.

Entre fevereiro de 2005 a julho de 2006, realizei o trabalho em Pedra do Anta residindo em Viçosa. Apenas permanecia em Pedra do Anta por um período maior

⁹ Estágio diaconal é um período de preparação que antecede a ordenação presbiteral (quando a pessoa “torna-se” padre).

quando havia necessidade, por exemplo, durante a semana santa ou festa do padroeiro. Em julho de 2006 solicitei ao arcebispo de Mariana, Dom Luciano, autorização para fixar residência em Pedra do Anta. Assim, entre julho de 2006 e outubro de 2007 passei a residir em Pedra do Anta. No dia 18 de outubro de 2007 fui nomeado pároco da paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Viçosa-MG, deixando a paróquia aos 28 de outubro de 2007.

1.1.1 – No meio do caminho tinha uma Pedra

As fontes históricas sobre a origem de Pedra do Anta são bastante escassas. Encontramos nos Livros de Tombo da paróquia dois relatos copiados de outras fontes. No Livro de Tombo I há um relato datado de 1941. O título é “Notícia Histórica”. Não há, entretanto, citação da fonte de onde se extraiu tal artigo. Já no livro de Tombo II, há um artigo intitulado “História sucinta de Pedra do Anta”, escrita por José Schiavo. O copista, possivelmente Pe. Sebastião Inácio de Moura, comenta ao final da transcrição do artigo que ele foi publicado no Jornal Povo de Ponte Nova, no dia 19 de novembro de 1950. Além desses dois relatos há também um mais breve no livro “História de Pedra do Anta” de um memorialista local chamado José Pedro de Alcântara. Este livro, além de relatar a origem da cidade, também narra diversos fatos de sua história. Os três relatos estão em sintonia, o que permite imaginar que um possa ter servido de fonte aos outros.

Ao iniciar sua “História sucinta de Pedra do Anta”, José Schiavo faz referência à política de aldeamento dos índios, empreendida pelo Príncipe Regente Dom João VI após sua chegada ao Brasil em 1808. Nesta época, a bacia do Rio Doce e toda zona da mata mineira já se encontravam bastante povoada. Em dezembro desse mesmo ano, foi criada em Vila Rica por Dom João VI uma “Junta da Conquista”, que tinha o objetivo de “por fim às hostilidades dos silvícolas”. Nesta época, Pedra do Anta já era uma região habitada por índios que depois de serem aldeados receberam a catequese do padre Pedro Angelo Pessanha.

Pela região também passavam escravos mineradores foragidos procedentes do arraial do Tejuco (hoje Diamantina) indo em direção ao arraial dos arrepiados (Araponga). Posteriormente, após encontrarem esse esconderijo, o lugar passou a ser chamado de arraial do Descoberto. Sobre o nome do município de Pedra do Anta eis o que está relatado:

A origem do nome “Pedra do Anta”, diz-se foi por ter sido morta sobre uma pedra uma anta pelos escravos mineradores de ouro em Tejuco quando em fuga passavam pelas matas desta localidade para irem esconder-se no Arraial dos Arrepiados (hoje Araponga) para não sofrerem os maus tratos dos seus bárbaros senhores na mineração que então faziam no Tejuco. (Tombo II, folha 22)

Por volta de 1820 chegaram a Pedra do Anta o major José Luiz da Silva Viana, brasileiro, e o capitão-mor Luiz Manoel de Caldas Bacelar, português. A eles é atribuída a criação do núcleo fundamental do arraial, que foi confirmado por uma licença régia nove anos mais tarde. Nesta época, seu território estava circunscrito dentro dos limites do extenso município de Mariana. Em 1832, passou a ser uma capela filial de Ponte Nova, uma vez que esta, neste mesmo ano, tinha sido elevada a condição de freguesia.

A lei nº. 385 de 9 de outubro de 1848 elevou o arraial do Anta à Freguesia. Em 11 de julho de 1857 a lei provincial nº. 827 incorporou o Anta a Ponte Nova. Mais tarde, passou a pertencer ao município de Viçosa, antiga Vila de Santa Rita do Turvo. A lei estadual de nº. 02 de 14 de setembro de 1891 confirmou a denominação de “São Sebastião da Pedra do Anta”, dada pelos moradores. Em 30 de dezembro de 1962, pela lei nº. 2764 foi elevado à condição de município. Nesta época, pertencia ao município de Teixeira, do qual era o seu único distrito.

A referência a São Sebastião se deve ao fato de que o major José Luiz da Silva Viana e o capitão-mor Luiz Manuel de Caldas Bacelar fizeram doação de terras para o patrimônio de São Sebastião. Desde então, o santo passou a ser venerado pelos moradores vindo a ser posteriormente o padroeiro do lugar. Tal doação foi feita ao padre Bruno, primeiro padre da freguesia, que iniciou a construção da primeira igreja dedicada a São Sebastião.

Além destas informações, os relatos pesquisados trazem nomes de pessoas que contribuíram para o desenvolvimento do lugar como padres e fazendeiros, além de citar nomes de profissionais que nasceram em Pedra do Anta. Além disso, narram o modo como acontecia a vida política, social e religiosa do lugar. Eis um pequeno exemplo:

O movimento eleitoral acendia em todos os peitos a chama do entusiasmo. As eleições, que atraíam os habitantes dos arredores, se prolongavam por três dias. A votação realizava-se no recinto da igreja matriz, e não passava sem “barulho grosso”. As discussões, insultos e brigas eram frequentes. Como consequência, sobrevinham os tiroteios, cacetadas e duelos de

espadas. Eram os “chimangos” principalmente os promotores das desordens. Invadiam a igreja furtando ali as urnas, arrombando os votos dos contrários. Essas lutas eleitorais tornaram-se famosas, fizeram época e ficaram conhecidas por “eleições do boi”. (TOMBO II, folha 9)

1.1.2 – “Cidade pequena, de pessoas humildes, sem muito luxo, onde todo mundo conhece todo mundo”

A frase que dá título a esse tópico foi dita por uma das jovens entrevistadas e resume bem o que é Pedra do Anta. Localizada na mesoregião da zona da mata mineira, tem como cidades de referência Viçosa e Ponte Nova, distante 40 e 50 quilômetros respectivamente. Para se chegar à cidade só há um caminho pavimentado que é pela BR 120, que liga os municípios de Viçosa e Ponte Nova. Ao chegar à cidade de Teixeira é preciso deixar a BR 120, passar pela cidade e percorrer os dezenove quilômetros de muitas curvas, subidas e descidas que ligam Teixeira a Pedra do Anta. Apesar de ser perigosa, a estrada tem sua beleza. A última curva antes de chegar à cidade de Pedra do Anta recebe o nome de “volta fria” (Figura 01), pois a temperatura muda abruptamente, devido a uma pequena mata que está em volta.



Figura 01: “Volta fria”. Pesquisa de campo, janeiro de 2010. Fonte: Wander Torres Costa.



Figura 02: Montanhas da Serra do Brigadeiro. Pesquisa de campo, janeiro de 2010. Fonte: Wander Torres Costa.

Após passar pela “volta fria”, o que se vê no horizonte são montanhas que compõem a Serra do Brigadeiro¹⁰ (Figura 02). O município possui uma área de 163,79 km² e além do município de Teixeira, possui como municípios limítrofes: Amparo do Serra, Jequeri, São Miguel do Anta e Canaã. Para todos estes municípios há também estradas não pavimentadas, mas que são bem cuidadas e permitem o tráfego de veículos

¹⁰ Historicamente conhecida como “Serra dos Arrepiados”, a serra deve o seu nome atual ao Brigadeiro Bacelar que acompanhou os desbravadores da região nas primeiras décadas do século XIX. O território que corresponde à Serra do Brigadeiro está situado na porção norte da zona da mata mineira, sendo formado pelos municípios de Araponga, Ervália, Muriaé, Divino, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Sericita e Rosário de Limeria. Sua área total é de 2.944km², o que corresponde a 8,4% da superfície da zona da mata mineira. Fonte: <http://www.iracambi.com/portuguese/serra_do_brigadeiro.html> Acesso em 10 jun. de 2010.

praticamente o ano todo. Somente em períodos de muita chuva alguns trechos ficam impossibilitados de serem trafegados.

A população de Pedra do Anta não é muito grande. Aliás, pelo que se percebe, ela tem decrescido ao longo dos anos. Os moradores mais antigos chegam a dizer que Pedra do Anta já teve uma população de aproximadamente 10.000 habitantes. De acordo com as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pedra do Anta possuía 4.160 habitantes em 1991, 3.974 em 1996, 3.925 em 2000, 3.672 em 2007. Para 2009 a projeção era de 3.731. Mesmo que a projeção indique um aumento da população, percebe-se que há realmente uma ligeira diminuição na população de Pedra do Anta. Entre 1991 e 2009 houve um decréscimo de 10,30%. Um estudo feito pela Fundação João Pinheiro a respeito da projeção da população nos municípios de Minas Gerais mostra que a tendência em relação ao município de Pedra do Anta é que a população continue a diminuir. De acordo com este estudo, em 2020 a população antense será de 3.554 habitantes. A maioria da população, aproximadamente dois terços, vive no núcleo urbano, enquanto o outro terço situa-se no núcleo rural. Segundo Wanderley (2009) cidades com população inferior a 20 mil habitantes não poderiam ser consideradas como urbanas ou como parte de um sistema de cidades, pois elas não possuem centralidade e fornecem apenas bens e serviços simples.

A economia do município gira em torno da agricultura e pecuária, dos serviços públicos e do comércio local. Não há no município nenhuma empresa ou indústria. Há muitas famílias que são sustentadas por aposentadorias e pensões dos membros mais velhos. É comum, principalmente entre os mais jovens, sair de Pedra do Anta para trabalhar em outros lugares. São muitas as pessoas que trabalham em cidades vizinhas como Teixeiras, Viçosa, Ponte Nova, Visconde do Rio Branco. Há também quem trabalhe nos grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Uma das épocas mais rentáveis para muitas pessoas é a da colheita de café. Neste período, mulheres, homens, jovens passam até doze horas nos campos realizando a colheita. Às vezes todos os membros da família conseguem um trabalho sazonal. Os

programas governamentais, como é o caso do “Bolsa família”¹¹, também contribuem para a manutenção econômica da população.

O município oferece os serviços básicos de educação e saúde. Na cidade há três estabelecimentos de ensino: Escola Municipal Iracema Rosa de Jesus Viana (Educação Infantil), Escola Municipal Dr. Raimundo Campos Viana Filho (Ensino fundamental) e Escola Estadual José Albino Leal (Ensino médio). Após o ensino médio, os que desejam continuar os estudos precisam ir para outra cidade. A prefeitura oferece transporte gratuito no turno noturno para quem deseja estudar em Viçosa. De acordo com a direção da escola estadual José Albino Leal, o número de desistências é grande. Às vezes iniciam o ano com duas ou três turmas e, ao chegar o segundo semestre, o número de estudantes é tão reduzido que uma única turma é suficiente para comportá-los.

Quanto à questão da saúde, há na cidade um posto de saúde bem equipado para serviços básicos, contando com a presença de um médico 24h por dia. As situações mais graves são encaminhadas para os hospitais de Viçosa e Ponte Nova. Há duas equipes no município do programa “Saúde da família”. Uma é responsável pelo núcleo urbano e a outra pelo núcleo rural.

Esses dados sobre a educação e a saúde no município confirmam o que Mueller (apud WANDERLEY, 2009: 316) definiu como característica das pequenas cidades do interior do Brasil: “a população de suas áreas de influência é forçada a se valer de centros maiores para satisfazer parte de suas necessidades; não sendo isso viável, as situações de carência podem se tornar agudas.

¹¹ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 22 a R\$ 200. O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Disponível em <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 22 set. 2010.

Por ser um pequeno município, uma “cidade rural” a vida acontece em um ritmo tranquilo, sem a característica “correria” dos grandes centros urbanos, o que não significa ausência de atividades. A relação entre as pessoas é mais intensa. É comum encontrar as pessoas conversando, sentadas em uma praça, visitando umas às outras, solidárias em momentos difíceis como doença e morte. A figura 03, por exemplo,



Figura 03: Roda de conversa. Pesquisa de campo, janeiro de 2010. Fonte: Wander Torres Costa.

retrata bem esse cotidiano vivenciado pelos moradores. Um enterro em Pedra do Anta, por exemplo, em qualquer dia ou horário, contará com a presença de um elevado número de pessoas. Há que se pensar bem em casamento, principalmente se há o desejo de realizar uma festa, pois tal acontecimento não passará despercebido de muitas pessoas que, ao saber do fato, se sentirão convidadas para tal ocasião. O interessante é que se alguém que não foi convidado “aparecer” na festa, é tratado como se fosse.

A privacidade é difícil de ser vivida, confirmando o que Simmel (1987) descreveu sobre as pequenas cidades do interior nas quais prevalece o ciúme do coletivo sobre o individual. Muitos dos assuntos conversados giram em torno da vida cotidiana e alheia. A distância entre vida familiar e vida social é quase inexistente. É comum ouvir pessoas reclamando que em Pedra do Anta “se cuida muito da vida do outro”. Entre os mais jovens há uma reclamação que Pedra do Anta não oferece nada para eles seja em relação às oportunidades de estudo, bem como de lazer. Para o estudo, como já foi falado, caso o jovem deseje continuar a estudar após o ensino médio precisa ir a uma outra cidade, como Viçosa ou Ponte Nova.

Em relação ao lazer, os bares e a danceteria *Black Space* são os locais mais frequentados. Também a praça de esportes, uma espécie de clube recreativo, recebe muitos frequentadores, principalmente em épocas de calor, pois conta com uma piscina. Os campeonatos municipal e regional de futebol são também fonte de lazer e descontração. O time principal da cidade chama-se Itapir Futebol Clube. (O nome foi dado por um padre e significa a junção de *Ita* = Pedra + *Tapir* = Anta). Para os mais idosos, há na cidade o grupo da terceira idade, que promove festas, palestras com diversas temáticas e momentos para incentivar a prática do esporte e cuidados com a saúde.

O rio Casca também proporciona momentos de lazer, seja por causa da pesca, seja pelos diversos locais onde se pode tomar um banho de rio, como é o caso do trecho conhecido como “ilha” (Figura 04). Vale destacar que o rio Casca não é apenas visto como um meio de lazer. Em duas ocasiões, empresas geradoras de energia elétrica apresentaram ao Estado de Minas Gerais projetos para a construção de barragens, mas não foram adiante.¹²



Figura 04: Rio Casca. Trabalho de campo, dezembro de 2009. Fonte: Wander Torres Costa.

Em relação às festas, há duas que são mais conhecidas: a festa do rodeio e a festa de São Sebastião. A primeira acontece normalmente em um final de semana do mês de setembro. É uma festa organizada pela Prefeitura Municipal. Ela atrai um número elevado de pessoas dos municípios vizinhos e pessoas do município que residem em outros lugares. A festa começa na sexta-feira e vai até o domingo. Os momentos mais fortes acontecem à noite, quando são realizados os rodeios e as apresentações culturais. No domingo durante o dia, há diversos concursos que avaliam os animais, sobretudo os cavalos. Em relação à segunda, a festa de São Sebastião, ela ocorre entre os dias 11 e 20 de janeiro, pois esta última data é o dia em que a igreja católica celebra liturgicamente a memória do mártir São Sebastião. Todos os dias há missa e barraquinhas para a venda de alimentos. A renda das barraquinhas é direcionada para os gastos da paróquia. No dia 20, feriado municipal, além da missa e procissão, há também leilões, pois é comum as pessoas doarem animais para São Sebastião com o desejo de que o santo proteja os demais animais da propriedade.

¹² Há uma dissertação de mestrado em Extensão Rural apresentada ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa que se refere a um desses processos. Cf. VIANA, Romilda de Souza Lima. **O Projeto UHE Cachoeira da Providência. Uma abordagem etnográfica sobre os efeitos da população local.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Viçosa: Viçosa – MG, 2000.



Figura 05: Perímetro urbano de Pedra do Anta. Acervo do Sr. José Pedro de Alcântara.

O núcleo urbano possui uma rua conhecida como rua principal que leva o nome do Major José Luiz da Silva Viana. Nesta rua, que pode ser vista na figura 05, localizam-se diversos estabelecimentos: Escola Estadual Albino José Leal, Posto Policial, Casa Paroquial, Igreja Matriz, Prefeitura Municipal, garagem da viação Pedra do Anta, bares, danceteria e diversos

casarões do século XIX que, como afirma o hino da cidade são “lembranças de um Brasil colonial.” Através dela tem-se acesso a três praças da cidade: Praça do Rosário, Praça José Ferreira de Paiva e Praça Raimundo Campos Viana Filho. Ela corta todo o núcleo urbano desde a rodovia que liga Pedra do Anta a Teixeira até a estrada para localidades rurais do município como Braúna e São Pedro e os municípios de São Miguel do Anta e Canaã.

Em relação ao núcleo rural, ele é constituído por várias localidades. São elas: Sertão, Boa Esperança, Paraíso, São Pedro de baixo, Providência, Braúna, Morro Vermelho, Realeza, Abóboras, Glória, Jacutinga, Sumidouro, Santo Aleixo, Limoeiro, Entre Rios, Laranjeiras, Açoita Cavalo, Cachoeira Alegre, Cascatinha, Retiro Saudoso, São Domingos, Liberdade, Raposa, Matinha, Monte Líbano, Fazendinha, Caratinga, Embargos, São Bernardo, Horta Nova, Mutuca, Córrego dos Pintos, São Francisco. As localidades rurais maiores também festejam os seus santos padroeiros. Assim há a festa de Santa Rita de Cássia, na comunidade do Paraíso, a festa de São Pedro, na comunidade que leva o mesmo nome do santo, a festa de Nossa Senhora das Graças, na comunidade da Braúna, a festa de Nossa Senhora Aparecida, na comunidade do Sertão e Boa Esperança.

Finalmente, podemos concluir após essa descrição do município de Pedra do Anta que estamos falando de uma “cidade ou município predominantemente rural”, ou como “o lugar dos rurais” como define Wanderley (2009:311). Pois o grau de urbanização é relativamente pequeno e o “modus vivendi” da população, por mais que tenha influência do mundo urbano, ainda está muito próximo do mundo rural. Não se observam diferenças entre um habitante da área urbana e da área rural seja no modo de

vestir, de compreender o mundo, de se relacionar com as pessoas. A pouca distância geográfica e a facilidade de locomoção permite essa interação.

Retomando a classificação de Wanderley (2009) ela estabelece cinco características para entender as relações entre a pequena cidade e o mundo rural: a) a pequena cidade é o espaço central do poder municipal, que concentra as atividades administrativas e organiza e centraliza as atividades econômicas e sócio-políticas do município e, principalmente, expressa a referência à identidade espacial local; b) o processo de urbanização é frágil e precário do ponto de vista dos recursos disponíveis; c) a presença do mundo rural é marcante tanto pelas atividades agropecuárias exercidas pelas pessoas ocupadas no município, pela predominância das qualidades do meio rural diante das quais a pequena cidade não consegue se impor como alteridade, pela predominância das paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento; d) pelo modo de vida, representado inventário dos recursos materiais, sociais e culturais locais; e) a dinâmica da sociabilidade local, que inclui os conflitos e as redes de alianças, as formas de uso e controle da propriedade da terra, a percepção do espaço e também a reinteração da memória coletiva que funciona como elemento constitutivo da identidade local. A autora conclui que essa tipologia nos permitiria aprofundar as políticas públicas de desenvolvimento local, não só valorizando as potencialidades rurais das pequenas cidades, mas compreendendo melhor a função de intermediação que os pequenos municípios exercem entre os espaços rurais e o sistema de cidades propriamente dito. Segundo ela “através dessa mediação é possível enfrentar a dupla dificuldade dos pequenos municípios: o isolamento e a precariedade social” (WANDERLEY, 2009:327).

1.2 – A Igreja Matriz de São Sebastião de Pedra do Anta

Entre as edificações antigas de Pedra do Anta encontra-se a Igreja Matriz de São Sebastião. Juntamente com o Sobrado, ela está localizada na praça José Ferreira de Paiva. Até 1969, entre essas duas edificações havia também a casa do Conselho que foi demolida pela prefeitura para dar lugar a construções mais recentes (Figura 06). Não há muitas informações a



Figura 06: Sobrado, Casa do Conselho e Igreja Matriz. Acervo do Sr. José Pedro de Alcântara.

respeito da construção da igreja. Nos livros de Tombo da paróquia, apenas há uma referência transcrita de uma nota histórica a respeito do padre que erigiu o referido templo. Entretanto, informações referentes à data de início e término da construção não foram encontradas em tal livro. Assim narra a nota histórica sobre a igreja matriz:

Ia-me esquecendo de dizer que a Matriz atual foi edificada pelo Pe. Francisco de Paula Homem, sacerdote virtuoso, de costumes austeros, sendo o que mais fez pelo engrandecimento do lugar, como prova a nossa Igreja de que, com justo motivo se orgulham os Antenses. (TOMBO II, folha 22v).

Além do Livro de Tombo, o livro “História de Pedra do Anta”, de José Pedro de Alcântara, traz informações a respeito da Igreja Matriz. Segundo Alcântara, a construção dessa Igreja foi iniciada pelo padre Francisco de Paula Homem, em 1869. Após sua saída da paróquia a construção permaneceu parada por aproximadamente dez anos. Em 1879, o padre Francisco retornou à paróquia e concluiu a construção da Igreja. Também cita em seu livro que o padre Antônio Raimundo de Carvalho, de Ouro Preto, posteriormente nomeado vigário de Pedra do Anta em 1880, trouxe para escravos que trabalharam com Aleijadinho¹³ e também o mestre de arte João Aquino que trabalharam nas esculturas. Eles “construíram o altar-mor com belíssimas artes barrocas, quatro

¹³ O fato de se afirmar que os escravos vindos para Pedra do Anta para construir a igreja matriz trabalharam com Aleijadinho parece não ser verdadeiro. Antônio Francisco Lisboa, Aleijadinho, nasceu em 29 de agosto de 1730 e faleceu em 18 de novembro de 1814. Há um distanciamento cronológico que impossibilita tal afirmação ser verdadeira. O que pode ter acontecido é que os escravos vindos para Pedra do Anta trabalharam com algum discípulo de Aleijadinho.

colunas magníficas, dois altares laterais com lindas esculturas, quatro anjos no interior, portas laterais e da frente com almofadas e lindas artes” (ALCÂNTARA, 2004:27).

Ainda quanto à questão de datas, há uma inscrição em baixo relevo, no retábulo do altar principal da Igreja Matriz (Figura 07). Nesta inscrição lê-se: “14 de julho de 1875”. Sobre essa data não foi encontrado nenhum apontamento. Supõe-se que seja referente à conclusão de alguma parte da igreja, como por exemplo, o próprio retábulo, uma vez que era comum datar e, inclusive assinar, as obras concluídas.



Figura 07: Inscrição no retábulo-mor. Dossiê de restauração, agosto de 2006.

As fontes pesquisadas não permitem datar com precisão o início e o término da construção, além de não oferecer muitas informações sobre o todo o processo da construção. O máximo que podemos afirmar é que se trata de uma construção do século XIX.

Quanto à questão da propriedade ao se pesquisar no cartório da cidade, não foi encontrado nenhum registro de escritura do terreno ou da igreja. Sabe-se, entretanto, que o terreno foi doado ao Patrimônio de São Sebastião, administrado pela Paróquia São Sebastião. Atualmente, tramita na justiça o reconhecimento da posse da propriedade pela paróquia.

Uma edificação datada da segunda metade do século XIX não resistiria às intempéries do tempo se ao longo dos anos não passasse por reparos e reformas capazes de mantê-la erguida. Na história da Igreja Matriz de Pedra do Anta pode-se constatar que tais reformas aconteceram. Em vários momentos é possível perceber a preocupação dos padres que ali trabalhavam bem como da própria população. Passavam por reformas elementos estruturais, arquitetônicos e estéticos. Elas eram feitas de acordo com a necessidade e possibilidade da comunidade. A questão financeira sempre foi um dos grandes desafios para quem desejava empreender uma reforma. Muitas vezes elas eram feitas sem critérios, seguindo os padrões da época ou a intuição de quem as comandava.

Em 1922, o padre Pedro Sousa Rosa de Toledo, recém chegado a Pedra do Anta, registra a sua impressão a respeito do estado da Igreja Matriz. Como se poderá observar no relato abaixo, passados aproximadamente cinquenta anos de sua construção, a igreja encontrava-se em um estado precário. A figura 08 é a fotografia mais antiga da igreja matriz encontrada durante a pesquisa. Provavelmente foi tirada no final do século XIX ou no início do século XX. Eis o relato do padre Pedro Sousa:

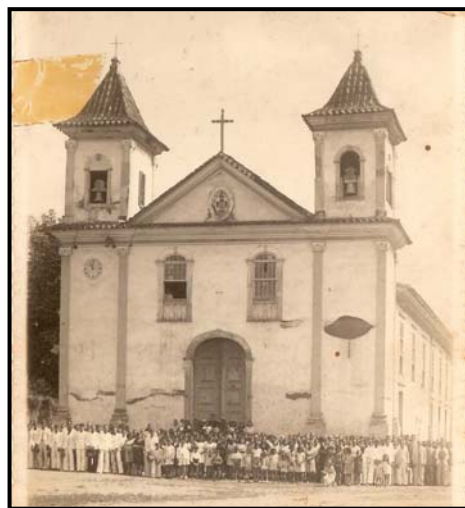


Figura 08: Fachada principal da igreja matriz. Acervo do Sr. José Pedro de Alcântara.

Ao chegar a esta freguezia encontrei a Matriz em reparos; uma torre estava concertada de pouco e a que põe para a rua estava em reparos. Acabados os reparos das torres desmoronadas, concitei a comissão a prosseguir em outros reparos que se faziam mister e ao povo que concorresse com as suas esmolas; e de seguida foi reparada a parede externa do fundo da matriz; quase sessenta dias foram só nestes reparos. Isto feito, insisti com o povo sobre o estado deplorável em que se achava o templo internamente. Havia mais de vinte anos que nem uma pincelada ou mão de cal recebia a igreja. Só era zelado o exterior para que a igreja não fosse abaixo. A uma pessoa piedosa que entrasse na igreja para fazer uma oração sahiria certamente com o espírito mal assombrado, tal descaso certo e imundícia reinava no templo. Era impossível a um christão enlevar-se na piedade onde parecia não existir ninguém, tinha-se a impressão de um castello há muito abandonado e deserto. (TOMBO I, folhas 2v e 3)

Diante de tal estado, o padre começou, a seu modo, uma tentativa de angariar fundos para a reforma não só do templo, mas também das vestes e objetos litúrgicos.

Exasperado com tal incuria tomei de publico a resolução de ir de porta em porta a colher obulos, não já para a limpeza do templo que tocava mais de perto a comissão fabriqueira, mas para reformar paramentos e alfaias necessarias ao culto, que tudo era roto e irregular e tudo farrapos, si bem que restos de uma antiga opulencia e riqueza datada de uns 25 annos. Mas tal foi a generosidade dos fieis a que primeiro recorri, que, de alfaias que sonhava, abracei a causa geral da comissão sem abandonar a minha própria. Dentro de mez e pouco consegui assignaturas para os reparos da matriz; e logo foram demolidas duas paredes da capella-mor e em seu lugar foram feitos quatro novos arcos embellezando-se a arquitetura do templo e augmentando-se quasi de um terço a capacidade do templo. O serviço de arcada ficou em

cerca de um conto e pouco. Após esse serviço foi o pintor José Euclides, (vulgo Juquinha Raul) de Viçosa encarregado da decoração do templo e nada deixou de fazer para corresponder ao todo decorativo que delineamos sem todavia embaraçar o seu feitio de artista que não podia obedecer a traços de que o não era de profissão. (TOMBO I, folha 3)

Outra reforma a ser considerada foi a do telhado da igreja. Após a saída do padre Sebastião Inácio de Moura, que foi pároco entre 1951 e 1973, o arcebispo de Mariana solicitou ao padre Napoleão Lacerda de Avelar, pároco de Teixeira, assistir Pedra do Anta. Uma vez que o padre Napoleão residia em Teixeira, ele organizou uma comissão com a finalidade de cuidar da manutenção da igreja matriz. Essa comissão era formada por diversas pessoas de Pedra do Anta. Na ata da primeira reunião consta o objetivo dessa comissão:

A comissão aprovada pelo sacerdote vigário da Paróquia de Pedra do Anta, Pe. Napoleão Lacerda Avelar, a fim de reformar o telhado da Igreja Matriz foi a seguinte: (...) Todo membro da comissão deverá trabalhar e não medir sacrifício, para assim concertar o mais depressa possível a casa de Deus. Não poderão empregar os donativos para outros fins, e quem o fizer será excluído da comissão. (Livro de Atas da comissão, folha 2)

Posteriormente, mesmo com a chegada de um novo padre residente na cidade em 1980, o padre José Ferreira Maciel, de acordo com o livro de atas, a comissão continuou com o trabalho. A função da comissão era, principalmente, buscar fundos para a realização das reformas, principalmente do telhado. Entretanto, tal comissão tornou-se também uma referência em outros assuntos, como por exemplo, na tentativa de conseguir um padre para atender a paróquia.

Após a saída do padre José Ferreira Maciel, em 1985, a paróquia de Pedra do Anta passou mais uma vez por um período de vacância, sendo atendida por diversos padres. Mesmo nesse período, a comissão continuou o seu trabalho. Entretanto, outras necessidades além de reformas na matriz foram surgindo, como a construção de um salão para as diversas atividades da paróquia. A última reunião da comissão registrada em ata foi no dia 07 de outubro de 2000.



Figura 09: Fachada principal da Igreja Matriz em 2002. Arquivo pessoal do pesquisador.

Em 2002, a pedido de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, o padre Walter Jorge Pinto, vigário paroquial da paróquia Nossa Senhora de Fátima em Viçosa, passou a administrar a paróquia São Sebastião de Pedra do Anta. Também ele registrou sua preocupação com o estado da Igreja Matriz, tentando de algum modo continuar as reformas anteriores. Entretanto, procurou antes contactar especialistas em restauração. A figura 09 registra o estado da fachada principal nesse período.

Ao longo deste ano, dando continuidade aos esforços iniciados anteriormente, foram trazidas a esta cidade, duas diferentes equipes de restauradores, uma das cidades de Ouro Preto e Mariana, presididas pelo diácono Agostinho Barroso e outra de Viçosa, presidida pela restauradora [o nome está ausente no documento original] e o professor da UFV, Norivaldo dos Anjos, especializado no combate aos cupins. Apesar dos esforços iniciais, nenhum sucesso mais definitivo foi alcançado. A primeira equipe simplesmente comunicou por fax ao diác. Agostinho a sua desistência pelo fato de considerar muito complicado o empreendimento e a segunda porque a sra. [o nome está ausente do documento] mudou-se de Viçosa, paralisando o processo. É necessário viabilizar o tombamento da Igreja Matriz a nível municipal para facilitar a captação de verbas por meio da lei de incentivo à cultura. (TOMBO III, folha 7v)

Em fevereiro de 2005 o padre Walter Jorge foi transferido da paróquia São Sebastião para assumir os trabalhos na recém criada paróquia São João Batista, em Viçosa.

1.3 – A Restauração da Capela-Mor da Igreja Matriz

Ao iniciar os trabalhos como administrador paroquial em Pedra do Anta no ano de 2005 deparei-me com diversos desafios do ponto de vista pastoral, econômico e administrativo. Entre tantos desafios, estava a conservação da Igreja Matriz. Em reuniões realizadas com os diversos grupos de trabalho existentes na paróquia e em conversas com o pároco anterior, tomei conhecimento da preocupação da população local em relação à conservação da igreja matriz. Conforme as anotações feitas no livro de Tombo da paróquia, o padre Walter já havia procurado duas equipes especializadas em restauração de edifícios religiosos, mas sem obter maiores resultados, pois o custo de um projeto de restauração, de acordo com uma das equipes, seria bastante elevado. Além disso, a partir de uma visita técnica realizada entedia-se ser demasiadamente complexa a restauração da referida igreja.

Sendo assim, iniciei um novo caminho, na tentativa de conseguir uma equipe que pudesse realizar uma nova visita e um novo parecer. Em conversa com uma pessoa que havia feito o curso técnico em conservação e restauro pela Fundação de Arte de Ouro Preto, após fazer uma visita à igreja matriz, sugeriu-me entrar em contato com a empresa Seculus Conservação e Restauro, localizada na cidade de Catas Altas – MG.

Após visita técnica realizada pela empresa na Igreja Matriz foi constatado ataque de insetos xilófagos e sujidade generalizada, algo que já era bastante perceptível. A proposta então foi de realizar um trabalho de imunização. Isto evitaria a ação de tais insetos. Normalmente o trabalho de imunização é o primeiro a ser feito em caso de uma possível restauração. Ao conversar com a comunidade sobre isto, todos foram unânimes em dizer que era realmente necessário que se fizesse a imunização. Munido desse parecer entrei em contato com a referida empresa para que se fizesse o serviço no mês de junho de 2005.

Durante o trabalho de imunização os técnicos tiveram a oportunidade de avaliar mais detalhadamente a situação em que se encontrava a igreja matriz. De acordo com a avaliação os elementos estruturais estavam em boas condições. O que propunham era a restauração dos elementos artísticos, feito por etapas. Desse modo, facilitaria a execução e também a obtenção de recursos. Assim, ficou definido que restauraríamos a capela mor em duas etapas. Na primeira seria feita a remoção das repinturas existentes. Isso porque ao longo de sua história, a igreja matriz recebeu várias pinturas sobrepostas. A figura 10 mostra tais repinturas.

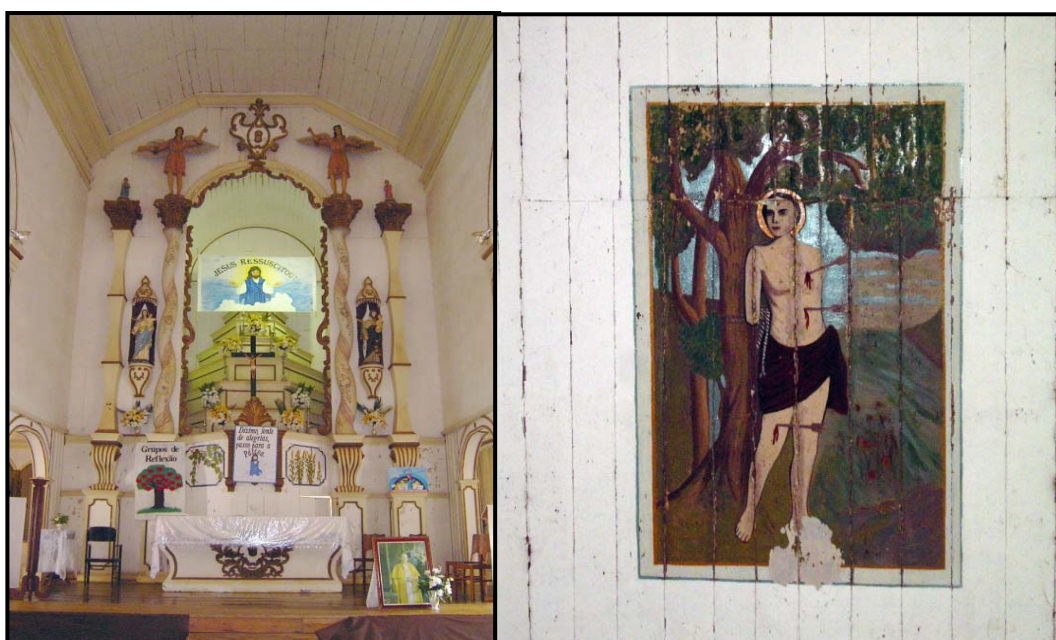


Figura 10: Retábulo e forro da capela mor antes da remoção da repintura. Dossiê de restauração, agosto de 2006.

Ao se fazer as prospecções em determinados elementos artísticos da capela-mor, foi detectado uma pintura mais antiga. Como se tratava de uma restauração e não de uma reforma, a opção assumida foi a de considerar, quando possível, os elementos originais e a remoção das repinturas. Assim, após a aprovação do Conselho Paroquial de Pastoral e do Conselho para Assuntos Econômicos da Paróquia, em agosto de 2005 iniciou-se os trabalhos propostos. Essa primeira etapa pode ser considerada como uma fase de muitas descobertas. À medida que se removiam as repinturas, apareciam pinturas desconhecidas até mesmo dos moradores mais antigos, conforme podemos observar na figura 11. Em novembro de 2005 relatava no livro de tombo as impressões a respeito da restauração:

Sobre a restauração da igreja, tem-se descoberto que ela possui muitas riquezas principalmente no que diz respeito às pinturas. Além do trono e camarim de S. Sebastião também as colunas do retábulo-mor são marmorizadas. O trabalho de remoção da pintura que estava por cima tem sido feito e espera-se a recuperação da pintura mais antiga. Também foi motivo de surpresa e alegria descobrir que o forro da nave central também possui uma pintura mais antiga. A pintura de S. Sebastião que ali estava era bastante recente e destoava muito do restante da igreja.

À medida que se removia a pintura aparecia outra mais antiga e mais bonita. No centro da pintura tem-se uma imagem de uma pomba, representando o Espírito Santo. A comunidade tem gostado muito do trabalho, pelo menos é o que se ouve. (TOMBO III, folha 18)



Figura 11: Forro da Capela-mor após remoção da repintura. Dossiê de restauração, agosto de 2006.



Figura 12: Retábulo-mor após a remoção das repinturas, agosto de 2005. Arquivo pessoal do pesquisador.

A primeira etapa foi concluída em dezembro de 2005. Nesse período, o retábulo-mor apresentava-se de acordo com a figura 12. Ao final dessa etapa, também havia se esgotado os recursos financeiros da paróquia destinados para este fim. Sendo assim, o trabalho de restauração foi interrompido. Contudo, tendo em vista que janeiro é o mês em que acontece a festa de São Sebastião, padroeiro da paróquia, iniciamos os preparativos para as celebrações com o objetivo de arrecadar o valor necessário para a segunda etapa da restauração.

No ano de 2006, o conselho econômico da paróquia aprovou que toda a renda da festa fosse destinada para a segunda etapa da restauração da capela-mor. Tal fato surtiu um efeito bastante positivo entre os moradores. A participação durante os dias da festa

foi intensa e o valor arrecadado permitiu que a segunda etapa da restauração fosse iniciada em fevereiro. Nesta etapa, foi realizada a troca das madeiras danificadas, a reintegração das pinturas originais e também a pintura das partes não originais. Em setembro de 2006 concluí-se tal etapa. Os gastos com as duas fases ficaram em aproximadamente R\$ 60.000,00 (Tombo III, folha 27). A figura 13 retrata o “antes” e o “depois” da execução dos trabalhos da segunda etapa da restauração.



Figura 13: O “antes” e o “depois” da restauração. Dossiê da restauração, agosto de 2006.

O processo de restauração fez com que iniciasse também uma reflexão a respeito das políticas de preservação patrimonial e os recursos financeiros disponibilizados em âmbito estadual e federal para tal fim. Juntamente com os restauradores da empresa Seculus Conservação e Restauro fomos tomando conhecimento das possibilidades existentes tendo em vista uma possível continuidade da restauração da igreja matriz. A reflexão era que a restauração completa da igreja matriz seria economicamente inviável, considerando apenas os recursos provenientes da população local. Uma vez que entendia-se a igreja matriz não apenas como patrimônio de uma comunidade religiosa e sim como um patrimônio do município, seria fundamental que houvesse também a participação do poder público municipal.

Entretanto, o município de Pedra do Anta não tinha criado ainda a sua lei de preservação patrimonial. Consequentemente, também não tinha o Conselho Municipal de Preservação Patrimonial. Tal situação impedia que recursos financeiros estaduais ou federais fossem pleiteados. A partir disso, iniciou-se um diálogo com a prefeitura municipal a fim de tornar real tais políticas.

Em setembro de 2006 a Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais criou o Fundo Estadual de Cultura (FEC). O primeiro edital foi publicado no dia 30 de agosto de 2006. Eis um trecho desse edital informando sobre seu objetivo:

O Fundo destina-se àqueles projetos que, tradicionalmente, encontram maiores dificuldades de captação de recursos no mercado. Surge com o intuito de atenuar algumas das distorções presentes no modelo de financiamento à cultura vigente no país e traz o objetivo claro de estimular o desenvolvimento cultural nas diversas regiões do Estado, com foco prioritário para o interior. (Edital de publicação do FEC, p. 01)

A partir disso, iniciamos a elaboração de um projeto que tivesse como objetivo a restauração dos elementos artísticos da Igreja Matriz de São Sebastião de Pedra do Anta uma vez que uma das áreas a ser considerada pelo Fundo era a de restauração de patrimônio material. Uma das dificuldades encontradas relacionava-se com o proponente do projeto. De acordo com o edital, este poderia ser: a) a pessoa jurídica de direito privado, com ou sem fins lucrativos, estabelecida no Estado de Minas Gerais, com o objetivo e atuação prioritariamente culturais, com, no mínimo, 1 (um) ano de existência legal e com efetiva atuação devidamente comprovada, diretamente responsável pela promoção e execução de projeto artístico ou cultural a ser beneficiada

com os recursos aos quais se referia o Edital; b) a entidade de direito público municipal, de natureza cultural, estabelecida no Estado de Minas Gerais, diretamente responsável pela promoção e execução de projeto artístico ou cultural a ser beneficiado com os recursos aos quais se referia o Edital.

Tendo em vista este critério, somente a Prefeitura Municipal de Pedra do Anta poderia ser a proponente do projeto. Contudo, como já foi relatado, a Prefeitura Municipal não tinha, até aquele momento, instituído a lei de preservação patrimonial e o conselho municipal de patrimônio. Além disso, as iniciativas culturais propostas pela Prefeitura Municipal eram quase inexistentes. Assim, foi avaliado pela equipe elaboradora do projeto que o melhor seria colocar a própria Paróquia como proponente, justificando o motivo pelo qual ela se enquadraria nos critérios estabelecidos. Eis as razões apresentadas em carta anexa ao projeto enviado:

A paróquia São Sebastião de Pedra do Anta se enquadra dentro das exigências do edital a respeito do que ele denomina como proponente. De acordo com o seu estatuto, a Paróquia São Sebastião é uma organização religiosa, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado. No Art. 4º, III, explicita-se uma de suas finalidades: “o Múnus de Governar: administrar os bens patrimoniais e eclesiásticos da Arquidiocese com projetos de restauração e preservação, tendo em vista a sustentação do clero, a manutenção do culto e apostolado da caridade, promovendo a todos, humana e socialmente.” (PROJETO, 2006)

Entretanto, os motivos apresentados não foram aceitos e o projeto elaborado foi desclassificado. Contudo, mesmo sendo desclassificado, ao nos dirigirmos à Secretaria de Cultura do Estado, recebemos a informação de que o projeto se encontrava com a secretária de cultura, Eleonora Santa Rosa. Na ocasião, fomos orientados a enviar uma carta a esta senhora, explicando de modo mais detalhado as razões pelas quais colocamos a Paróquia São Sebastião de Pedra do Anta como proponente do projeto.

Em maio de 2007, foi publicado mais uma vez o edital do Fundo Estadual de Cultura. Orientados pela própria Secretaria de Cultura do Estado, após conversa com a Prefeita Municipal, colocou-se a Prefeitura Municipal de Pedra do Anta como sendo a nova proponente. Fizemos as modificações necessárias para que o mesmo projeto, já apresentado uma primeira vez, pudesse ser novamente avaliado. Nessa ocasião, o município já contava com sua lei de preservação patrimonial bem como com o seu

conselho de patrimônio. Porém, do mesmo modo que na primeira vez, o projeto não foi contemplado.

Diante disso, retomamos a idéia de obter os recursos junto a própria população para dar continuidade à restauração, uma vez que já fazia um ano desde o término da restauração da capela-mor. Entretanto, quando estávamos para assinar o contrato para que a empresa Seculus Conservação e Restauro fizesse a remoção das repinturas da nave central da igreja matriz, recebi a notícia de minha transferência para a paróquia Nossa Senhora de Fátima, em Viçosa.

1.4 – Jovens em cena: objeto empírico da pesquisa

Desde o início do processo de restauração, uma das preocupações era informar à comunidade os passos dados a respeito do trabalho realizado. Tal atitude tinha como objetivo envolver a comunidade, de tal modo que não fosse apenas espectadora do processo, mas compreendesse que se tratava de algo que lhe pertencia. Tal informação era passada às lideranças da paróquia através das reuniões do Conselho Paroquial de Pastoral e do Conselho para Assuntos Econômicos Paroquial. Para a população em geral, foram realizadas palestras sobre o patrimônio e o processo de restauração, ministradas pelos restauradores da empresa contratada. Alguns registros das atas das reuniões do conselho paroquial de Pastoral evidenciam isso:

Durante todo o tempo os restauradores estão prontos para dar explicações de tudo que está fazendo na Igreja. Durante as missas o Padre vai conscientizar as pessoas que a Igreja não é só do Padre, mas é nossa e que o dinheiro empregado é da comunidade de Pedra do Anta e das comunidades rurais. (Ata da reunião do Conselho Paroquial de Pastoral, dia 26 de julho de 2006, folha 31)

Sobre a restauração – agora que já estamos vendo partes da Igreja com algumas pinturas, temos idéia e grande esperança de ver melhor o que está acontecendo. Temos que preservar o que é nosso. Já está sendo feito um trabalho, procurando recursos para serem aplicados não só na Igreja, mas também em casarões, dando assim valor àquilo que é nosso. Para que tudo isso aconteça, deve ser feito um trabalho de conscientização cultural dentro da escola. É uma herança que movimenta a cidade, turismo, conservação, valorização, auto-estima das pessoas. (Ata da reunião do CPP do dia 23 de maio de 2006, folha 39v)

Pe. Wandinho convidou Roberto para falar sobre os trabalhos de restauração da Igreja Matriz. Em primeiro lugar Roberto falou da limpeza de tintas acumuladas, até chegar à pintura original. A pintura feita não foi criada por ele, e sim um trabalho de reintegração, tudo existia e foi descoberto. Falou também no Camarim que já está quase pronto, faltando apenas o último degrau onde ficava São Sebastião. (Ata da reunião do CPP do dia 27 de junho de 2006, folha 40)

Além da preocupação com a conservação da igreja matriz, havia também um desejo, sobretudo por parte dos adultos, que se realizasse em Pedra do Anta algum tipo de atividade com os jovens. Justificavam esse desejo afirmando que os jovens em Pedra do Anta não tinham muitas oportunidades. Com um tempo ocioso, começavam a fazer coisas que na representação deles eram “erradas”. Uma vez que, no âmbito eclesial, meu trabalho estava voltado para a juventude, principalmente porque exercia a função de assessor da pastoral da juventude na arquidiocese de Mariana, muitas pessoas atribuíram à minha chegada em Pedra do Anta a possibilidade de iniciar um trabalho mais efetivo com os jovens.

Após algumas reuniões ficou decidido que iria ser criado um novo grupo de jovens em Pedra do Anta. Esse grupo seguiria a proposta da Pastoral da Juventude. O grupo era formado por aproximadamente dez jovens que se encontravam todos os sábados, no salão paroquial. O número exato de jovens variava bastante, pois sempre havia os que entravam e saíam. Entretanto, a média era a de dez jovens, entre 16 a 20 anos, mulheres e homens. Os temas dos encontros eram os mais diversos e giravam em torno da vida e dos problemas dos jovens. Em um primeiro momento, não havia nenhuma relação entre a articulação do grupo de jovens e o trabalho de restauração desenvolvido na capela-mor.

O interesse dos jovens pela restauração passou a ser percebido ao final da primeira etapa da restauração quando passaram a visitar a igreja com o intuito de observar como estava o trabalho. Além disso, sempre levavam os parentes e visitantes de outras cidades que chegavam para as festas de final de ano, pois a primeira etapa foi concluída em dezembro de 2005.

Durante as palestras sobre o processo de restauração sempre havia jovens que participavam. A restauração se tornou ponto de pauta em muitos encontros do grupo, quando eram repassadas as informações sobre o andamento do trabalho, uma vez que no

Conselho Paroquial de Pastoral havia uma representante do grupo de jovens. Por ocasião do mutirão realizado para a troca das madeiras do assoalho do presbitério da capela-mor vários foram os jovens que se dispuseram a ajudar. Em janeiro de 2006, quando estávamos preparando para realizar a festa de São Sebastião, o grupo procurou-me para dizer que gostaria de ajudar durante a festa trabalhando nas barraquinhas, pois achavam importante contribuir para a obtenção de recursos para a restauração. Em reunião com o Conselho Paroquial ficou definido que o grupo de jovens seria responsável pela barraca das brincadeiras infantis. Ao grupo de jovens uniram-se outros jovens.

Após o período da festa, antes de iniciarmos a segunda etapa da restauração da capela-mor, em conversa com os restauradores da empresa, estes solicitaram que fosse contratada uma pessoa de Pedra do Anta para trabalhar na restauração a fim de aprender algumas técnicas de conservação e restauro. Esta pessoa seria contratada pela empresa e acompanhada pelos restauradores. Posteriormente, ela teria condições de ajudar na conservação da restauração. A indicação de alguns nomes partiu dos membros do conselho para assuntos econômicos da paróquia.

Foi pedido, pelos restauradores uma pessoa de Pedra do Anta para ajudá-los. Indicamos os nomes de Luciano Abranches, Fábio Júnior, Tiago e Célio, ficando a cargo de Ronaldo e Roberto a escolha de um deles. (Ata da reunião do CAEP do dia 03 de março de 2006)

Mesmo ficando a critério dos restauradores a escolha da pessoa, uma vez que seria contratada pela empresa, diante do engajamento e participação dos jovens na obtenção de recursos para a restauração, foi sugerido que entre os nomes indicados fosse escolhido um jovem. Seria uma forma de motivar ainda mais os jovens a continuar envolvidos com a restauração. Assim, após entrevista com as pessoas sugeridas, os restauradores escolheram o jovem Fábio Júnior, na época com 16 anos. A escolha desse jovem repercutiu positivamente sobre o grupo, pois ele era um dos membros. Desse modo, o grupo passou a receber mais informações sobre o processo de restauração e a se interessar ainda mais, a ponto de outros jovens manifestarem a vontade de trabalhar, mesmo que fosse sem salário, na restauração da igreja.

Este interesse maior de alguns jovens levou-nos a pensar em organizar um projeto que envolvesse os jovens e a continuidade do processo. Ao consultar os jovens do grupo a respeito dessa idéia todos foram unânimes em afirmar que seria interessante um projeto dessa natureza e a maioria confirmou que participaria caso o projeto se concretizasse. Assim, iniciamos a elaboração do projeto criando uma equipe formada pelos restauradores que estavam trabalhando na igreja e também alguns assessores e assessoras da pastoral da juventude na arquidiocese de Mariana. O projeto recebeu o nome de “Preservando o Amanhã: capacitação de jovens agentes culturais”. O objetivo geral do projeto era o de capacitar jovens entre 16 e 24 anos para atuar como agentes culturais no município de Pedra do Anta. Já os objetivos específicos eram: a) Favorecer o protagonismo juvenil; b) Propiciar aos jovens acesso à cultura; c) Promover geração de trabalho e renda; d) Conscientizar os jovens a respeito da importância da preservação de seu patrimônio cultural; e) Estimular a cidadania e a participação social; f) Melhorar a qualidade de vida no meio rural.

Quanto à metodologia, propunha-se o seguinte:

O projeto será realizado no mesmo período da restauração da igreja matriz, através de oficinas temáticas, onde serão trabalhados conteúdos que favorecem a capacitação dos jovens envolvidos enquanto agentes culturais, com o objetivo de proporcionar uma formação integral que os ajude a compreender melhor a realidade, possibilitando sua intervenção e a transformação da mesma.

As oficinas temáticas pensadas seriam as seguintes: 1) Divulgação do projeto e realização do processo de seleção de jovens; 2) Juventude e sociedade; 3) Juventude e cultura; 4) Juventude e meio-ambiente; 5) Políticas Públicas de preservação patrimonial; 6) Valorizando a Educação Patrimonial; 7) Relacionamento interpessoal; 8) A arte da comunicação; 9) Visita turística: organização e planejamento; 10) Estratégias de mobilização comunitária; 11) Planejamento e orçamento de obras; 12) Noções básicas de conservação e restauro I e II; 13) Visita técnica I e II; 14) Sistematização e avaliação do projeto.

Na época em que estávamos elaborando o projeto, em maio de 2007, foi publicada a segunda edição do Fundo Estadual de Cultura (FEC). Uma das mudanças em relação à primeira edição referia-se à criação de um bônus para projetos indutores de protagonismo juvenil¹⁴. O ponto 6.2.4 do edital destacava o seguinte:

Projetos cujas ações sejam consideradas, pelo colegiado formado pelos coordenadores das CSPs, indutoras de protagonismo juvenil (ver anexo I) receberão um bônus de 5 (cinco) pontos a serem somados à pontuação concedida nos critérios técnicos e de fomento.

Por causa do edital decidimos esperar a avaliação do nosso projeto apresentado ao FEC para iniciar o projeto com os jovens. Assim, caso fosse aprovado, teríamos inclusive recursos financeiros. Além do mais, como a restauração da capela-mor já havia terminado, precisávamos esperar uma nova etapa da restauração da igreja matriz para concretizar o projeto. Contudo, como já foi relatado, o projeto apresentado ao FEC não foi aprovado. Porém, o que impediu que o projeto “Preservando o Amanhã” fosse concretizado foi o fato de não iniciarmos uma nova etapa na restauração da igreja matriz.

Em outubro de 2007, quando estávamos para reiniciar as obras de restauração, recebi o comunicado de minha transferência para a cidade de Viçosa. Com a chegada de um novo pároco, padre Ronaldo da Silva Miranda, os trabalhos da restauração foram interrompidos por um determinado período. Durante o ano de 2008, devido a outras reformas mais emergenciais na casa paroquial e na igreja do Rosário, não houve nenhum avanço nas obras de restauração.

¹⁴ No anexo ao edital havia a definição para o significado de protagonismo juvenil: “entende-se como iniciativas de protagonismo juvenil aquelas nas quais os jovens são agentes culturais e protagonistas das ações, assumindo as funções de propor, executar e avaliar e, ainda, as que estimulem a proatividade dos jovens e tenham como metas ampliar sua capacidade realizadora e criar condições para que assumam o papel de agentes de transformação das comunidades onde estão inseridos. Iniciativas que apresentem os jovens apenas como público alvo não serão consideradas de protagonismo juvenil. Jovens: pessoas de 15 a 24 anos de idade.



Figura 14: Folder da Festa de São Sebastião – 2010. Acervo da Paróquia São Sebastião.

Em 2009, por ocasião da festa de São Sebastião, foi confeccionado um folder com a programação da festa. Como se pode observar na figura 14, foi feita uma montagem em que aparece a fachada principal da igreja matriz e a imagem de São Sebastião que se encontra no altar principal. Há também a seguinte frase: “Nosso sonho, nossa luta”. Com os recursos obtidos durante a festa, conforme relata o padre Ronaldo no Livro de Tombo da paróquia, foram realizadas várias obras na

igreja matriz, conforme pode ser visto na figura 15: reparo estrutural em uma das torres, troca dos esteios danificados, troca das cimbalhas externas, colocação de calhas no telhado, pintura externa, remoção de repinturas na nave central (TOMBO III, folha52v).



Figura 15: Remoção de repintura na nave central. Pesquisa de campo, junho de 2010. Fonte Wander Torres Costa

Para este trabalho, consideramos satisfatório o período descrito, pois é nele que acontece a participação dos jovens. Isso não significa que o processo de restauração tenha sido interrompido, pois as obras da figura 15 evidenciam sua continuidade. Como nosso objetivo principal é analisar a participação dos jovens no processo descrito, procuraremos a seguir tratar sobre eles.

2 – JOVENS, SOCIEDADE E CULTURA

2.1 – Jovem é jovem em qualquer canto e em qualquer época!?

As ciências humanas, particularmente a história e a antropologia, já demonstraram as diferenças e as particularidades do pensamento ocidental e de culturas não ocidentais no que se refere à percepção cíclica ou linear do tempo e da influência destes modelos na valorização positiva ou negativa das várias fases da vida.

Le Goff (1992), citando Lèvi-Strauss, retoma a distinção feita pelo antropólogo francês sobre as sociedades “quentes” e “frias”, isto é, sociedades com e sem história. O estudo das primeiras caberia à História e o das segundas à Antropologia. Foram os antropólogos que, a partir das observações sobre culturas “primitivas”, perceberam nas mitologias e rituais uma relação circular entre passado e presente que questionou a própria noção de tempo da civilização ocidental.

A antropologia foi também a disciplina que por primeiro destacou a juventude como categoria social a partir da observação em campo dos ritos de passagem nas mais diversas culturas. Nas décadas de 30 e 40 do século passado foram as antropólogas norte americanas¹⁵, sobretudo, que identificaram na puberdade um série de preceitos e cuidados relativos à preparação dos jovens e das jovens para a fase adulta.

Mas será que jovem é jovem em qualquer lugar ou época? Essa pergunta, que aparentemente pode parecer fácil de ser respondida, permite-nos iniciar uma discussão interessante. Do ponto de vista biológico, não há dúvidas. Nascer, crescer e morrer faz parte do ciclo humano e na maioria das culturas esses ciclos são representados de forma evolutiva. Aqui vale dizer que assumimos a posição de considerar que todos os grupos humanos possuem indivíduos jovens, mesmo sabendo que alguns pesquisadores não atribuem à juventude um status diferenciado. Lutte (apud FEIXA, 2004), por exemplo, defende o argumento de que nas sociedades indígenas os ritos de iniciação marcam de forma abrupta a passagem da infância para a vida adulta, sem o espaço temporal da

¹⁵ Como exemplo podem ser citados os nomes de Margareth Mead e Ruth Benedict. A primeira escreveu *Coming of Age in Samoa* (1928). Em espanhol o livro foi publicado com o título *Adolescência, Sexo e Cultura em Samoa*. Já a segunda, publicou *Patterns of Culture* (1934), editado em português com o título *Padrões de Cultura*.

adolescência, como acontece na cultura ocidental, com a “invenção” histórica da categoria juventude.

Para aqueles que rebatem a tese do trânsito imediato, a etapa juvenil faz parte de um processo essencial da reprodução social e, com ou sem rito de iniciação, implica em uma fase de preparação para a idade adulta, apenas com prolongamentos diferenciados. Não se pode pensar que os ritos de iniciação sejam “rituais mágicos”, que transformam a criança em adulto. Mais do que mágica ou passagem imediata, os ritos de iniciação devem ser compreendidos como parte de um processo social longo e complexo.

(...) os ritos de passagem são tomados pelo que as sociedades marcam, às vezes, o início do processo, como se, nesses, a transição da criança para o adulto se realizasse, imediatamente, confundindo o signo que o marca com o processo marcado. (Zárraga, apud FEIXA, 2004:260)

Para efeito deste trabalho não compartilhamos das correntes que definem a juventude apenas por suas características fisiológicas ou psicológicas e nem da posição que compreende como universal o modo de desenvolvimento desses novos indivíduos, como por exemplo, suas crises e conflitos. A variação fica por conta da diversidade de interpretações culturais a respeito de quem, em cada grupo, é considerado jovem e quais são as funções a eles atribuídas. Assim, o jovem, independentemente da cultura observada, somente adquire um status diferenciado e passível de prescrições próprias quando há outras fases da vida devidamente marcadas como alteridade a ele, ou seja, a infância e a vida adulta.

2.1.1 – Jovens nas sociedades primitivas

Não se deve ter a ilusão de que ao analisarmos as sociedades primitivas estamos nos referindo a um bloco cultural único e homogêneo. As sociedades primitivas apresentam um amplo leque de manifestações diversificadas em se tratando do modo de compreensão do lugar dos mais jovens em relação ao grupo. Contudo, há também pontos comuns. A antropologia, como disciplina precursora em destacar adolescentes e jovens, principalmente através das observações de campo, liga esta fase da vida humana aos ritos de iniciação, presentes em tais sociedades.

A etapa adolescente/jovem está marcada como um ponto de fixação da tradição, havendo pouco espaço para a mudança e a transformação social, dado que estas culturas possuem uma noção “quase imóvel” do tempo. (Le GOFF, 1992:08). Os rituais de iniciação, importantes para se compreender a noção de tempo primitivo bem como o ciclo vital vivenciado nestas sociedades, são momentos em que os jovens recebem a marca física de sua identificação e filiação ao grupo. Provas de força e coragem, escarnificações, corte de cabelo, uso de botoques e brincos, raspagem de dentes e outros rituais indicam que o corpo dos jovens é um texto cultural no qual são inscritos os signos de sua origem e pertença.¹⁶ Nesse sentido, tais rituais, além de tornarem possível o ingresso no mundo adulto, criam um movimento de contínuo retorno, explicitando o compromisso do jovem com o seu passado e com as tradições herdadas dos antepassados (AZCONA, 1993). Isso é possível porque conforme Le Goff,

A história mítica tem o paradoxo de ser ao mesmo tempo disjuntiva e conjuntiva, em relação ao presente... Graças ao ritual, o passado “disjuntivo” do mito articula-se, por um lado, com a periodicidade biológica e sazonal, e por outro, com o passado “conjunto” que, ao longo das gerações, une os mortos e os vivos. (LE GOFF, 1992:210)

Na antropologia, as primeiras autoras a abordarem a temática sobre indivíduos adolescentes e jovens foram Margareth Mead e Ruth Benedict. Margareth Mead (1901-1978) publicou em 1928 o livro *Sexo, adolescência e cultura em Samoa* onde relatava seu trabalho de campo realizado em 1925 nas Ilhas Samoa, no Pacífico Sul. Tal trabalho fez dela a primeira mulher a realizar uma pesquisa etnográfica em uma sociedade arcaica. Por esta época, as discussões a respeito dos adolescentes, sobretudo nos Estados Unidos, giravam em torno das crises e conflitos vividos nesta fase da vida. Muitos eram os que acreditavam que a adolescência podia ser definida como um período inevitável de ajustamento.

Um exemplo é o psicólogo Stanley Hall, que em seu livro *Adolescence: Its Psychology and Its Relation to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education* (*Adolescência: sua psicologia e relação com a fisiologia,*

¹⁶ Para algumas interpretações, o uso da tatuagem, de piercings, adereços de metal e couro e a predominância de cores escuras indicam a permanência dessa forma “primitiva” de marcar o corpo que os jovens urbanos contemporâneos utilizam para expressar sua alteridade em termos de tempo, espaço e identidade.

antropologia, sociologia, sexo, crime, religião e educação), influenciado pelas teorias evolucionistas do final do século XIX defendia a idéia de que o desenvolvimento humano de cada pessoa correspondia à evolução da espécie humana. Ou seja, assim como a humanidade evolui, passando de estágios inferiores para estágios superiores, o ser humano, ao longo de sua vida, evolui quantitativa e qualitativamente. Em sua teoria do desenvolvimento humano, ele atribui à adolescência um tempo de “grandes tempestades e turbulências”. Tais características, segundo ele, seriam originadas de fatores biogenéticos, forjando-se a idéia de que elas seriam universais (FEIXA; 2004).

Diante desse quadro, a pesquisa de Mead nas ilhas Samoa se propunha a responder se tais características eram realmente provenientes da natureza humana ou da civilização onde os adolescentes estavam inseridos. A partir do contato com aquele grupo cultural e das entrevistas realizadas com jovens mulheres entre 9 e 20 anos, chegou à conclusão que entre as adolescentes samoanas “la adolescencia no representaba un período de crisis o tensión sino, por el contrario, el desarrollo armónico de un conjunto de intereses y actividades que maduraban lentamente” (MEAD, 1985:153). Posteriormente, suas conclusões foram criticadas por vários outros estudiosos que indicavam limites metodológicos, originários de sua ideologia feminista e do modo como realizou seu trabalho de campo.¹⁷

Nesta mesma direção proposta por Mead vai também Ruth Benedict (1887-1948). Em 1934 ela publicou o livro “Padrões de Cultura”. Nele, ao abordar as diferentes culturas a que teve acesso em seus trabalhos de campo, faz algumas comparações com a cultura estadunidense. Em sua opinião, a causa da adolescência ser nas culturas ocidentais, principalmente na qual ela está inserida, um momento de conflitos e tensões se encontra em três grandes padrões de descontinuidade entre a fase adulta e a infância, construídos pela própria cultura e não provenientes da natureza humana. São eles: estatuto responsável/estatuto não-responsável; domínio/submissão; papéis sexuais contrastantes.

¹⁷ Ver por exemplo o livro de Jonh Derek Freman (1916-2001): *Margaret Mead and Samoa: The Making and Unmaking of an Anthropological Myth* (1983)

Apesar das suas contribuições para os estudos antropológicos da adolescência e juventude, tanto Mead quanto Benedict foram criticadas, mais recentemente, por suas interpretações ingênuas e românticas sobre a ausência de tabus sexuais entre os jovens indígenas, o que as levou a concluir sobre a passagem tranquila e sem traumas da infância para a fase adulta naquelas sociedades. A crítica recai no fato de ambas as pesquisadoras ao comparar a forte repressão sexual vigente em sua própria cultura supervalorizarem a liberdade sexual entre os jovens das sociedades tribais. Mesmo assim, suas contribuições para os estudos antropológicos sobre adolescentes e jovens ainda continuam válidas e referenciais.

Em nossos dias, o antropólogo catalão Carles Feixa Pàmpols vem se dedicando ao estudo das culturas juvenis. No primeiro capítulo do seu livro “De jóvenes, bandas y tribus” (1999), que coincide quase totalmente com o seu artigo “A construção histórica da juventude” (2004) realiza, à luz de dados etno-históricos, um agrupamento em cinco tipos de sociedade. Em cada tipo de sociedade há também uma designação terminológica específica para o grupo juvenil. Assim temos os *púberes*, das sociedades primitivas sem estado; os *efebos*, das sociedades estatais antigas; os *garotos*, da sociedade camponesa; os *rapazes*, das sociedades industriais avançadas e os *jovens* da sociedade pós-industrial.¹⁸

Em se tratando das sociedades primitivas, Feixa afirma que não é tarefa simples distinguir um único modelo de ciclo vital. Tal afirmação tem sua razão de ser, sobretudo, se consideramos a diversidade e a complexidade dos grupos que estão sob a categoria de “sociedades primitivas”. A partir do tipo de atividade econômica realizada pelo grupo, ele identifica como parte das sociedades primitivas: sociedades caçadoras-recoletoras, sociedades horticultoras, sociedades de pastoreio, sociedades agricultoras. Entretanto, o que permite agrupar os diversos grupos é justamente a relação deles com a puberdade. Conforme Feixa:

¹⁸ No original, escrito em espanhol, ao invés de *garoto*, usa-se a palavra *muchacho*. A nota do tradutor do texto no qual nos baseamos esclarece: “Aqui elegemos o termo garoto e garota com uma designação coloquial, pois as outras, como adolescente, rapaz e jovem, têm já implicações qualificadas em âmbito teórico ou no universo dos preconceitos raciais presentes no Brasil, e não corresponderiam ao espírito do texto. *Muchacho*, como é utilizado no original, significa tanto adolescente, como jovem, como rapaz. (p. 261)

A única coisa comum à maioria dessas sociedades é o valor outorgado à puberdade como limite fundamental no curso da vida, básico para a reprodução da sociedade em seu conjunto. Para os rapazes, a puberdade desencadeia os processos de maturação fisiológica que lhes incrementam a força muscular e que asseguram a formação de agentes produtivos. Para as garotas, a puberdade contempla a formação de agentes reprodutivos. Ambos os processos são essenciais para a sobrevivência material e social do grupo. Isso explica que, frequentemente, sejam elaborados em termos rituais, mediante os chamados ritos de iniciação, que servem para celebrar o ingresso dos indivíduos (quase sempre os garotos, ainda que também, às vezes, as garotas) na sociedade, seu reconhecimento como entidades “pessoais” e como membros do grupo. (FEIXA, 2004:263)

O quadro a seguir mostra em linhas gerais as características de tais sociedades.

Quadro 01 – Sociedades primitivas, puberdade e rituais de iniciação

Tipo de Sociedade	Características gerais	Compreensão dos púberes	Estudo de caso	Rito de iniciação
Caçadoras-coletoras	Alto grau de igualitarismo social e cooperação entre os membros; Não há hierarquização entre as idades;	Devem participar das tarefas coletivas, inclusive dos momentos de decisão	<i>Pigmeus Bambuti</i> Povo nômade que vive na selva Ituri, República Democrática do Congo	<i>Elima</i> Cerimônia realizada quando a moça tem sua primeira menstruação. Ela fica reclusa durante um mês, ao final do qual é considerada uma mulher. Para o púbere, o ingresso na vida adulta se dá pela iniciação sexual com uma das moças do <i>Elima</i> e caça de um grande animal.
Horticultoras	Perda de tempo livre (agricultura) Sinais de hierarquização social e desigual repartição do poder entre as idades.	Independência de uma maturidade fisiológica; Passagem de um status social a outro; atribuição de privilégios; Rito de maturidade	<i>Tikopia</i> Habitantes da ilha homônima do Arquipélago das ilhas Salomão	Celebra-se com os meninos entre 9 e 14 anos, uma operação análoga à circuncisão, mas sem violência física.
Pastoreio	Sistema de classe de idades Organização bélica	Encarregados da defesa do gado e do grupo Enaltecida simbolicamente, excluída socialmente	<i>Masai</i> Pastores neolíticos do subtrato <i>hamita</i>	Reunidos em grupos, visitam acampamentos recolhendo presentes para sua iniciação, que tem seu ponto alto na circuncisão. Após circuncidados passam pelo ritual definitivo que os tornará guerreiros:
Agricultoras	Intensiva de caráter sedentário Baseia-se no poder que os velhos exercem sobre as mulheres e os jovens	Submetidos à autoridade que exerce o chefe do caserio (conjunto de casas no campo) Os jovens são excluídos da posse de bens de prestígio (jóias e vestidos)	<i>Kulango</i> Etnia do reino de Abrón de Gyaman, ao nordeste da Costa do Marfim e de Gana	Através da sucessão do pai ou do tio materno (no caso de sociedade matrilinear)

Quadro 1. Elaborado pelo autor, a partir das análises de Feixa (2004:257-327).

De acordo com a análise do autor, nota-se que algumas sociedades tribais têm classificações etárias bastante rígidas, evidenciando uma estratificação social baseada na hierarquia dos mais velhos sobre os mais jovens. Suas análises também permitem deduzir que os rituais de iniciação vão se simplificando conforme os grupos apresentem configurações mais sedentárias, abandonando-se as demonstrações viris de coragem e valentia para adotar-se rituais de substituição de patriarcas através da transmissão e posse de terras.

Vale destacar que o modelo explicativo proposto acima pode ser aplicado tanto para as etapas evolutivas da humanidade em geral, como para as sociedades tribais contemporâneas, distribuídas em várias partes do mundo, que preservam características ligadas aos modos de produção, aos modos de representação sobre o papel dos jovens na sociedade e aos rituais de iniciação. Em um de seus trabalhos, Feixa (2004) analisa o conflito identitário vivenciado por jovens zapotecas, no México, cuja cultura “tradicional” indígena-rural passa por um momento de transição para a cultura urbana e capitalista, transformando os significados e a eficácia dos rituais de iniciação. Embora esses rituais ainda sejam mantidos e sancionados culturalmente, para alguns jovens a entrada no mundo dos adultos se dá apenas pela obtenção de um emprego na cidade.

2.1.2 – Jovens na sociedade ocidental

Na civilização ocidental aos jovens é atribuído o poder simbólico da transformação social. Como “peças da engrenagem” que movem a história, os jovens são representados por sua função social de renovação e de aproximação com o futuro, portanto, por sua força disjuntiva com o passado. Nesse contexto, os jovens não possuem mais uma função de mantenedores da tradição e do passado.

Nas sociedades ocidentais antigas, como Grécia e Roma, a vida social era regida não apenas pelas relações familiares ou de parentesco, mas também pelo Estado. Neste contexto, também o Estado regia a vida dos mais jovens, indicando sua função e as tarefas que deveriam ser de sua responsabilidade. O fato de a sociedade organizar-se para a geração de excedente em sua produção econômica influenciou a organização da sociedade. Aos poucos, os jovens eram deslocados em relação ao resto da sociedade e passaram a ter um “espaço e tempo” próprios, que deveriam ser vivenciados não em função de si mesmos, ou seja, como “tempo livre”, mas em função da sociedade e do

Estado que, ao permitirem um tempo diferenciado, esperavam posteriormente a retribuição por tal investimento. Esse investimento era feito, sobretudo, em termos educacionais e militares.

Na Grécia antiga, a base de toda a sociedade estava na educação. Educar significava conhecer as qualidades dos jovens tendo em vista a função que, posteriormente, ocupariam na *polis*. “Para os gregos, mais que buscar a adaptação do cidadão à cidade, ela deveria revelar qualidades humanas presentes, em estado virtual, em todos os cidadãos, descobertas e desenvolvidas por meio de treinamentos especiais” (DICK, 2003:53). Isso significa que havia uma educação básica, destinada a todos e, depois, ela se tornava específica, tendo em vista os grupos de artesãos, guerreiros e políticos.

Esparta e Atenas são exemplos típicos de educação juvenil no mundo grego. Vale dizer que a sociedade, em seu período áureo, organizava-se através das “cidades-estados”, possuidoras de autonomia social e política. Esparta investiu principalmente na educação militar. Assim, havia nessa cidade a *Agohé*, uma instituição militar para os jovens varões da aristocracia. Eram eles os que participavam dessa educação militar, uma espécie de “noviciado social” que era constituído por exercícios institucionais mesclando a preparação para a guerra e a formação moral, incluindo também um período de isolamento muito duro (FEIXA, 2004). Já em Atenas, a educação, diferentemente de Esparta, possuía um caráter mais político que militar. O importante neste tipo de educação era que o jovem aprendesse a expor suas opiniões com argumentos retóricos e lógicos permitindo-o conquistar uma posição proeminente na sociedade.

Feixa afirma que, no século V aC, apareceu em Atenas a *Efebía*.

O termo efebo, significa, etimologicamente, aquele que chegou à puberdade, mas além de referir-se ao fenômeno natural, tem um sentido jurídico. A celebração e o reconhecimento público do fim da infância abria um período obrigatório de noviciado social – a efebía – no marco das instituições militares fundadas no modelo espartano, nas quais permaneciam os jovens atenienses até os 20 anos. Com o tempo, esta instituição perdeu seu caráter militar para firmar-se em seu aspecto educativo, convertendo-se na instituição que introduzia os jovens aristocráticos no refinamento da vida elegante. (FEIXA, 2004:279)

Na Roma antiga começava-se a ser jovem com a investidura da “toga viril”, que permitia ao varão ter acesso às primeiras magistraturas, participar nas eleições, realizar negócios, alistar-se na milícia. Tais ações davam ao jovem certa autonomia. Contudo, a personalidade jurídica continuava a pertencer aos pais. Os filhos, todos eles e em qualquer idade, não possuíam essa personalidade e, apenas em caso de morte do pai, o filho primogênito a recebia caso já tivesse passado pela puberdade. Aliás, essa relação entre pais e filhos na Roma antiga era bastante forte. O “pátrio poder”, segundo Dick, era:

(...) o poder dos pais, pelo qual o pai tinha poder sobre os filhos praticamente absoluto, isto é, até a morte. Falava-se do pai de família todo-poderoso, carregando no peito as virtudes de um cidadão romano. O pai era dono e artífice de seus filhos, desde o nascimento. Era direito dele, segundo a *Lei das Doze Tábuas*, codificada pelos anos 450 a.C., matar filhos anormais, prender, flagelar, condená-los a trabalhos agrícolas, vender ou matar filhos rebeldes. (DICK, 2003:75)

Sobre a educação romana, pode-se afirmar que até se tornarem jovens, ela era de responsabilidade dos pais, assunto de vida privada e não obrigação do Estado. A partir da fase juvenil, o Estado oferecia a educação, que estava centralizada principalmente na retórica. Em Roma havia o *Athenaeum*, uma academia procurada por jovens onde permaneciam os filósofos e “retores”.

Como pode ser percebido, em tais sociedades, os jovens permanecem subordinados aos adultos e vivem em função deles. Diferentemente das sociedades tribais, em que os ritos de iniciação geravam mais autonomia e liberdade, o processo educativo possuía o objetivo de moldar o jovem aos valores da cultura. Não se pode esquecer, por exemplo, do que foi a *Paideia* para os gregos onde se descortinava todo o ethos cultural de tal sociedade. O processo educativo compreendia o jovem como uma espécie de “tabula rasa”, totalmente puro para receber os costumes e padrões culturais. Além disso, se os ritos de iniciação das sociedades tribais eram uma forma de igualar a todos, pois todos passavam por eles, o processo educativo no mundo ocidental era uma forma de distinção e separação, uma vez que apenas os jovens aristocratas tinham acesso a ele.

Se o período da Antiguidade foi mais pródigo em termos de análises históricas sobre os jovens, o mesmo não se pode dizer em relação aos períodos imediatamente

posteriores, notadamente a Idade Média. Sabemos, no entanto, da enorme influência do Cristianismo sobre a configuração dos valores morais das sociedades européias, destacando que a Igreja constituía-se como uma instituição em que os jovens podiam encontrar condições de estudo, de desenvolvimento de ofícios e de inserção no mundo das artes e da ciência da época. A proposta de negação dos “valores mundanos” em vista de assumir os “valores celestes” chamava a atenção de muitos jovens que eram atraídos para os centros de formação ascética, os mosteiros e conventos. Vale ressaltar, por exemplo, que muitas foram as congregações religiosas que tiveram jovens como seus fundadores. Além disso, nesse período, notadamente entre a população rural, havia o costume de “doar” um filho ou filha jovem para a vida religiosa, o que, por um lado, garantia a sobrevivência de um de seus membros no caso das famílias mais pobres e, por outro, assegurava a vida além morte dos pais doadores.

Dick destaca que, além da possibilidade religiosa, os jovens medievais tinham no seu cotidiano várias oportunidades de participarem e organizarem festas, criticadas já na época pelo “consumo desregrado e descontrolado de alimentos e prazeres” (DICK, 2003:118).

Neste contexto mais complexo para os jovens, além da via religiosa, outras formas de passagem para o mundo adulto eram apresentadas pelas universidades, criadas durante a Idade Média e também pelo serviço nas Cruzadas, onde através dos rituais de investidura, o jovem era sagrado cavaleiro pelo rei. Apesar dessas possibilidades, oferecidas para poucos, alguns autores consideram que os jovens não constituíam um grupo reconhecido ou institucionalizado como tal, o que ficaria demonstrado pela ausência generalizada de rituais de passagem nesse período:

As classes de idade do neolítico e a Paidéia helenística supunham uma distinção e uma passagem entre o mundo da infância e o dos adultos, passagem que se franqueava mediante ritos de iniciação ou graças à educação. A civilização medieval não percebia essa diferença e não tinha, portanto, essa noção de passagem. (Ariès, apud FEIXA, 2004:287)

A pesquisa seminal do historiador francês Philippe Ariès (1981) mostrou como o reconhecimento social das especificidades fisiológicas e psicológicas das diferentes “idades da vida” percorreu um longo processo histórico. Até meados do século XVIII crianças e jovens eram considerados projetos vagos de vida, sem individualidade, por

isso representados como miniaturas dos adultos. Ao se referir ao Antigo Regime, Ariès defende a idéia de que é difícil identificar um grupo específico denominado juventude.

Somente no século XVIII e, principalmente, no século XIX, a representação da sociedade em relação aos adolescentes e jovens passou por mudanças significativas. Tais mudanças possuem como elemento catalisador a Revolução Industrial. Como se sabe, ela provocou grandes migrações do campo para a cidade, uma vez que a sociedade, principalmente em seus modos de produção, passava a se organizar não mais através de um sistema rural-artesanal, mas urbano-industrial. Este sistema se baseava no materialismo, no consumo e na produção em massa. Neste novo modo urbano de se organizar a vida, estruturas e valores rurais, antes centrais, como vizinhança e família perderam sua força, passando a ocupar um lugar periférico. No âmbito político, novos governos proclamam a democracia como um valor supremo, frente aos despotismos e autoritarismos monárquicos.

Dick (2003) aponta como uma das atitudes da sociedade frente a esta “nova fase” uma vigilância mais agressiva, de estilo policialesco motivada principalmente pela “delinquência juvenil” em curso. Os adolescentes e jovens reagem a essa atitude através de ações rebeldes e revolucionárias.

O jovem foi e é, naturalmente, um rebelde, um insurgente e revoltado. Os séculos XVIII e XIX comprovam essa asserção e mostram, ao mesmo tempo, uma novidade. Além de rebelde, o jovem começa a manifestar-se como revolucionário. Basta olhar os fatos para certificar-nos de que o século XIX (bem mais que o século XVIII) mostra uma juventude inquieta e rebelde em toda Europa. (DICK, 2003:167)

Entretanto, as representações por parte da “nova sociedade” em relação aos jovens e adolescentes não eram unívocas, pois o período entre a infância e a vida adulta revelava situações complexas e desafiantes. Nesse sentido, eles eram vistos ora como “gênios” ora como “monstros”. Um exemplo disso está contido na obra de Jon Savage (2009), “A criação da Juventude”. Nela, o autor retrata a pré-história do termo *Tennager*, surgido a partir de 1944 quando os estadunidenses começaram a usar essa palavra para descrever a categoria de jovens com idade entre 14 e 18 anos. A “pré-história” desse termo está localizada, de acordo com o autor, parcialmente no século XIX. No primeiro capítulo de sua obra, Savage narra a história de dois adolescentes:

Marie Bashkirtseff e Jesse Pomeroy a partir de seus escritos, um diário no caso de Marie, e algumas cartas, no caso de Jesse Pomeroy.

Marie Bashkirtseff fazia do diário o seu “confessionário”. Nele ela descarregava suas frustrações, sonhos, desejos, inquietudes tentando entender a si mesma e o mundo, oferecendo um relato íntimo ainda não lido da vida na adolescência. Ela morreu em abril de 1884, com 25 anos. Após sua morte, seu diário foi publicado. Ao retratar com franqueza sua vida, Marie expôs uma percepção que a mídia e a cultura da época não reconheciam. Eis alguns trechos de sua “jovem psique”:

Este diário contém toda minha vida; meus momentos mais tranquilos são aqueles em que estou escrevendo. Eles são provavelmente os únicos de calma que tenho. Queimar tudo, ficar exasperada, chorar, sofrer tudo e viver, e viver! Por que me deixam viver? Oh, estou impaciente. Minha hora virá. Eu certamente quero acreditar nisso. Mas algo me diz que ela jamais virá, que passarei minha vida toda esperando, esperando. (Marie, apud SAVAGE, 2009:20)

Estou cansada da minha obscuridade. Eu mofo nas sombras. O sol, o sol! Vamos – coragem. Desta vez é só uma passagem que me levará para onde eu estarei bem. Estou louca? Ou predestinada? De um jeito ou de outro, estou enfasiada. (Marie, apud SAVAGE, 2009:20)

Já Jesse Pomeroy foi considerado um “menino demônio”. Isso se deve ao fato de um assassinato cometido aos 14 anos. Sua vítima, um menino de quatro anos, tinha sido esfaqueado e mutilado. A ele também eram atribuídos outros crimes violentos. Na cadeia, condenado à pena de morte obrigatória, depois substituída pela prisão perpétua, por certo tempo trocou algumas cartas com o seu “vizinho” de cela. Em uma delas narra como assassinou uma de suas vítimas.

A moça entrou na loja uma manhã e pediu papel. Eu lhe disse que tinha uma loja no andar de baixo. Ela desceu, e eu a matei. Ah, Willie, a pena que tenho dela e também do menino. O que eu disse para o garoto não me lembro, mas você sabe que eu o matei também. Sinto muita pena dele e, acredite-me, não sei lhe dizer por que fiz essas coisas. (Pomeroy, apud SAVAGE 2009:24)

Para Savage, Marie Bahskitseff e Jesse Pomeroy, a partir de suas vidas e de seus escritos, fizeram com que suas sociedades reconhecessem que os “rituais” existentes entre infância e idade adulta estavam obsoletos. Tanto um quanto outro mostraram que

era impossível pensar que a idade adulta vinha imediatamente após a infância. “Eles foram os precursores de um novo estado intermediário que ainda não tinha um nome.” (SAVAGE, 2009:29)

Também Feixa atribui a este período o surgimento da adolescência e juventude enquanto realidade social, momento em que o período da vida que se estende entre a dependência infantil e a autonomia adulta se generaliza. Interessante a citação de Frank Musgrove que ele utiliza para enriquecer seu argumento: “o jovem foi inventado ao mesmo tempo em que a máquina a vapor. O principal inventor da máquina a vapor foi Watt, em 1756, e do jovem foi Rousseau, em 1762”. (Musgrove, FEIXA, 2004:295).

Neste período, a figura do filósofo Jean-Jacques Rousseau torna-se emblemática. Tanto Feixa (2004) quanto Savage (2009) afirmam que ele influenciou o modo como a sociedade passou a enxergar os jovens e adolescentes. Tal influência pode ser notada, sobretudo, em relação à educação. Em 1762 havia escrito sua obra “Emílio”. Nela ele descreve a adolescência como um “novo nascimento”, o estado da existência em que se desperta o sentido social, a emotividade e a consciência. Desse modo, o intervalo entre infância e idade adulta deveria ser prolongado a fim de se oferecer uma educação mais profunda, que reconhecesse a puberdade como fase distinta da vida. Para Savage (2009), por volta de 1870 suas recomendações eram levadas a sério; “Depois que a chocante realidade da existência de crianças rebeldes foi exposta igualmente por repórteres, reformadores e romancistas, os governos da América e da Europa começaram a criar as instituições de educação compulsória.” (SAVAGE, 2009:31).

2.2 – Jovens contemporâneos e cultura

Se em relação aos períodos históricos anteriores a percepção sobre os jovens foi se estabelecendo gradual e lentamente e a produção intelectual sobre esse segmento social ainda era escassa o mesmo não se pode dizer sobre o século XX, período em que as acelerações tecnológicas, as crises econômicas e sociais, as guerras e os choques culturais se fizeram mais presentes, deixando expostas as fraturas e as novas demarcações das fronteiras internas bem como as demandas, de diferentes tipos, de atores sociais até então invisíveis. No caso específico da jovens, nota-se que há

variações de ordem geracional, cultural e identitária que podem ser verificadas em espaços de poucos anos, o que demonstra não apenas a plasticidade desse seguimento social, mas também sua capacidade de reagir a transformações conjunturais bruscas e no meio delas procurar marcar espaços e estratégias de visibilidade.

Nessa perspectiva, em um artigo com abordagem histórica e retrospectiva, Feixa (2006) traça um panorama histórico da juventude do século XX, dividindo-o por suas características culturais. Para cada década o autor cria um nome que caracteriza a identidade juvenil de cada geração. A seguir, em forma de resumo, apresentamos tal panorama:

1. Geração A (Adolescentes), referente ao período de passagem do século XIX ao XX. O autor nota que nos países ocidentais começam a se estruturar instituições voltadas ao “menor”, criadas para o controle e mesmo a punição de jovens: escolas e internatos, prisões e tribunais de menores. Nessa primeira década foi publicada a obra seminal de Stanley Hall, que procurou traçar um paralelo entre a teoria evolucionista de Darwin com a evolução psicológica do indivíduo. Para Hall a faixa entre 12 e 25 anos corresponderia à fase da história humana relativa às migrações, às guerras e aos cultos aos heróis, na qual ainda haveria o embate entre as forças dos instintos e as pressões da vida em sociedade.
2. Geração B (Boy Scout), que marca os anos 10, com a criação e difusão do escoteirismo nos países ocidentais. O projeto educacional do escoteirismo visava utilizar as virtudes militares na formação dos jovens. A ideologia subjacente nesse projeto consistia em aliar patriotismo, darwinismo social e culto à juventude, já percebendo nos jovens atribuições específicas com relação ao corpo (que requeria exercícios físicos ao ar livre) e à moral (daí toda uma literatura de caráter edificante elaborada para eles).
3. Geração K (Komsomol), própria dos anos 20, conhecida como a primeira geração pós-guerra. Foi um período em que vários países adotaram o alistamento militar obrigatório para os jovens com 20 anos, tornando-se este um rito de passagem masculino na contemporaneidade. Essa década foi marcada pela emergência de associações juvenis, como a komsomol, que participou da Revolução Russa. Feixa destaca como valores culturais dessa geração a participação cívica e revolucionária, a noção de missão histórica e a percepção de que pessoas nascidas em uma mesma época possuem a mesma sensibilidade vital.

4. Geração S (Swing), da década de 30, cujos valores são contrários à geração precedente. Foi uma geração que viu o surgimento do nazismo e do fascismo, a obrigatoriedade da participação política em movimentos autoritários, e que reagiu a essas imposições refugiando-se na música e nos bailes. O swing representou uma dissidência intra-geracional.
5. Geração E (Escéptica), permeando os anos 40 e 50, pós II Guerra. Foi uma geração abatida e desiludida com a participação nas trincheiras, mas que a partir da recuperação econômica européia, se vê integrada ao mundo do trabalho, ao mundo do consumo, à educação massiva e fascinada com os meios de comunicação de massa. O mercado abria-se para o consumidor juvenil, procurando decifrar os códigos culturais desse novo segmento social. Politicamente foi uma geração apática, surgindo nesse período a expressão “rebeldes sem causa”.
6. Geração R (Rock). Nesse período a escola secundária criava um novo espaço de socialização e um tempo mais alongado para a realização de atividades tipicamente juvenis, sendo que muitas delas se tornaram rituais de passagem: bailes, competições esportivas, fraternidades e festas de formatura. Esses jovens já não se confundiam com as crianças, e os meios de comunicação de massa rapidamente perceberam esse filão, lançando artistas que se tornariam símbolos dessa geração “transviada” e “irresponsável”, tais como James Dean e Elvis Presley. Pela primeira vez os jovens percebiam-se sem fronteiras geográficas e culturais, adotando um estilo de vida universal e próprio.
7. Geração H (Hippy), dos anos 60, que levantou as bandeiras políticas da liberdade de expressão, da dissidência artístico-cultural, da liberdade sexual, da participação contestatória. A contra-cultura defendia um mundo libertário e pacifista, mas adepto das novas experiências com o sexo e as drogas.
8. Geração P (Punk), típica dos anos 70, adepta de uma musicalidade e de um estilo de vida ecléticos. Utilizava o simbolismo das roupas como marca de identidade e diferença. Eram jovens interessados na produção e divulgação de sua auto-imagem e por isso foram considerados “fotogênicos”, ou seja, adeptos da circulação de imagens midiáticas.

9. Geração T (Tribu) é o retrato das incertezas culturais produzidas não somente pelos movimentos de contra-cultura das gerações anteriores, mas também pelos desajustes econômicos e políticos da década de 80, que resultou no desemprego juvenil em massa, no retorno à dependência familiar e na incapacidade revolucionária e propositiva dos jovens. O termo “tribo” refere-se à explosão de micro-culturas juvenis nascidas na sociedade de consumo, que se caracterizam pela valorização do “divino social”, isto é, pela valorização das fronteiras simbólicas, pela oposição ao mundo exterior e pelo respeito às hierarquias grupais internas. O lema dessa geração seria o de experimentar a errância de um destino incerto.
10. Geração R (Rede), ligada às novas tecnologias da informação e da comunicação, característica da passagem do milênio. Segundo Feixa, mais do que viver rodeada de instrumentos tecnológicos, essa geração vivencia a nova configuração cultural advinda dos conteúdos e das novas formas de sociabilidade que o mundo digital possibilita.

Os estudos socioantropológicos sobre a juventude contemporânea têm procurado entender como os jovens, enquanto sujeitos culturais, vêm modificando a cultura no qual estão imersos; por outro lado, buscam compreender também a construção cultural da juventude, entendida como a forma pela qual a cultura mais abrangente lida com um de seus segmentos sociais. Em ambas as propostas, a definição do que seja hoje uma identidade juvenil passa, necessariamente, pelas representações êmicas (dos próprios jovens) e éticas (dos outros, externos a eles) construídas em torno da violência e da centralidade das novas mídias. De modo geral podemos dizer que violência e mídia estão associadas às duas últimas gerações analisadas por Feixa, ou seja, a tribo e a rede.

Com relação à violência, alguns pesquisadores latino-americanos evidenciam que jovens de diferentes classes sociais, níveis de escolaridade e trajetórias individuais têm construído em torno da violência um marco identitário, o que, de certa forma, acaba validando o imaginário da sociedade sobre a delinquência juvenil. Vale ressaltar aqui dois pontos: em primeiro lugar, esses estudos não seguem a linha sociológica que percorreu grande parte do século XX e que via a violência praticada pelos jovens como resultado dos fracassos políticos e econômicos que assolaram o continente. Nesses

estudos, a marginalidade juvenil era explicada principalmente pela desestruturação familiar, pela pobreza e por questões étnicas que levavam o jovem para o beco sem saída da violência.

Mais recentemente, no entanto, a proposta de análise recai na construção da *cultura da violência* e seus códigos compartilhados pelos grupos juvenis. Os autores que se voltaram para o estudo da violência juvenil fazem questão de ressaltar que essa não é uma característica de toda a juventude, não é uma marca só da juventude e não é atribuição de apenas uma geração; daí a importância do refinamento conceitual que os termos “tribos”, “subculturas” e “juventudes” implicam para uma compreensão mais aprofundada das diferenças internas presentes no mosaico cultural e identitário da juventude.

A partir do conceito de *subcultura* como variação cultural e analisando um grupo que tem no delito uma marca de identidade, o antropólogo argentino Miguez (2008) analisa os processos que geraram sistemas de representações, relações sociais e redes de sociabilidade nos quais se prescreve a transgressão normativa não só como uma prática legítima, mas principalmente como aquilo que define o pertencimento endogâmico dos jovens a esse sistema (MIGUEZ, 2008). Tendo como locus de pesquisa os grupos de jovens da periferia de Buenos Aires, o autor descreve os delitos contra o patrimônio e a propriedade (pichação e depredação) e a representação que os jovens criam em torno da “aventura”, do “perigo” e da “adrenalina” que envolvem o momento do delito. Esses delitos “inscrevem” os grupos no espaço público e permitem sua visibilidade social.

Para os pesquisadores Costa, Tornero e Tropea (1996) a *tribalização* chamou a atenção nos anos 90, quando grupos de jovens, vestidos de modo parecido e chamativo, com hábitos comuns, ganharam visibilidade nas grandes cidades. A violência atribuída às tribos veio à tona com o comportamento dos *skinheads* (tribo analisada pelos autores no contexto das grandes cidades espanholas), que usavam do sensacionalismo e do aparecimento na mídia para divulgar ao resto da sociedade a potencialidade agressiva da juventude. Para os autores, a tribalização se apresenta como resposta social e simbólica frente à excessiva racionalidade burocrática da vida atual, ao isolamento individualista e

à frieza de uma sociedade competitiva. As tribos, por esse prisma, abrem aos jovens a possibilidade de uma nova via de expressão, um modo de afastar-se da “normalidade” social que não satisfaz e a ocasião de intensificar as vivências pessoais mais gratificantes da afetividade (COSTA ET AL, 1996).

Os autores discutem que as tribos são espaços sociais que permitem analisar as contradições da cultura contemporânea e a ambiguidade pela qual a sociedade adulta lida com os jovens. De um lado, a juventude é vista como promessa de futuro, como mantenedora da continuidade da civilização; de outro, representa uma ameaça que pode por a perder todos os valores e heranças culturais dos antepassados. Frente a esta contradição, os movimentos juvenis, sobretudo os rebeldes, tendem a satanizar a sociedade, expondo um conflito latente (COSTA ET AL, 1996:12). Assim, as atitudes de contestação à sociedade adulta e suas instituições expressam a resistência à desvalorização social a que os jovens estão sujeitos, mas manifestam também a construção de uma nova identidade e de uma nova reputação.

Os autores analisam que, pelo viés antropológico, as tribos contemporâneas, frente à perda de valor das relações intersubjetivas, recorrem à violência contra pessoas como forma de afirmação de identidade grupal; comparadas às tribos indígenas, as neotribos recorrem à ritualização (suas roupas, comportamentos, linguagens, ideologias) que separa o sagrado (o próprio grupo) do profano (os outros grupos) e usam o recurso da violência e da “declaração de guerra” como mecanismo de afirmação.

Finalmente, os autores destacam a relação particular entre as tribos e as mídias. Do ponto de vista interno, as tribos “namoram” os meios de comunicação de massa, pois a divulgação de seus feitos funciona como uma das táticas de guerra para intimidar os “inimigos”. Já do ponto de vista da sociedade abrangente, o discurso midiático sobre a violência das tribos alimenta e justifica várias formas de discursos normativos, como o discurso policial e judicial, o discurso da reeducação e da assistência social (COSTA ET AL 1996:21).

A bibliografia sobre a violência juvenil nas tribos mostra que existe uma gradação entre as formas e os conteúdos dos delitos que vão desde a depredação do

patrimônio, invasão de propriedade, uso de drogas, perturbação da ordem pública, brigas até crimes nos quais os jovens matam e morrem.

Exemplar deste último caso é o livro do jornalista argentino Javier Sinay (2009) cujo título retrata de forma explícita e forte essa realidade juvenil: *Sangre joven – matar y morir antes de la adultez*. Através da consulta a processos criminais de seis jovens, o autor relata os caminhos diferentes que os levaram a se envolver em homicídios que se tornaram notícia nas páginas policiais dos jornais. Deixando de lado os estereótipos sobre a juventude violenta, o autor refez a trajetória de vida desses jovens, com idade entre 15 e 26 anos, até chegar à cena dos crimes.

O autor afirma que a história contemporânea do crime na Argentina está carregada de “jovens que morrem e jovens que matam” (SINAY, 2009:17). Interessado em verificar o que eles têm em comum, percebe que a origem dos seis jovens e suas trajetórias são muito diversas: um jovem da classe média da capital se envolve em um triângulo amoroso e mata o amante de sua namorada; um adolescente de 15 anos vai à escola armado e mata três colegas e fere outros cinco, na Patagônia; uma jovem de 18 anos confessa em seu diário íntimo que é autora de um assassinato; dois primos de 22 anos, de origem rural, protagonizam um homicídio como resposta a uma situação de incesto; uma jovem de 21 anos, em uma zona rural, decide vingar a morte de seu irmão de 16 anos, baleado por um jovem policial de 22 anos; finalmente há o caso de um jovem popular e carismático que decide cobrar uma indenização por acidente e é assassinado.

Ora vítimas, ora assassinos, os jovens analisados não apresentam semelhanças quanto à origem, classe social, escolaridade. As motivações para os crimes também são diversificadas, o que leva o autor a descartar sua hipótese de padronização. Para ele os crimes juvenis são uma “questão de época” que não deve ser analisada nem pelo viés complacente, nem pelo viés condenatório (SINAY, 2009:19). O seu estudo não aponta para a criminalidade enquanto uma forma tribal de marcar identidades. A violência, nesse caso, aparece como resposta a uma violência sofrida anteriormente; ela é direta e pontual, e não generalizada como no caso das tribos. O intuito é atingir apenas o

causador da violência primária. O autor deixa implícito, então, que os crimes juvenis teriam as mesmas motivações que os crimes cometidos por adultos.

Um dado a ser considerado em relação à agressividade das tribos refere-se à importância dada à visibilidade do grupo seja através da manipulação eficaz que os jovens estabelecem com os signos de identidade (como as roupas, os cortes de cabelo, a maquiagem, as tatuagens), seja com a relação que criam nas e com as mídias.

Com relação à centralidade que as novas mídias adquirem na construção das identidades juvenis, vários pontos devem ser ressaltados. Termos como “nomadismo juvenil”, “geração multimídia”, “geração web”, entre outros, foram construídos para evidenciar a relação quase indissociável entre a juventude e as novas mídias.

O termo *nomadismo* é utilizado, entre outros, por Marafioti (1996) para explicar o processo de desterritorialização que as novas mídias promovem ao unificar a juventude de várias partes do mundo em torno de uma mesma mensagem. De acordo com Maffesoli, sociólogo francês que cunhou o termo, o nomadismo é característico da pós-modernidade e implica em um espaço sem fronteiras e móvel e em um tempo sem ritos de passagem. Segundo o autor, ser jovem nesse contexto de nomadismo significa migrar por diversos ecossistemas materiais e simbólicos, mudar os papéis sem mudar necessariamente o status, “correr o mundo”, mas regressando periodicamente à casa dos pais, fazer-se adulto, mas retornando à juventude quando o trabalho acaba (MAFFESSOLI, 2000).

Geração multimídia é um termo criado para classificar os jovens que nasceram e cresceram no ambiente multimídia. Isso significa que os jovens de hoje são capazes de transitar, manipular e utilizar simultaneamente tanto as mídias das gerações passadas, como o rádio e a TV, como as mídias mais recentes, como o computador. Em uma pesquisa realizada com 3.300 jovens de Buenos Aires, por exemplo, Morduchowicz conclui que os jovens definem-se a si mesmos por sua relação com a cultura popular, entendida como aquela construída pelos meios de comunicação, música, cinema e outras expressões. Segundo a própria percepção dos jovens, os meios de comunicação representam um dos poucos espaços que lhes pertencem, que fala a respeito deles e para eles. Para a autora, essa vinculação com a cultura popular e as mídias permite que os

jovens compreendam quem são, como são definidos socialmente e como é e funciona a sociedade em que vivem (MORDUCHOWICZ, 2008:09). Assim, falar de geração multimídia não significa apenas falar da multiplicidade dos instrumentos midiáticos, mas sim da capacidade de conectá-los simultaneamente, dos usos e significados que atribuem a eles, a maneira como incidem em suas práticas cotidianas e como contribuem na construção de uma identidade.

Nessa pesquisa a autora detectou algumas características da relação juventude-mídias, tais como:

- os jovens não são nem passivos e nem indefesos frente aos meios de comunicação e informação, na medida em que eles priorizam aqueles canais que permitam a interatividade e a manifestação de suas opiniões;

- os jovens são simultâneos e impacientes, ou seja, não vêem rupturas entre as velhas e as novas mídias e conseguem utilizá-las todas com dinamismo e imediatez, construindo um mosaico de contínua estimulação;

- os usos dos aparelhos de comunicação e informação são cada vez mais de uso privado. A comunicação e a informação nas gerações anteriores se davam em espaços públicos bem determinados como a praça, a rua ou nas salas das casas. Atualmente os aparelhos podem ser levados para qualquer lugar, mas há a centralidade do quarto como locus de comunicação, sociabilidade e trocas culturais, atividades essas que se fortalecem cada vez mais no âmbito privado;

- os jovens preferem a televisão aos livros; lêem livros, mas na internet. Por isso, ver mais não quer dizer ler menos. Assim, os jovens não abolem os velhos veículos ou as velhas funções, antes as agregam e as atualizam com o avanço tecnológico;

- a música representa a forma de expressão e o item de consumo que mais revela a identidade juvenil. Ela permite uma universalidade entre as classes sociais e o contato com ela pode ser feito através de vários suportes tecnológicos (rádio, TV, celular, computador);

- o entretenimento suplanta todas as demais funções dos meios; é mais importante que a educação, a informação, a aprendizagem. Além disso, as mídias ocupam o espaço deixado pela ausência de políticas públicas na área do lazer;

- o jovem dificilmente se entende sem os amigos e sem os meios que os ligam. As novas tecnologias são um componente importante nas relações de amizade, pois garantem que a conectividade se prolongue além do tempo e do espaço do contato face a face.

Em sua conclusão, a socióloga argentina salienta que a incorporação das novas tecnologias da comunicação e da informação no cotidiano dos jovens é vista de forma depreciativa pelos educadores e pela sociedade como um todo, que fortaleceria uma imagem de juventude alienada, manipulável, marginalizada e imediatista. Ela considera, no entanto, mais pertinente questionar e pesquisar melhor a contribuição desses meios para a formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre os bens culturais que a própria sociedade oferece e transmite aos jovens (MORDUCHOWICZ, 2008).

2.3 – Jovens dos nossos tempos – seus tempos e espaços

Pensar na transmissão de heranças culturais entre as diferentes gerações tem colocado o problema de se investigar por um lado, o significado que as sucessivas gerações atribuem ao bem cultural herdado; por outro lado, impõe a necessidade de se apreender as novas configurações que o tempo e o espaço assumem para as novas gerações. Vários autores, como veremos a seguir, se dedicaram a analisar como tais categorias são representadas diferentemente a partir das noções de velocidade e deslocamento.

Em um artigo inovador e de grande relevância para este trabalho, o antropólogo Carles Feixa (2000) analisa como a construção cultural da biografia, entendida como a forma com que cada sociedade representa o ciclo vital e as relações geracionais, nos permite captar os valores semânticos atribuídos não somente ao espaço e ao tempo, mas principalmente à vinculação dos jovens com essas categorias cognitivas. O autor utiliza a metáfora dos relógios – a ampulheta, o relógio analógico e o digital – para entender as percepções diferenciadas que as culturas elaboram sobre a passagem do tempo, a

inserção dos estágios biográficos nesse movimento e a forma como a juventude é posicionada na continuidade ou descontinuidade da transmissão dos conteúdos culturais.

De acordo com Feixa, na temporalidade de ampulheta, típica das sociedades pré-industriais, a noção de tempo cíclico comanda não apenas a leitura da natureza como um cenário da repetição e da circularidade, mas também a visão de que as relações geracionais já estão inscritas em uma roda repetitiva, com a nova geração confirmando os valores culturais e o comportamento da anterior. A referência cultural, calcada na autoridade dos mais velhos, deixa pouco espaço para inovações (ou elas se dariam em um tempo lento e frio) e as biografias são previamente conformadas pelo peso do passado e suas formas tradicionais de poder e saber. Nessa concepção orgânica da sociedade, a juventude tem um papel fundamental, biológico e social, de reprodução (ou de conjunção). Seu compromisso cultural encontra certo espaço de liberdade apenas nos momentos lúdicos e festivos dos rituais de passagem, nos quais algumas “improvisações” são permitidas e perdoadas – é somente aí que os jovens têm uma posição de protagonismo, nos interstícios entre a separação e a integração na roda genealógica. Em termos espaciais, a noção de pertencimento cultural tem como única referência o território local ou a rede geográfica da parentela.

A segunda metáfora, do relógio analógico, serve para Feixa caracterizar a sociedade urbana, moderna e industrial, de tempo mais aberto e quente, linear, acelerado e propulsor de transformações. Nessa concepção do tempo, a juventude tem o papel de ruptura e inovação dos conteúdos culturais e cada geração é representada como a corda necessária ao bom funcionamento do relógio. Mecânico, o relógio analógico necessita da juventude para que a história não pare. Essa representação do tempo implica, no entanto, a emergência dos conflitos geracionais, não somente porque os grupos de idade criam valores e expectativas diferentes sobre o passado e o presente, mas também porque as estruturas de autoridade e as modalidades de transmissão cultural se encontram repartidas entre diferentes instituições (família, escola, igreja, mercado). A socialização dos jovens implica, então, na atribuição de papéis sociais que os situem em uma cartografia social marcada pelas diferenças (econômicas, políticas, étnicas, de gênero), o que acaba por possibilitar a emergência de uma cultura também diferenciada e específica, a *cultura juvenil*, com códigos estéticos, éticos e de linguagem

próprios. Criado para sincronizar atividades mais precisas e universais da era industrial, o relógio analógico serve para simbolizar também a espacialidade da cultura juvenil em dois âmbitos: o macrocultural, localizado nas redes mais gerais que usam como suporte de transmissão os meios de comunicação de massa e o microcultural, formado por grupos mais restritos e localizados de jovens que se unem por suas diferenças em relação aos outros, inclusive os mais velhos.

Finalizando, na visão do tempo metaforizada pelo relógio digital, Feixa destaca que, embora as engrenagens desse novo tipo de relógio sejam invisíveis, ele é componente obrigatório em todos os aparelhos eletrônicos da atualidade. Segundo o autor, uma das características fundamentais do tempo digital é que ele pode ser reprogramado indefinidamente e retomado em qualquer ponto. Os aparatos tecnológicos que o utilizam, na maioria lúdicos, criam tempos simultâneos que anulam o passado e o futuro, trazendo tudo para um presente que pode se eternizar com o toque em uma tecla. Característico da sociedade pós-moderna, esse tipo de relógio identifica uma concepção relativa, descentrada e ambivalente da realidade, ela própria sendo definida por temporalidades e espacialidades específicas de acordo com os diferentes atores sociais. A sensação de que todos os limites do tempo e do espaço estão anulados implica na concepção de que as diferenças geracionais também foram quebradas, ou seja, as gerações se “destemporalizaram” (FEIXA, 2000:85) e a cultura, no geral, se juvenilizou, permitindo que a entrada e a saída da juventude não seja mais um processo unívoco (FEIXA, 2000:87). Isso implica dizer, ainda, que há uma inversão nas relações geracionais, com a juventude assumindo um papel de autoridade devido ao seu domínio e intimidade com as novas tecnologias da informação, eliminando-se os limites rígidos da separação entre idades. Finalmente, Feixa destaca que a criação da imagem de um ciberespaço contribui para que a formulação das identidades sociais não esteja mais atrelada a um espaço geográfico ou a um grupo social fixo, mas que elas se processam constantemente no fluxo das redes planetárias de comunicação virtual às quais, por princípio, todas as gerações podem ter acesso.

As colocações de Feixa merecem um especial destaque por sugerirem pistas inovadoras para uma pauta de pesquisas que focalize a juventude em termos das relações geracionais, mas sob o prisma das heranças culturais, das representações sobre o tempo e da constituição da memória social dos jovens, tema ainda pouco explorado

pelos pesquisadores de juventude. Os três eixos metaforizados nas figuras dos relógios sugerem que o jovem contemporâneo, longe de estar circunscrito em apenas uma temporalidade, a pós-moderna, se constitui em um mosaico formado por várias heranças históricas e culturais, a partir das quais cria um outro texto geracional, mesclando fragmentos de tradição, modernidade e pós-modernidade. A esse mosaico, Feixa (2000) chamou de *colagens temporais*, produzidas principalmente pelo contato multifacetado e coetâneo dos jovens com instituições tradicionais como a família e a religião, modernas como a escola e o mercado e pós-modernas como os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias da informação.

Essas colagens temporais também podem ser entendidas pelo prisma das diferentes configurações da memória e da transmissão de conteúdos culturais conforme as formulações do antropólogo Pierre Levy, que igualmente propõe um modelo explicativo através de três etapas históricas, com suas formas próprias de “arquivos” e de técnicas de memorização (LEVY, 1993). Para Levy, tanto a oralidade primária, típica das sociedades ágrafas, como a escrita, típica das sociedades modernas e a cibernética, que caracteriza a pós-modernidade, são suportes que possibilitam um exercício diferenciado de armazenamento de lembranças e conhecimentos, pessoais e impessoais, permitindo ao indivíduo uma conexão de conteúdos culturais locais e globais.

As temporalidades dessas conexões variam, indo da imediatez da oralidade e do contato face a face ou da comunicação instantânea por meio do computador, ao tempo mais lento da leitura de material impresso. Também a espacialidade se diferencia nos diferentes ambientes, pois os hipertextos compartilhados criam distâncias e proximidades de várias gradações entre o emissário e o receptor da mensagem. A memória, nesse sentido, também possui diversos guardiães, representados tanto pelas pessoas vivas, como pelas bibliotecas ou pela memória artificial dos computadores. Aqui, igualmente, vale ressaltar que essas etapas descritas no modelo de Levy não são excludentes no mundo contemporâneo.

Assim, nas pesquisas sobre juventude caberia investigar os diversos domínios da informação ou ambientes de educação que concorrem para a formação da memória social dos jovens, sabendo-se que eles, inclusive os do meio rural, atualmente transitam entre a oralidade do domínio familiar ou do grupo de amigos, à escrita valorizada na

escola e às formas audiovisuais mistas praticadas na internet. O trânsito diferenciado entre a fala, a audição e a visão também se apresenta como um campo em aberto nos estudos sobre a juventude, notadamente se focalizarem como essas formas de percepção e comunicação com o mundo são privilegiadas ou desvalorizadas pelos jovens na construção de seu repertório cultural.

Para finalizar, seria importante em um estudo sobre a memória juvenil e sua relação com a preservação patrimonial investigar, além da concepção juvenil sobre o tempo, os motivos que levam os jovens a selecionarem um determinado conteúdo cultural como alvo de preservação ou de esquecimento. As teorias sobre memória social, construídas na interface entre História, Antropologia e Sociologia apontam que o grupo social, o lugar ou o acontecimento constituem ancoragens privilegiadas de ligação do presente ao passado, situando o indivíduo em um ponto de pertencimento na linha do tempo e do espaço. Nessas teorias a memória é analisada tanto como forma de apropriação e reelaboração de marcos referenciais, como dispositivo que permite a organização das experiências vividas segundo a estruturação simbólica de cada cultura.

Em um estudo seminal sobre a memória coletiva, Maurice Halbwachs (1990) destacou a importância do pertencimento ao grupo social na conformação da memória coletiva, enfatizando que o trânsito dos indivíduos nos diversos grupos seria um fator explicativo para as memórias parceladas e fragmentadas sobre o passado. Nas trajetórias biográficas individuais ficariam marcados, segundo o autor, aqueles cenários coletivos, sociais e culturais, nos quais as práticas sociais se desenvolveram. A dificuldade de se separar uma memória individual como objeto de investigação reside no fato de as representações sociais sobre a vida, as pessoas e os acontecimentos serem elaboradas, fundamentalmente, por uma matriz cultural, e portanto, coletiva, que atribui significados compartilhados às experiências.

Sob uma perspectiva diferente, o historiador Norbert Elias (1989) analisou como a percepção e a experiência do tempo, próprias do mundo ocidental - e constitutivas do nosso processo civilizador - permitiram uma concepção de história como sendo o acúmulo e a sucessão de acontecimentos, de atividades e de processos de transformação social. Esse tesouro acumulado encontra-se arquivado em diferentes formas de suporte e de linguagens e é transmitido entre as gerações para que elas se orientem e se integrem nesse esforço somatório e civilizador. Para Elias, o relógio, símbolo do tempo por

excelência, significa a forma de autorregulação social para as condutas de movimento ou de espera, de acomodação ou de redirecionamento diante do presente. O desafio para o não esquecimento daqueles passos do trajeto já percorrido no passado está na elaboração de um quadro mental que ligue e sintetize eventos que não são mais simultâneos, mas que guardam entre si uma relação de *continuum*, mesmo havendo fases intercaladas de fluxo e refluxo, de fases mais quentes ou mais frias da história.

Atualmente, além das experiências vividas, outros meios artificiais de produção da memória encontram-se disponíveis, notadamente para a juventude, o que nos orienta a retomar a proposição teórica de Pierre Nora (2005) sobre os “lugares da memória”. Para esse historiador os lugares da memória social podem ser físicos ou simbólicos e são eles que criam os cenários onde as relações sociais se situam. Na perspectiva contemporânea, os meios de comunicação de massa e os espaços cibernéticos também podem ser entendidos como lugares de memória, já que contribuem para estabelecer laços de identidade e pertencimento. A vivência juvenil entre diversos cenários de interação coletiva possibilitou a formulação da idéia de uma “maré de memórias” para caracterizar o incessante fluxo das informações no qual os jovens navegam (NORA, 2005).

Essas considerações sobre os modos com os quais os jovens contemporâneos lidam com diferentes temporalidades e diversificados suportes de comunicação e memória são fundamentais nesta pesquisa, pois permitem compreender com mais clareza as relações que os jovens de Pedra do Anta estabelecem com a história e o patrimônio cultural local, como veremos no capítulo 4. Além disso, reconhecer os significados que diferentes gerações atribuem ao tempo e ao espaço seria de fundamental importância na concepção de políticas de preservação patrimonial para se evitar a cristalização das escolhas patrimoniais adultocêntricas.

3 – JUVENTUDE EM PAUTA NO BRASIL: HISTÓRIA, ESTUDOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Que a separação entre mundo adulto e não adulto sempre existiu nas mais variadas sociedades e foi objeto de estudos psicológicos, antropológicos e sociológicos foi possível perceber através da discussão empreendida no capítulo anterior. Entretanto, a noção de juventude, quer dizer, a compreensão de um segmento social como um coletivo com características próprias é bastante recente. Isso nos permite formular a seguinte assertiva: embora a partir do século XIX sejam criados diferentes conceitos para se referir a esse segmento, a noção de juventude data do final do século XX. Neste capítulo, portanto, nosso objetivo é acercarmo-nos dessa categoria a fim de compreender o seu surgimento na história recente do Brasil e perceber os desdobramentos dessa passagem da invisibilidade para a visibilidade, tendo em vista principalmente o modo como a História, o Estado e a Academia passaram a considerar tal categoria.

3. 1 – Presença na história: novo sujeito de transformação social

3.1.1 – Ao redor do Brasil: América Latina

De acordo com Savage (2009), em 1944 os americanos começaram a usar a palavra *teenager* para descrever a categoria de jovens com idade entre 14 e 18 anos. Para ele, o termo foi utilizado principalmente por publicitários e fabricantes como uma estratégia de marketing, diante do potencial consumidor que os jovens possuíam. O fato de se tornarem pela primeira vez um “público-alvo” também significava que eles tinham se transformado “num grupo etário específico com rituais, direitos e exigências próprios” (SAVAGE, 2009:11). A invenção do *teenager* coincidiu com a vitória dos Estados Unidos e seus aliados na Segunda Grande Guerra Mundial.

Num contexto de plena ocupação, com uma capacidade aquisitiva crescente por parte dos jovens, com a difusão dos meios de comunicação de massa e da sociedade de consumo, com a escolarização em massa e o nascimento do mercado adolescente, emerge a noção de “cultura juvenil” como categoria autônoma e interclassista; começava a ter êxito o culto à juventude e esta se converte na idade da moda. (FEIXA, 2004:307)

Na América Latina, os jovens também passam a ser percebidos como uma categoria social diferenciada. Ainda que os jovens latino-americanos pudessem ser igualmente vistos como um “público-alvo” de publicitários e fabricantes, eles se tornaram visíveis por causa das posturas políticas que passaram a assumir. Frente a governos autoritários e ditatoriais intervêm de modo contundente seja na resistência a tais governos, seja na busca de alternativas revolucionárias e libertadoras. Isso não significa que anteriormente os jovens não estivessem presentes em seções ou espaços dentro de movimentos políticos, sindicais e culturais controlados pelos adultos.

Em seu texto “O século XX e as gerações jovens da Argentina”, em que mostra o papel dos jovens na história política e social daquele país, ao se referir às décadas de 60 e 70, Sergio Alejandro Balardini afirma que foi somente a partir da segunda metade do século XX que contingentes cada vez maiores de jovens urbanos aumentaram sua presença no cenário social e político. Até então, havia poucas organizações marcadamente juvenis, com demandas e necessidades próprias, “de jovens enquanto jovens” (BALARDINI, 2004). Aos poucos, eles passariam a ocupar um lugar privilegiado, assumindo o conflito social, participando ativamente para ganhar seu destaque e poder.

Balardini faz referência também ao trabalho da Igreja Católica em relação aos jovens. Segundo o sociólogo e historiador, tal instituição desenvolveu um trabalho com eles não só em termos de evangelização, mas também motivando-os ao compromisso social através de tarefas concretas em organizações comunitárias e de base. Tal postura deve-se principalmente à força do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e às orientações da teologia da libertação. Isso fez com que muitas lideranças de organizações políticas e sociais juvenis viessem de grupos paroquiais de juventude.

Além do cenário político-social, os jovens se fizeram visíveis em outro cenário relacionado com este: o cultural. A década de 60 marcou uma renovação dos costumes culturais que teve sua referência maior no Instituto Di Tella, instituição cultural mais significativa neste período, por sua dinâmica e impacto sociocultural e político, espaço acolhedor das novas propostas culturais vigentes no momento. Naquela época, o Di Tella se transformou em um dos grandes centros da “moda juvenil portenha” (BALARDINI, 2004:21).

Também no Chile os jovens tornaram-se mais visíveis na história a partir da segunda metade do século XX. É o que aponta o livro “Organizaciones juveniles em Santiago de Chile. Invisibles subterráneas”, de Andrea Gamboa e Ivan Pincheira. Nesta obra, os autores procuram analisar as novas formas de participação juvenil na vida política. Para eles, a suposta apatia e desinteresse dos jovens pela política e com os assuntos públicos se contradizem com o que historicamente tem sido visto. O fio condutor de tal obra pode ser compreendido a partir do duplo questionamento: será que os jovens não estão “nem aí” para a política ou será que estamos diante da busca de outros tipos de relações, de organização e participação e de outro estilo de exercício democrático?

Com o intuito de responder a essa questão, eles iniciam suas reflexões constatando que no Chile há poucos estudos sobre o trabalho de organização de grupos juvenis em relação ao século XX. A situação piora se a referência cronológica é anterior aos anos sessenta. Nesse caso os estudos são quase inexistentes. Uma das explicações para esse fato está nas diferenças demográficas e culturais que produzem mudanças nos critérios sobre o quem é ou não jovem. O que agora é considerado jovem, antes era considerado adulto. “Como producto y categoria, la juventud seria entonces un invento reciente.” (GAMBOA & PINCHEIRA, 2009:13).

Além disso, os autores indicam outro fato que contribuiu para que os jovens continuassem na invisibilidade. Os campos discursivos, capazes de criar a idéia de Nação como um espaço de sociabilidade e suporte para assegurar a governabilidade, tinham um padrão definido do sujeito a ser focado: homem, branco, adulto, proprietário, católico e ocidental. Essa situação só assistirá uma mudança significativa por volta do século XX:

Sólo a partir de la emergencia del movimiento popular del principios del siglo XX comienzan a gestarse nuevos campos de discursividad textual que lentamente comienzan a dar cuenta de la existencia de otros sectores de composición social; dentro de este largo proceso, a la manera de nueva constitución epistemológica, la teoría social que se aboca al estudio de estos nuevos actores, entre ellos nuestro sujeto juvenil. (GAMBOA & PINCHEIRA, 2009:15)

Contudo, na primeira metade do século XX este “sujeito juvenil” aparece ainda atrelado aos movimentos populares envolvidos em processos revolucionários. Somente com a ascensão de um governo ditatorial, que tem como ponto alto o golpe de Estado de 1973, os jovens passam a ser percebida. O rompimento profundo vivido neste tempo produziu uma alteração também profunda no modo de compreensão e organização da vida social. Neste contexto, os movimentos populares e suas lideranças tiveram que reaprender a viver e se posicionar frente a uma nova ordem social. Neste sentido, os jovens e as mulheres, cuja participação política ainda era incipiente ou periférica, estavam melhor preparados para se posicionar frente a esta mudança de regime político (GAMBOA & PINCHEIRA, 2009).

A respeito desse movimento juvenil os autores destacam duas características. A primeira delas refere-se ao fato de que essa inserção política juvenil é fortemente motivada por instituições consideradas “Agentes Promotoras”. Entre elas são citadas: a igreja católica, os partidos políticos e as organizações não governamentais (ONGs). A função de tais instituições era a de proporcionar a base material e simbólica para que as organizações juvenis pudessem se desenvolver. Havia, porém, o problema da ingerência dessas instituições nos movimentos por elas sustentados. As indicações do caminho a ser seguido e a “cultura” oferecida através de processos formativos são expressões de tal atitude.

Já a segunda característica desses movimentos é que eles não abordavam como temática central os desafios da condição juvenil. Os jovens, especificamente, não eram uma prioridade. Seus problemas se dissolviam em preocupações maiores e mais urgentes, envolvendo outros setores oprimidos e marginalizados.

A falta de un proyecto propio, hay subordinación a las decisiones de aquellos que sí lo tienen y que proporcionan las condiciones materiales y simbólicas para la subsistencia, y es inevitable la crisis de sentido frente a la institucionalización del conflicto político que proponen los adultos el papel le gana a la piedra, y muchas organizaciones juveniles se inmovilizan, se disuelven, se desarticulan. (GAMBOA & PINCHEIRA, 2009:21)

3.1.2 – Jovens na história brasileira

Em se tratando da história da juventude brasileira podemos afirmar que ela muito se assemelha à história da juventude na América Latina, principalmente pelos movimentos estudantis que mobilizaram a segunda metade do século XX. Também no Brasil, os jovens enquanto categoria social específica, começaram a ser captados pelas lentes historiográficas no final do século passado. Entretanto, há também, em épocas anteriores figuras jovens que nas diversas áreas da sociedade brasileira foram reconhecidas como proeminentes.

Mesmo não sendo nosso objetivo realizar um estudo historiográfico profundo, antes de nos ocuparmos da história juvenil no século XX, abordaremos outros períodos históricos. Temos consciência de que talvez, para a própria época, tais figuras não fossem jovens e sim adultas, tendo em vista os diversos fatores e critérios estabelecidos para identificar alguém como jovem. E que pode ser considerado anacronismo atribuir a tais personagens a característica juvenil. Contudo, o que queremos mostrar é que ao falarmos sobre a atuação dos jovens na história brasileira, não podemos nos esquecer que essa história não começou no século XX e que “a forma de marcar presença na história não se dá somente pelas lutas e guerras, mas também naquilo que se faz para a sociedade de modo mais amplo.” (DICK, 2003:260).

No século XVIII, de acordo com Dick (2003), nota-se a presença dos jovens em alguns movimentos de resistência às tentativas de invasões empreendidas por outras nações, como foi o caso da tentativa de invasão pelos franceses em 1710. Grande parte dos que impediram tal invasão eram jovens estudantes de colégios e conventos religiosos do Rio de Janeiro. Também houve participação juvenil na Inconfidência Mineira (1789). O mais novo dos Inconfidentes Mineiros chamava-se José Álvares Maciel, com 28 anos. Anos antes, estudando na França, em 1786 escreveu a Thomas Jefferson (ministro dos Estados Unidos na França) pedindo ajuda para libertar o Brasil do jugo português.

Já no século XIX é possível citar inúmeros escritores (poetas e romancistas) que se tornaram clássicos da literatura brasileira. Eis alguns nomes e suas obras¹⁹:

¹⁹ Aqui, a citação da idade é apenas um dado biográfico. Como já ressaltamos anteriormente, apenas a idade é insuficiente para determinar a identidade juvenil.

Domingos Gonçalves de Magalhães: *Poesias (21anos) Suspiros Poéticos e Saudades (26 anos)*; Antônio Gonçalves Dias, aos 24 anos publicava *Primeiros cantos*, aos 26 anos, *Segundos Cantos* e, aos 28, *Últimos Cantos*; Teixeira e Souza compôs aos 28 anos *Cornélia*; Joaquim Manuel de Macedo, aos 24 anos escreveu *A moreninha*, aos 25, *O Moço Loiro* e aos 28, *Os dois amores*; Álvares de Azevedo, aos 17 anos escreveu *Lira dos 20 anos*; Manuel Antônio de Almeida, aos 23 anos publicou *Memórias póstumas de um sargento de milícias*; José de Alencar:, publicou *O Guarani*, aos 28 anos; Castro Alves, que aos 22 anos publicou *Espumas Flutuantes*, aos 23, *A cachoeira de Paulo Afonso*, e aos 24, *Os Escravos*.

Mas os jovens estão presentes não só na pessoa dos poetas, mas também em suas obras literárias. Várias das obras citadas, e tantas outras, podem ser reconhecidas como crônicas do modo de viver e de ser dos jovens da época. Tornaram-se suporte do imaginário coletivo a respeito dos jovens no século XIX. Narram amores, sonhos, lutas, conflitos familiares vividos pelos jovens. A título de exemplo podemos citar: *Iracema*, *A moreninha*, *A escrava Isaura*.

Não podemos deixar de mencionar ainda no século XIX a participação dos jovens no movimento abolicionista. O perfil desses jovens era bastante definido. Geralmente formado em ciências jurídicas, tendo um emprego urbano (público ou na imprensa), estava ligado a famílias possuidoras de terras e era paulista. (CACCIA-BAVA & COSTA, 2004) É interessante observar que o debate abolicionista aglutinou os jovens em dois pólos:

A juventude de linha moderada chamada emancipacionista, a qual entendia que a propriedade escrava era legítima, portanto, a liberdade dos cativos deveria vir acompanhada por vários tipos de indenizações, desde as alforrias pagas pelos próprio escravo, até aquelas pagas pelo Estado Imperial. A juventude de linha mais radical, chamada abolicionista, denunciava a propriedade escrava como roubo e só aceitava abolição total e imediata. (CACCIA-BAVA & COSTA, 2004:67)

A linha abolicionista produziu também jovens jornalistas, que inclusive chegaram a dirigir jornais e utilizavam a imprensa para divulgar suas idéias e conquistar adeptos. Luis Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1856-1905); André Rebouças (1838-1898) e Joaquim Nabuco (1849-1910) são alguns dos nomes que podem ser citados.

As primeiras décadas do século também revelam a atuação de jovens em movimentos políticos e artísticos. Na década de 1920, a semana de arte moderna contou com a participação de jovens artistas como Anita Malfatti, de 24 anos e Victor Brecheret, de 20 anos. Também foi nessa década que surgiu o Partido Comunista do Brasil, que contou com a participação de diversos jovens como Astrogildo Pereira, que posteriormente inspiraria a formação do movimento juvenil. Ainda pode ser lembrada a criação da Ação Católica Geral, movimento católico criado pelo Papa Pio XII, como forma de motivar os católicos a participarem mais da vida da sociedade na tentativa de cristianizar uma sociedade que se tornava cada vez mais secular.

As décadas seguintes, principalmente a partir de 1940, como já foi afirmado, são marcadas por uma presença mais forte dos jovens na vida política e social do Brasil. Aliás, o mundo após a Segunda Guerra Mundial passa também por grandes transformações. Para Caccia-Bava & Costa (2004), nesse período dois segmentos juvenis que tiveram projeção nacional, contribuindo para uma maior visibilidade da juventude e afirmação de seu protagonismo foram o movimento estudantil, por meio da União Nacional de Estudantes e a Juventude Católica, articulada e organizada em grupos, através da Ação Católica Especializada.

A União Nacional dos Estudantes foi criada em agosto de 1937, em pleno regime ditatorial do “Estado Novo”, comandado por Getúlio Vargas. Nesse tempo, a UNE se inseriu em lutas de cunho fortemente nacionalistas. A criação de uma empresa estatal para gerenciar a exploração do petróleo e a proteção das riquezas mineiras brasileiras são alguns exemplos. Também foi forte a pressão feita pela UNE quando Getúlio Vargas, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, expressou o desejo de posicionar o Brasil do lado do Eixo, formado pela Alemanha, Itália e Japão.

Durante a década de 1960, os jovens estudantes se posicionaram frente a grandes temas. Um deles referia-se à universidade brasileira. Em maio de 1960 iniciou-se o Seminário Nacional da Reforma Universitária. Essa questão foi aprofundada no 2º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que resultou em um documento conhecido como “Declaração do Paraná”. O documento tratava da fundamentação teórica da reforma universitária, fazia uma análise crítica da universidade brasileira e, por fim, apresentava um esquema de luta pela reforma. Um dos pontos da reforma era a participação dos estudantes na proporção de 1/3 nos órgãos colegiados da administração da universidade (DICK, 2003). Nessa época, era presidente da UNE, o estudante Aldo Arantes. Eis o que ele afirma, referindo-se a esse momento histórico:

Os setores um pouco mais radicais colocavam a questão da revolução brasileira, outros a questão da reforma de base e, na verdade, predominava a concepção da reforma com alguns matizes revolucionários. Dentro dessa problemática geral de questionamento da estrutura social brasileira vem à tona o problema da crise da universidade. Naquela época, começava a surgir uma nova corrente política no movimento estudantil, que em sua fase inicial se identificou com a esquerda da Juventude Universitária Católica (JUC). Essa corrente teve um papel muito importante para as lutas estudantis e para a UNE. (Arantes, apud CACCIA-BAVA & COSTA, 2004:89)

A partir do golpe militar em 1964 a UNE foi oficialmente extinta e caiu na ilegalidade e clandestinidade. A sede da UNE foi incendiada e muitos dirigentes presos e expulsos do país. Contudo, mesmo nessa situação não perdeu seu vigor e sua força.

A repressão policial-militar sofrida pelos estudantes sob o governo do Marechal Castelo Branco, além de tornar difícil a recapitulação de todas as violências contra eles cometidas, produziu um estado de perplexidade numa geração que só conhecia a ditadura de ouvir falar ou ler nos livros. (Poener apud DICK, 2003:283)

A partir de 1950 até o golpe militar de 1968 temos a organização da Ação Católica Especializada que não é uma ruptura com a Ação Católica Geral. Segundo o Papa Pio XII, essa forma especializada de organização seria a tentativa de prolongar a ação da igreja nos meios em que cada militante católico estava situado. Se não é uma ruptura, não deixa de ser um desafio. A estrutura do movimento se transforma. Introduz-se o critério de divisão segundo o meio social específico, a idade e o sexo dos militantes. Tem como referencial os espaços de atuação. Surgem a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Com o caminhar dessas ações especializadas as idéias e o método de transformação começaram a se concretizar na prática. Os jovens iam percebendo a inutilidade de apenas pregar uma conversão pessoal. Não se contentavam com os instrumentos que a Igreja lhes oferecia no momento e, por isso, apareceram os primeiros conflitos com a hierarquia católica. Começaram a se inserir no movimento estudantil e a apoiar as mobilizações em favor dos direitos humanos e sociais. As tensões aumentavam à medida que crescia nos jovens a consciência de que era preciso transformar as estruturas sociais, raiz e concretização da injustiça. A ruptura oficial com a hierarquia se dá em 8 de novembro de 1966. Nesta data, a Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil (CNBB) declara oficialmente a extinção da JUC. Aos poucos, todos os outros movimentos também são extintos. O “golpe final” é dado pela repressão política. Em 1968, com o Ato Institucional nº. 5, temos a mais alta expressão da ditadura. Não se podia mais falar, não se podia manifestar. O silêncio forçado e indesejado prevalece sobre a voz dos jovens.

Ao analisar esta trajetória histórica da juventude católica, Caccia-Bava & Costa (2004) afirmam que a experiência dos jovens católicos foi construída numa linha que apresenta continuidades e descontinuidades. A trajetória e o dinamismo das juventudes católicas, percorridos em fluxos contínuos e descontínuos, têm mostrado relação com a reação conservadora da própria hierarquia da Igreja e da sociedade mais geral na qual ela está inserida. Além desse aspecto, um outro mencionado pelos autores é a atuação de setores progressistas da Igreja em momentos de refluxo dos movimentos sociais. Assim, ao se falar de protagonismo juvenil dentro da igreja católica é preciso falar também do protagonismo dos setores mais “progressistas” dentro da instituição (CACCIA-BAVA & COSTA, 2004).

A seguir, a partir das informações de Dick e Caccia-Bava & Costa, elaboramos uma quadro que, panoramicamente, mostra os acontecimentos principais destas décadas e o modo como os jovens se posicionaram diante deles.

Quadro 02 – Os jovens e os principais acontecimentos históricos entre 1940 e 2000

Década	Comportamento/ Cultura	Economia/ Política	Juventude
1940 Índia conquista sua independência Criação do estado de Israel Revolução comunista Lideranças adultas e velhas “gerontocracia”	1a. novela de rádio Repórter Esso Chegada da Coca-cola ao Brasil Heróis dos gibis (Capitão América) Legião da descência (Igreja católica) Nacionalização do petróleo Filme <i>Casablanca</i> - Peças teatrais <i>Vestido de noiva</i> e <i>Álbum de Família</i>	Instituição do salário mínimo e da lei trabalhista Criação do Fundo Monetário Nacional (FMI)	Mobilização da UNE contra aliança do Brasil com o Eixo (Alemanha, Itália e Japão); Luta pela criação da Petrobrás; Tentativa de uma “Juventude Brasileira”, como a Juventude Hitlerista e Fascista

Quadro 02, continuação

1950	Início da TV no Brasil Novela “O direito de nascer” Morte de James Dean e ascensão de Elvis Presley Surgimento do Rock Assassinato de Aída Curi (23 anos), lançada de um edifício por dois jovens Filosofia de J. P. Sartre “Rio 40 graus” (Cinema) “Eles não usam Black tie”. (Teatro)	Criação da Petrobrás Instalação dos supermercados Instalação da indústria automobilística Suicídio de Getúlio Vargas e eleição de Juscelino Kubitschek “50 anos em 5”	Surgimento da Ação católica especializada: JAC, JEC, JIC, JOC, JUC
1960	Aparecimento dos Beatles Jovem Guarda Tropicalismo Expansão do movimento Hippie Festival do Woodstock Fortalecimento da Cultura juvenil (Hobsbawm) O Pagador de Promessas recebe a Palma de Ouro Implantação do centro popular de cultura (UNE) Método de alfabetização de Paulo Freire Peça teatral “Roda Viva”	Eleição de Jânio Quadros Golpe Militar Marcha da Família com Deus pela Liberdade (Igreja católica) Reforma de Base de João Goulart Assassinato de Edson Luiz, estudante secundarista	Mobilização pela renúncia de Jânio; Resistência ao Golpe Militar Prisão e morte de estudantes Extinção “oficial” da UNE e da JUC; Início da luta armada: “guerrilhas”
1970	Leila Diniz: símbolo da emancipação juvenil Tricampeonato Mundial de Futebol do Brasil 1º protesto de gays contra a discriminação (Nova Iorque) Morte de artistas por overdose (Jimi Hendrix, Janis Joplin e Jim Morrison) Punks e o lema “Não há futuro” Primeiro bebê de proveta Conquistas femininas Ano Inter. da mulher (1975) Censura a músicas, jornais, peças teatrais, filmes	Governos ditatoriais e início de abertura política Movimento sindical no ABC Paulista Crescimento de movimentos sociais Luta pela democracia	Legitimação da UNE (1977)
1980	Explosão da AIDS Aumento das drogas (cocaína) Programa da Xuxa “Thriller” Michael Jackson Rock in Rio (1985) MTV (1981) Livro “Feliz Ano Velho” de Marcelo Rubens Paiva	Movimento pelas “Diretas Já” Eleição e morte de Tancredo Neves Partido dos Trabalhadores Recessão e planos econômicos (Planos Cruzado, Bresser e Verão)	Surgimento da Pastoral da Juventude Luta pelas “Diretas Já” “União da Juventude Socialista” Movimentos Hip Hop e Negro

Quadro 02: Elaborado pelo autor a partir de Dick (2003) e Caccia-Bava & Costa (2004)

3.2 – Juventude na academia: uma categoria analítica em formação

No Brasil, a “juventude” ganhou visibilidade no espaço acadêmico a partir dos anos 90 do século passado. No âmbito da pesquisa científica nota-se o crescimento dos estudos a respeito da temática juvenil. É bem verdade que este crescimento se realiza vagarosamente. O número de pesquisadores em juventude ainda é pequeno e as pesquisas em curso não dão conta da realidade juvenil, sempre ampla e diversa. Essa constatação pode ser comprovada a partir de dois trabalhos que possuem como objetivo traçar o “estado do conhecimento” ou “estado da arte” em algumas áreas de investigação científica.

O primeiro deles foi publicado em 2000 e intitula-se “Estado do Conhecimento: Juventude e Escolarização”, e foi coordenado por Marília Pontes Sposito, com a participação de vários outros pesquisadores. Pelo próprio título, percebe-se tratar de um trabalho que tem como foco a área da educação. Nele foram levantados os trabalhos de pós-graduação de discentes entre 1980 a 1998. Mesmo sendo um trabalho que abrange apenas uma área da investigação científica é interessante observar alguns dados.

As fontes privilegiadas para esse trabalho foram as dissertações e teses apresentadas e defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação, compreendendo um período de dezoito anos (1980-1998). No entanto, é preciso ressaltar que o universo delimitado foi percorrido tomando-se como ponto de partida os catálogos de teses em Educação e o CD-ROM da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd que reúne as referências bibliográficas sobre a produção discente da área no período de 1980 a 1998. Tal produção compreende 1167 teses e 7500 dissertações, totalizando 8667 trabalhos. Desse conjunto, foram identificadas 332 dissertações e 55 teses relacionadas à temática juvenil, correspondendo a 4,4% da produção total em Educação.

Esse primeiro trabalho motivou a realização de outro, mais amplo e abrangendo outras áreas de investigação científica. Além da área da educação foram incluídas as áreas de Ciências Sociais e Serviço Social. O período a que se refere esta obra situa-se entre 1999 e 2006. O universo pesquisado do trabalho intitulado “O Estado da Arte sobre Juventude na pós-graduação brasileira” – 2 volumes”, (SPOSITO, 2009) é o Portal da CAPES. Em termos numéricos, as informações obtidas mostram que, mesmo que haja um volume considerável de trabalhos de mestrado e doutorado que enfocam a

juventude, o número de dissertações e teses ainda é pequeno se comparado à totalidade dos trabalhos analisados.

Na Educação os trabalhos correspondem a 6,1%. Comparando com o período anterior, entre 1980 e 1998, onde as pesquisas sobre juventude na educação representavam 4,5% o crescimento não chega a 2%. Na área do Serviço Social, as pesquisas sobre juventude representam 7,8%. Já na área das Ciências Sociais, que compreende as subáreas Ciência Política, Antropologia e Sociologia, há 4,8% de trabalhos relacionados à temática juvenil. Nesse sentido, nas pesquisas em Ciências Sociais, a Ciência Política é responsável por 1,3% dos trabalhos, a Antropologia por 10,8% e a Sociologia por 4,1%. Por estes números percebe-se que em termos relativos são os antropólogos e antropólogas quem mais têm se dedicado à pesquisa acadêmica sobre juventude.

Em se tratando dos temas pesquisados há diferenças de acordo com as áreas. Na área da educação, aproximadamente 40% dos trabalhos relacionam os jovens com suas trajetórias escolares, no ensino médio e na universidade. Já as áreas Serviço Social e Ciências Sociais se aproximam mais de temas ligados às desigualdades sociais e processos de exclusão. Em relação às subáreas das Ciências Sociais, na antropologia as temáticas sobre sexualidade e gênero e grupos juvenis são as mais pesquisadas. Já a temática sobre os adolescentes em processos de exclusão aparece em primeiro lugar para a Sociologia. O estudo da violência no meio juvenil é observado como uma temática transversal, presente em todas as áreas. Essa transversalidade revela também uma diversidade das várias possibilidades de compreensão e análise da violência. Há também temas que ainda são pouco estudados e quase não aparecem nas áreas em questão. É o caso de estudos sobre família e religião, esporte, corpo, meio-ambiente, jovens e substâncias psicoativas.

Do ponto de vista dos estudos históricos a juventude também é uma temática pouco explorada. Os historiadores Maria Lucia Spedo Hilsdorf e Fernando Antonio Peres (2009) em um artigo intitulado “Estudos históricos sobre a juventude: estado da arte” confirmam essa posição. O artigo começa com um questionamento: “Há poucos trabalhos acadêmicos sobre a história da juventude no Brasil. Por que o tema não tem despertado o interesse dos pesquisadores?” (HILSDORF&PERES, 2009:213). Como exemplo que suscita esse questionamento eles fazem referência a uma publicação

comemorativa dos 500 anos de história da educação brasileira²⁰ em que não há nenhuma menção ao tema da juventude. Nem mesmo de forma transversal ou periférico. O tema “Juventude” não foi enfrentado.

Além desse exemplo citam também a pouca, ou quase nenhuma, repercussão que o livro organizado por Giovanni Levi e Jean-Claude Smith, “História dos Jovens”²¹, alcançou no Brasil; mesmo sendo traduzido para o português apenas dois anos depois, não conseguiu estabelecer uma linha de pesquisa. Isso fica mais visível quando comparamos com a obra de Philippe Ariès, “História social da criança e da família”, publicada em 1960 na França e traduzida para o português apenas em 1978 e que, mesmo depois de quase duas décadas, motivou o surgimento no Brasil de várias obras que tiveram a infância e a adolescência como foco historiográfico. (HILSDORF & PERES, 2009).

O mesmo afirma o autor do artigo “Jovens na história recente do Brasil”, Alessandro Bracht. Segundo Bracht, “no Brasil, a História não localizou um lugar para seus jovens, mesmo que em determinados momentos da trajetória do país tenham sido partícipes essenciais de eventos historicamente decisivos” (BRACHT, 2006:163). Para ele, os estudos históricos sobre juventude encontram-se em fase de afirmação, sendo marcado pelo provisório, reunindo impressões prévias. Os escritos possuem um tom mais “ensaístico” do que de resultado de pesquisa científica. Tal lacuna é inclusive citada por ele com uma das causas da não participação dos jovens no cenário político atual. “Os jovens de nosso presente não se sentem herdeiros de algo significativo, capaz de despertá-los da inércia em que se encontram” (BRACHT, 2006:163).

Mesmo considerando essa lacuna não podemos deixar de afirmar que há esforços sendo feitos para suprir essa dívida com a juventude brasileira. Talvez sejam esforços individuais, isolados, mas que já permitem identificar elementos interessantes e, pelo menos, “rascunhar” alguma coisa sobre a história da juventude brasileira, mesmo que a título de “ensaio”.

²⁰ LOPES, Eliane M. T; FARIA FIALHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

²¹ LEVI, Giovanni e SCHMITT, Jean-Claude (org.). **História dos jovens**. 2 vol. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Dos trabalhos que temos conhecimento, citamos dois que já são utilizados nessa dissertação. O primeiro deles intitula-se “Gritos silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude na história”, publicado em 2000. O autor, Hilário Dick, possui uma longa experiência no trabalho com os jovens e principalmente na pesquisa juvenil. Coordena o curso de pós-graduação em juventude, da Universidade do Vale dos Sinos, em São Leopoldo. É membro da rede latino-americana de pesquisadores em juventude. O que ele pretende com o seu trabalho é descrever os jovens manifestando-se na história do mundo ocidental, estudando como se revelam e se escondem através da história. Sobretudo, o que deseja Dick é dar a eles vez, voz e espaço:

Esta “onda” – quer se queira quer não – sempre existiu, mas não aparece (não é reconhecida) na história que se lê e se estuda, seja porque faltavam aos jovens condições de afirmar-se, seja porque eram esmagados, consciente ou inconscientemente, pelo poder dos adultos (família, sociedade ou igrejas). A “onda” não “aparece” porque não se quer que ela apareça. Ela “não tem direito”; ela é perigosa; ela não tem responsabilidade. (DICK, 2003:13)²²

Já o segundo, de menor volume e abrangência, é o artigo “O lugar dos jovens na história brasileira” dos historiadores Augusto Caccia-Bava e Dora Isabel Paiva da Costa. Neste artigo, que consideram o trabalho apenas como um “começo”, eles abordam a juventude ao longo de todo o século XX. Para eles a ausência de estudos sobre a história juvenil não é casual ou ingênua.

²² E ele mostra essa “onda” na história em 11 capítulos, utilizando uma bibliografia multidisciplinar. Os títulos dos capítulos nos dão uma idéia da amplitude do período histórico abordado por Dick. São eles: 1) A juventude judaica: perspectiva vetero-testamentária; 2) Eles não estão só nos fatos, mas também na arte: a juventude na grécia antiga; 3) Dominados pela figura do pai, dando vida à sociedade: os jovens na Velha Roma; 4) Com poucas oportunidades, mas ativos: Aspectos esparsos da realidade juvenil no Primeiro Milênio; 5) Velhacos, mas divertidos: os jovens na baixa idade média; 6) Mudança de paradigma: violência, ironia e tragédia juvenil. Os jovens nos séculos XVI e XVII; 7) Os jovens e a revolução industrial: a juventude européia nos séculos XVIII e XIX; 8) Juventude em espaço totalitário: os jovens no tempo de Hitler; 9) Dois discursos sobre o jovem: Fascismo italiano e adolescência norte-americana; 10) Visão sintética do fenômeno juvenil: perspectiva brasileira (1940-2000); 11) Presença questionada e questionante: a juventude na história brasileira.

A sociedade brasileira, cuja estrutura oligárquica de poder não permite aos grupos de origem popular e subalterna emergirem como interlocutores íntegros perante toda a sociedade, não possibilitou que se revelasse a força dos movimentos juvenis, na continuidade dos processos dos quais participaram. (CACCIA-BAVA & COSTA, 2004:108)

Um aspecto interessante a ser destacado é que esse esforço de trazer à tona a juventude na história brasileira faz parte de um esforço maior de vários estudiosos da América Latina que possuem a intenção de se aproximar da história da juventude. Para estes autores, a maior parte da literatura sobre história da infância e da juventude quase sempre foi concebida a partir do Ocidente europeu. Tal concepção gerou uma noção eurocêntrica da categoria juventude. Assim, entendem o trabalho em questão como uma tentativa de dar maior visibilidade aos jovens presentes no Sul do continente americano.

Ainda em relação ao estudo feito por Sposito (2009), um dado que para essa dissertação é importante ser considerado, uma vez que permite justificar sua relevância para as pesquisas voltadas para a juventude, é que as pesquisas são “eminentemente urbanas”. Do total de pesquisas, 1427, apenas 52 tratam de juventude rural, o que significa em termos proporcionais menos de 4%:

Todos os eixos temáticos que articulam a produção discente têm como elemento comum a condição juvenil urbana, sobretudo de grandes regiões metropolitanas, investigada a partir de enfoques diversos. A predominância de investigações sobre a vida de jovens em grandes metrópoles pode induzir a generalizações apressadas sobre a juventude brasileira, se não forem levadas em conta as condições de vida das pequenas e médias cidades e das zonas rurais. Há uma nascente produção sobre os jovens e o mundo rural que precisa ser ainda mais incentivada. Os poucos estudos existentes são reveladores das múltiplas temporalidades que articulam as relações sociais em nossa sociedade, das imbricadas relações de complementaridade e das tensões existentes entre cidade e campo, muito vezes obscurecidas por uma ótica excessivamente urbana. (SPOSITO, 2009:24)

Mesmo sabendo que a constatação de Sposito abrange apenas três áreas do conhecimento ela possui a sua importância. Não se pode negar que as áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social, principalmente as duas primeiras, são áreas tradicionais dentro do conhecimento científico e, mesmo que não traduzindo totalmente o que se pesquisa atualmente, é um bom parâmetro.

Entretanto, estudos realizados por pesquisadores que se dedicam à temática da juventude rural comprovam esta afirmação de Sposito. O estudo realizado por Nilson Weisheimer em 2005, “*Juventudes Rurais - Mapas de estudos recentes*” traça um mapa das diversas pesquisas sobre juventude realizadas entre 1990 e 2004. Diferentemente de Sposito, o trabalho de Weisheimer procura pela temática em diversas áreas. De acordo com o autor, entre os trabalhos mapeados encontram-se duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos. Ao analisar esses dados, eis o que ele conclui:

Esses dados demonstram que as pesquisas sobre juventude do meio rural não constituem uma produção expressiva em termos de volume, uma vez que não chegam a compor quatro trabalhos por ano no período de 1990 a 2004. Logo, confirma-se que os jovens rurais têm estado invisíveis para a maioria dos pesquisadores brasileiros, constituindo-se em um objeto ainda pouco estudado. (WEISHEIMER, 2005:09)

Mais recentemente, Elisa Guaraná de Castro (2009) também tratou dessa questão em seu artigo “Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político”. Com o objetivo de analisar a categoria juventude como uma categoria imersa em uma complexa configuração social, na primeira parte do artigo resgata os debates sobre juventude e juventude rural.

Sua constatação inicial é a mesma dos estudos já citados. “Apesar de um aumento considerável no volume de estudos e ações, ainda hoje, a juventude rural brasileira é pouco conhecida” (CASTRO, 2009:182). Uma das possíveis causas apontadas pela pesquisadora para esse pouco conhecimento – mas rechaçada por ela – poderia ser encontrada na minoria que constitui a juventude rural em relação à população total jovem entre 15 e 29 anos. Dos 49 milhões de pessoas nessa faixa etária, 8 milhões são considerados rurais.

Ao observar tais estudos, Castro percebe que as temáticas sobre juventude rural nem sempre são as mesmas quando o foco é o jovem urbano. Em se tratando de jovens rurais há uma maior especificidade das temáticas, provenientes dos problemas e desafios enfrentados pelos mesmos.

Nesse sentido, uma temática recorrente nos estudos relaciona-se com a migração do jovem do campo para a cidade, buscando compreender os significados entre o “ficar”

e o “sair”. As discussões giram em torno de dois caminhos. Um deles analisa essa migração a partir das dificuldades que o jovem enfrenta no meio rural, principalmente para o estudo e o trabalho. Já o outro, entende que essa migração é causada principalmente pela atração sentida pelo jovem rural em relação ao estilo de vida urbano.

Um dos textos “clássicos” nessa discussão é o apresentado por Maria José Carneiro “O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais”. Neste artigo, a autora constata certa ambiguidade na vida dos jovens em contextos rurais.²³ Segundo Carneiro (1998), pode-se observar nos jovens de hoje uma oscilação entre um projeto de vida mais individualizado, em que a referência passa a ser o próprio indivíduo e outro que tem o seu foco no compromisso com a família. Tal ambiguidade possibilita a construção de uma nova identidade que é assim caracterizada:

Cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, vêem sua auto-imagem refletidas no espelho da cultura “urbana”, “moderna”, que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo contemporâneo. (CARNEIRO, 1998:03)

Consequentemente, a relação que o jovem estabelece com estes “dois mundos” implica também em uma re-elaboração do sistema cultural, podendo ocasionar inclusive o surgimento de um novo sistema e de novas identidades sociais que, de acordo com Carneiro, “merecem ser objeto de investigações futuras”.

Além desta, há também temáticas que procuram identificar a posição dentro do sistema familiar rural, evidenciando as relações hierárquicas e a sucessão da propriedade. “Ser *jovem rural* carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar” (CASTRO, 2009:189). O “peso” da autoridade paterna influi nas diversas relações que os jovens empreendem. Através dela, criam-se mecanismos de controle e vigilância no espaço familiar. Em se tratando da sucessão da propriedade, as diversas pesquisas evidenciam que não serão mais todos os filhos que herdarão a terra. A divisão social no interior da família leva a escolha de um, no máximo dois, filhos à

²³ Os locais em que a pesquisa foi realizada são: Nova Pádua, localizada no raio de influência de Caxias do Sul e São Pedro da Serra, um distrito localizado na região serrana do estado do Rio de Janeiro.

sucessão. E estes, com raras exceções, serão sempre os filhos homens. E a filha mulher, como outrora, provavelmente só terá acesso à terra a partir de um casamento com um já proprietário ou, mais provavelmente, seguindo uma tendência atual, com toda a aproximação de valores de um modelo de vida urbano, combinado com um maior acesso à educação, buscará sua autonomia em outras atividades profissionais (BATTESTIN & COSTA, 2007).

Maria José Carneiro ao se referir às poucas pesquisas existentes a respeito de juventude rural, constata que os jovens são compreendidos dentro de um contexto em que são considerados membros de uma equipe de trabalho familiar, aprendiz de agricultor, ajudante na complementação da renda da família (CARNEIRO, 2005). Ou seja, quando o jovem é visto, o é na perspectiva do trabalho. Soma-se a isto o fato de que não se trata de qualquer trabalho, mas principalmente do trabalho agrícola.

Isso nos leva a concluir que o jovem em pauta nos estudos sobre o meio rural é o jovem marcado pela agricultura familiar. Assim como se fala de “juventudes”, tendo em vista a diversidade e pluralidade dessa categoria, também deveríamos falar de ruralidades, produtora de sentidos e significados distintos. Os 8 milhões de jovens presentes no meio rural não vivem o mesmo contexto sócio-cultural. Até o momento, os jovens que aparecem são aqueles que se mostram ou que se organizam para serem enxergados, principalmente através dos movimentos sociais ou outras organizações ligadas ao meio rural. Ainda há jovens rurais invisíveis que não se organizam, não fazem parte de movimentos sociais ou grupos mais fortalecidos e que também precisam ser considerados nos estudos sobre juventude rural.

Finalmente, em relação aos trabalhos de pesquisa realizados no mestrado em extensão rural da Universidade Federal de Viçosa, espaço acadêmico de origem dessa dissertação, através da recente publicação “Por extenso. Boletim de pesquisa do programa de Pós-Graduação em Extensão Rural” tivemos acesso aos títulos de todos os trabalhos realizados desde o ano de 1969. Mesmo considerando o que é dito na apresentação de tal publicação, ou seja, que as pesquisas, principalmente a partir da diversidade do corpo docente, não estão mais se limitando apenas aos problemas de geração e transmissão de tecnologia agropecuária, reconhecendo também outros problemas presentes no meio rural tais como os relacionados com a natureza, cultura e sociedade, ainda é mínimo o número de dissertações que tratam de investigar a

juventude rural. Das 404 dissertações apresentadas entre 1969 e 2009, apenas 5 trazem no título a palavra “jovem” ou “juventude”. Exceto uma, apresentada em 1983, as outras foram apresentadas após o ano 2000 (duas em 2002, uma em 2008 e outra em 2009), o que confirma essa tendência em ampliar o leque da pesquisa científica em extensão rural nesses últimos tempos. Espera-se, portanto, que futuramente esse número possa crescer.

A partir desse quadro de estudos sobre juventude, seja de modo mais abrangente seja em relação ao meio rural é possível o levantamento do seguinte questionamento: em que os estudos, artigos e pesquisas que buscam investigar as juventudes contribuem para o aprofundamento do conhecimento científico? A posição de Sposito quanto a esse questionamento é a seguinte:

Apesar do crescimento absoluto, da fragmentação e da dispersão da investigação, ao lado da clara ausência de agendas de pesquisa e de interlocução de grupos inter ou entre áreas, são elementos que evidenciam ainda a fragilidade desse domínio de estudos. Inexistem fóruns acadêmicos e periódicos científicos voltados para a temática no Brasil. Mesmo no interior de cada uma das áreas cobertas por esse levantamento, os espaços dedicados às discussões específicas sobre juventude ainda são bastante incipientes. Por outro lado, a realização de congressos e a confecção de periódicos especializados não sinalizarão avanços se, de fato, não forem consequência do adensamento investigativo e teórico nesse domínio da pesquisa. (SPOSITO, 2009:32)

Quanto a esse questionamento nossa posição é que os estudos sobre juventude estão em uma fase inicial, de exploração e descoberta. Ainda há muito o que se trabalhar para que a juventude, enquanto categoria de análise, seja um “domínio científico reconhecido”. O número de pesquisadores em juventude e de espaços para a publicação (revistas ou congressos) da produção acadêmica também é reduzido. Contudo, os esforços empreendidos nessa fase inicial por pesquisadores, orientadores e estudantes permitirão um crescimento não só no volume dos trabalhos, mas no amadurecimento teórico necessário para transformar meros fatos empíricos em problemas de pesquisa, motor de toda investigação acadêmica.

Para finalizar, e também como forma de divulgar os esforços na área acadêmica que tem se voltado para a compreensão da juventude rural contemporânea, vale destacar

a tese de doutorado (2004)²⁴ do antropólogo Yanko Gonzáles Cangas, já citado nesta dissertação, defendida na Universitat Autònoma de Barcelona. O interesse neste trabalho reside na abordagem inovadora da juventude da região de Valdivia, ao sul de Santiago, região marcada pelo impulso do turismo rural. De acordo com Yanko, após a ditadura de Pinochet, o Chile recebeu investimentos maciços na área agrícola, tornando-se o primeiro país exportador de frutas do continente. O incentivo à fruticultura possibilitou a emergência de uma nova categoria de trabalhadores rurais, chamados *temporeros*, executado preferencialmente por jovens de ambos os sexos. Além desses incentivos a região de Valdivia foi alvo também de uma política de desenvolvimento rural calcada no turismo devido ao seu relevo montanhoso que abriga uma série de lagos e uma herança histórica que tem nas construções dos fortes e na saída para o Oceano Pacífico um atrativo de lazer e uma fonte de trabalho também sazonal para os jovens da região.

A infraestrutura necessária para a implantação do projeto turístico facilitou as vias de comunicação desses jovens com turistas urbanos e internacionais, mas também facilitou o seu deslocamento para os núcleos mais urbanizados. Nesses núcleos os jovens rurais conseguiram estabelecer alguns pontos de encontro tais como as discotecas, os *pubs* e os *taca-tacas* (casas de sinuca e totó). Analisando a decoração, as músicas e outros consumos nesses ambientes, o autor percebeu a elaboração de uma bricolagem temporal, pois as imagens e os sons lá produzidos mesclavam letras, melodias e ídolos de várias épocas passadas e presentes. Essa bricolagem é que fornece o caráter identitário desse grupo, pois a criação inovadora está nessa releitura do passado. O autor usa a metáfora da pátina para evidenciar que sob uma pintura nova, há uma outra, original. (CANGAS, 2004)

Assim, Yanko utiliza também a metáfora da oxidação, entendendo somente aquilo que entra em contato se oxida. No caso da juventude rural chilena, foram os processos de rurbanização o elemento oxidante, entretanto ainda permanece o substrato ferroso original da identidade campesina-indígena desses jovens. Nesse sentido não se pode separar o “ferro” da “ferrugem” se se quiser compreender os processos identitários juvenis na contemporaneidade.

²⁴ No artigo “Óxido de lugar: ruralidades, juventudes e identidades” Cangas apresenta os elementos centrais de sua tese de doutorado.

3.3 – A visibilidade juvenil na ótica estatal: as Políticas Públicas de Juventude

3.3.1 – Por uma Política Nacional de Juventude

Nas últimas décadas do século XX a juventude começou a se tornar mais visível para os Estados e Organismos Internacionais, sendo considerada em agendas governamentais de diversos países. Em um primeiro momento, essa motivação vinha de uma percepção dos jovens enquanto problema, e por isso, as ações voltadas para esse segmento tinham como objetivo impedir a delinquência, a transgressão e a rebeldia.

Entre os diversos organismos internacionais que alavancaram as discussões sobre juventude e fizeram pressão para que os países criassem um conjunto de políticas e programas específicos para esse segmento destaca-se a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 1985 ela instituiu o Ano Internacional da Juventude, com a temática “Participação, Desenvolvimento e Paz”. Esse ano é considerado como o marco inicial dos discursos e ações organismos internacionais sobre juventude. Na resolução da Assembleia Geral da ONU, realizada em novembro desse ano, já havia a recomendação de que os países, órgãos da ONU e ONG`s se esforçassem em aplicar as diretrizes para a concretização de novas medidas e adotassem outras alternativas no âmbito da juventude.

Após dez anos da instituição do Ano Internacional da Juventude, a ONU apresentou aos países membros uma estratégia para o enfrentamento dos problemas e desafios denominada “Plano Mundial de Ação para a Juventude”²⁵. No documento, a ONU recomendava que os governos formassem e adotassem uma “política nacional integrada para os jovens” baseada nos dados sobre a população juvenil de cada país, contendo objetivos concretos e prazos definidos. As áreas sugeridas para a atuação eram as seguintes: educação, emprego, fome e pobreza, saúde, meio ambiente, uso indevido de drogas, delinquência juvenil, atividades recreativas, gênero, plena e efetiva participação dos jovens na vida da sociedade e na adoção de decisões. O plano incentivou outras ações como a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens e o primeiro Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas. O primeiro evento deu origem à Declaração de Lisboa, através da qual os países se

²⁵ Resolução N. 51/81 de 13 de março de 1995. Disponível em www.un.org/youth

comprometiam a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais a fim de contribuir para elaboração, execução e avaliação de políticas de juventude. Já o segundo, permitiu a elaboração do Plano de Ação de Braga²⁶, onde há o reconhecimento, fruto da mobilização e articulação de diversos movimentos juvenis, de que a juventude é uma força positiva com grande potencial para contribuir para o desenvolvimento e o progresso social, além de promover os direitos humanos (ONU, 1998).

Em 2005 a ONU publicou o “Informe sobre Juventude Mundial 2005”.²⁷ O documento mostra que nas áreas escolhidas em 1995 no Plano Mundial de Ação para a Juventude havia algumas conquistas. Contudo, diante de um mundo em constante mudança, também novos desafios foram detectados:

No obstante, se debería reconocer que ha habido muchos cambios económicos y sociales en el mundo desde 1995. De este modo, han surgido al menos cinco motivos adicionales de preocupación para la juventud: la globalización; el aumento del uso de las tecnologías de la información y las comunicaciones, que han tenido unas repercusiones desproporcionadas en la vida de los jóvenes; la propagación del virus de la inmunodeficiencia humana y del síndrome de la inmunodeficiencia adquirida (AIDS/SIDA); el aumento de la participación de jóvenes en los conflictos armados, como víctimas y perpetradores; y la creciente importancia de las relaciones intergeneracionales en una sociedad mundial en proceso de envejecimiento. (ONU, 2005:05)

Neste período no Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, tais documentos e motivações internacionais não tiveram influência alguma. Podemos dizer que o Brasil iniciou as discussões sobre políticas públicas para a juventude com atraso. Só será percebido algo real, expressão de verdadeiro compromisso com a juventude, a partir dos primeiros anos do século XXI. Isso não significa que até então não houvesse iniciativas governamentais voltadas para a juventude. Contudo, tais iniciativas eram

²⁶ Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/269/99/PDF/N9826999.pdf?OpenElement> Acesso em 15/06/2010.

²⁷ Disponível em:

<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/635/86/PDF/N0463586.pdf?OpenElement> ou <http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05book.pdf> Acesso em 15/06/2010.

formuladas a partir da associação entre juventude, violência, comportamento de risco e transgressão.

Entretanto, no contexto dessas iniciativas, surgiam também diversos grupos e movimentos nos mais variados campos da vida juvenil que começaram a pressionar o governo e a lutar para que a concepção da juventude, apenas vista como “problema”, pudesse ser modificada. Além disso, traziam diversas demandas provenientes da própria vida e do desafio de ser jovem naquele momento. Tais demandas tinham como base a compreensão da juventude como sujeito de direitos, verdadeiros cidadãos legitimamente reconhecidos no espaço público (ABRAMO, 2005).²⁸

Assim, em 2004 iniciou-se no Brasil uma discussão envolvendo governo, pesquisadores, movimentos juvenis, ONGs para tratar da criação de uma Política Nacional de Juventude.

O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco social apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais. (Sposito, apud SILVA & ANDRADE, 2009: 49)

Os debates foram produtivos e motivaram várias iniciativas, como a realização de uma Conferência Nacional de Juventude organizada pela Comissão Especial de Juventude da Câmara dos Deputados; criação de um grupo interministerial ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República que realizou um diagnóstico sobre a realidade juvenil no Brasil e sobre os programas e ações do governo federal destinados ao atendimento da população jovem²⁹; realização do Projeto Juventude, do Instituto Cidadania que, entre várias atividades realizou a pesquisa Perfil da Juventude

²⁸ Um exemplo disso é a Pastoral da Juventude (PJ), organização juvenil ligada à Igreja Católica. Durante os anos de 1995 a 2000 as suas ações, principalmente o Dia Nacional da Juventude, foram pautadas pela temática “Políticas Públicas para a Juventude”. Através de livretos a PJ permitiu que milhares de jovens no Brasil pudessem discutir esta temática.

²⁹ O grupo interministerial era formado por representantes de 19 ministérios, incluindo representantes das secretarias especiais e também do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Foram identificadas 135 ações federais, vinculadas a 45 programas e implementadas por 18 ministérios ou secretarias de Estado. Deste total, 19 eram específicas para jovens entre 15 e 24 anos. As outras 112 ações não eram exclusivas para este público. (SILVA & ANDRADE, 2009)

Brasileira; encaminhamento do projeto de Lei propondo a criação do Estatuto de Juventude e do Plano Nacional de Juventude.

Assim, no ano de 2005, o governo federal criou, tendo em vista a implantação da Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude cujo objetivo era formular, supervisionar, coordenar, integrar e articular as políticas públicas para a juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para a juventude; desempenhar as atividades da secretaria executiva do Conselho Nacional de Juventude. Este conselho também foi criado na mesma ocasião para formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, além de fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil (GUIA, 2005)

3.3.2 – Programas de juventude

Este tópico tem como objetivo mapear os diversos programas do governo federal direcionados à juventude. Para isso, utilizaremos os dados fornecidos no artigo “A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades” de autoria de Enid Rocha Andrade da Silva e Carla Coelho de Andrade. Este artigo faz parte da obra “Juventude e Políticas Sociais no Brasil” uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, de 2009, que visa discutir e avaliar as diversas políticas sociais em curso, sobretudo as que estão ligadas à juventude. Como se trata de uma publicação recente, acreditamos que os dados oferecidos são os mais atuais.

Nesses quase cinco anos de existência da Política Nacional de Juventude é possível perceber algumas mudanças em relação ao seu formato original. Uma delas, a mais significativa, aconteceu no programa Pró-jovem, que pode ser considerado o “carro-chefe” dos programas governamentais para a juventude. Em 2007, em uma primeira avaliação da Política Nacional de Juventude, percebeu-se que o governo federal, por meio de cinco ministérios diferentes, ainda executava seis programas³⁰

³⁰ Os programas eram os seguintes: **Projovem** – Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; **Consórcio Social da Juventude** e **Juventude Cidadã** – Ministério do Trabalho e Emprego; **Agente Jovem** – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; **Escola de Fábrica** – Ministério da Educação; **Saberes da Terra** – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho e com poucos anos de estudos e reduzida capacidade profissional. O problema era que não havia uma coordenação integrada. “Caracterizavam-se, de forma geral, por ações pontuais, fragmentadas e paralelas” (ANDRADE & SILVA, 2009:52).

Desse modo, em setembro de 2007, foi lançado o “Projovem Integrado”, resultado da integração de seis programas já existentes, que foram divididos em quatro modalidades: Projovem Urbano, Projovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e Projovem Campo – Saberes da Terra.

A seguir, apresentaremos os programas de juventude do governo federal existentes em maio de 2009. Para uma melhor visualização, as autoras que nos servem como referência dividiram os programas em sete eixos temáticos, tendo em vista as principais atividades e benefícios ofertados.

Eixo 1: Elevação da escolaridade, qualificação profissional e cidadania

- 1- Projovem (considerando as quatro modalidades)
- 2 – Soldado Cidadão
- 3 – Jovem Aprendiz
- 4 – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a educação básica na modalidade de Proeja

Eixo 2: Educação: ensino médio e superior

- 5 – Programa Universidade para Todos
- 6 – Projeto Rondon

Eixo 3: Financiamento e crédito rural

- 7 – Programa Nossa Primeira Terra
- 8 – Programa PRONAF Jovem

Eixo 4: Cultura, esporte e lazer

- 9 – Programa Segundo Tempo
- 10 – Programa Bolsa Atleta
- 11 – Programa Escola Aberta
- 12 – Pontos de Cultura

Eixo 5: Meio ambiente

13 – Programa Juventude e Meio Ambiente

Eixo 6: Saúde

14 – Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas

15 – Programa Saúde na Escola

Eixo 7: Segurança Pública

16 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

17 – Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens

A avaliação que pode ser feita de tais programas é que a Política Nacional de Juventude, pelo menos na elaboração teórica de seus programas, procura contemplar as diversas áreas sociais como educação, emprego, cultura, esporte, segurança e meio ambiente. Há também, de acordo com Andrade & Silva, uma preocupação maior com a população jovem excluída, ou seja, de baixa renda, com pouca escolaridade ou com dificuldade de realizar um curso superior, bem como desempregados ou com inserção precária no mercado de trabalho.

Assim, observa-se que, por hora, a Política Nacional de Juventude tem a orientação clara de dialogar com a dívida social do país. Uma avaliação preliminar dos objetivos e públicos-alvo desses programas aponta que a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda do país, que não tiveram acesso à educação básica de qualidade. (ANDRADE & SILVA, 2009: 67)

3.3.3 – Jovens Rurais e políticas culturais

De modo geral, as políticas públicas voltadas para a juventude rural demonstram preocupação em contornar ou formular medidas paliativas para dois problemas: a tendência migratória dos jovens e os conflitos existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Na tentativa de responder a estes desafios, as políticas públicas formuladas se concentram na via tradicional de propor soluções através das atividades econômicas

para os jovens. O grande problema, entretanto, é que as políticas públicas formuladas para o jovem rural priorizam atividades agrícolas como sendo as únicas possíveis, considerado-as como formadoras de uma identidade rural à qual o jovem ainda teria que se formatar. Nesse sentido é interessante observar que, em se tratando do governo federal, as políticas públicas para os jovens rurais estão concentradas, sobretudo, no Ministério do Desenvolvimento Agrário.³¹

Diversos estudos realizados mostram que o rural não pode ser compreendido apenas através da perspectiva agrícola. É preciso pensar em atividades econômicas não agrícolas, capazes de oferecer aos jovens que desejam permanecer no meio rural outras possibilidades de sustentação econômica.

Nesse contexto, permanecer no campo exige-se pensar alternativas não agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. Observa-se aí, uma mudança do valor atribuído à agricultura, compartilhado em muitos casos, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos que passaram. (CARNEIRO, 2007:61)

Outros autores (DOULA ET AL, 2009) enfatizam que para melhor situar os desafios das políticas públicas focalizadas na juventude há a necessidade de se compreender com mais profundidade as novas configurações socioespaciais e simbólicas do rural contemporâneo. A ampliação da malha rodoviária e das tecnologias comunicacionais, bem como o seu acesso, vem aumentando a integração cultural entre o meio rural e o urbano, acompanhando e reforçando as mudanças em nível econômico, as quais se manifestam em torno da aproximação do mercado de trabalho e de serviços entre campo e cidade. A característica básica utilizada para distinguir rural e urbano, segundo Kageyama (2008) foi o critério ocupacional: o mundo rural foi, tradicionalmente, considerado o mundo das atividades e ocupações agrícolas, realizadas em um ambiente predominantemente natural, com comunidades e densidade populacional menor, bem como menor divisão do trabalho, menor número de contatos e menor possibilidade de mobilidade social.

³¹ Tendo em vista a relação de programas voltados para a juventude apresentada no tópico anterior, percebe-se que há três programas voltados para a juventude rural: Projovem do Campo (saberes da terra), Minha Primeira Terra e PRONAF Jovem. Dos três, o primeiro está ligado ao Ministério da Educação e os outros dois ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

No entanto, esta visão de rural está ultrapassada face à comunicabilidade e interação hoje existente entre o rural e o urbano. Assim, pensar o rural do ponto de vista de um local com cultura e modo de vida peculiar e diferenciado é cada vez menos usual e eficaz. Até mesmo os agricultores familiares que carregam a herança do modo de vida camponês há séculos têm flexibilizado o seu modo de vida diante das influências advindas das tecnologias da comunicação e informação como, também, da diversificação da economia no meio rural, manifestada através do crescimento das *ocupações rurais não agrícolas* (ORNAs), da pluriatividade e do surgimento de novos atores sociais no meio rural: neorurais que vão viver ou explorar atividades turísticas e de prestação de serviço na área de alimentação, lazer e cultura, jovens que desenvolvem atividades não agrícolas no meio rural, etc (DOULA ET AL, 2009).

Do ponto de vista dessa dissertação defende-se que a cultura é um campo ainda inexplorado por parte das políticas públicas direcionadas à juventude rural embora essa demanda tenha sido explicitada pelos jovens entrevistados em nossa pesquisa de campo, como veremos no próximo capítulo. Algumas poucas pesquisas nos dão a dimensão exata dessa defasagem.

Assim, por exemplo, a pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*³² indagou sobre o acesso dos jovens aos projetos e atividades culturais oferecidos pelo poder público ou por ONGs. Em relação aos jovens rurais, 94% afirmaram que nunca participaram de projeto algum nesta área. Tal dado ilustra bem o que se está dizendo no sentido de que esses jovens ainda se encontram desprovidos de políticas públicas alternativas como, por exemplo, as que focalizem a dimensão da cultura. Neste sentido, Rodrigues afirma que:

A cultura tem que estar em uma perspectiva de emancipação da juventude, que deve se sentir parte do mundo e capaz de produzir novas perspectivas. Esse é um assunto que nos interessa no campo e na cidade, mas principalmente no campo, onde quase não há ações culturais, onde o Estado está ausente, não incentiva e tem enorme dificuldade de chegar a algumas regiões do país. (RODRIGUES, 2007:89)

³² A pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira* foi uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto de Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo.

Entretanto, embora se defenda que a juventude rural também deva ser contemplada com as políticas culturais, é necessário destacar os desafios que elas comportam. Alguns autores alertam que a política cultural não deve ser sinônimo de espetacularização da cultura. Neste caso, as políticas culturais serviriam para criar mais obstáculos e impedir a população de usufruir de bens culturais. Pelo viés da espetacularização da cultura, tais políticas teriam como foco o financiamento de espetáculos, disseminando o gosto das classes urbanas, priorizando os espaços culturais somente disponíveis nos grandes centros e fazendo da cultura um veículo de marketing para os financiadores.

A questão do acesso e fruição dos bens culturais também não se resolve pelas políticas de popularização da cultura, o que nos leva ao debate sobre a democracia cultural. Botelho (2008), por exemplo, ao analisar esse conceito afirma que mais do que a democratização cultural expressa no acesso a determinados bens culturais, as políticas culturais devem fomentar a democracia cultural.

Hoje, parece claro que a democratização cultural não é induzir os 100% da população a fazerem determinadas coisas, mas sim oferecer a todos – colocando os meios à disposição – a possibilidade de escolher entre gostar ou não de algumas delas, o que é chamado de democracia cultural. Como já mencionado, isso exige uma mudança de foco fundamental, ou seja, não se trata de colocar a cultura (que cultura?) ao alcance de todos, mas de fazer com que todos os grupos possam viver sua cultura. A tomada de consciência desta realidade deve ser uma das bases da elaboração de políticas culturais, pois o público é o conjunto de públicos diferentes: o da cidade é diferente do rural, os jovens são diferentes dos adultos, assim por diante, e esta diversidade de públicos exige uma pluralidade cultural que ofereça aos indivíduos possibilidades de escolha. (BOTELHO, 2001:27)

Interessante observar também que investir na espetacularização cultural é investir apenas em uma das etapas do processo cultural e não no processo como um todo. Se o objetivo das políticas culturais é o desenvolvimento cultural, não basta simplesmente que elas difundam um tipo de cultura predominante em determinados contextos ou promovam o encontro entre a obra e o público ou simplesmente invistam nos profissionais ligados à área cultural. Para que haja desenvolvimento cultural é preciso que as políticas culturais tenham como princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura dominante os meios de

desenvolvimento para eles mesmos cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências (BOTELHO, 2001).

Esta situação se agrava quando o foco é o meio rural. Aqui não se dá apenas a espetacularização da cultura, mas a espetacularização do urbano sobre o rural. As próprias pesquisas, quando interrogam os jovens a respeito de atividades culturais tomam como referência elementos que consideram próprios do meio urbano, seja atividades como ir a grande shows ou visitar exposições, seja também os espaços de cultura como cinema, teatro, museus, shoppings. O desafio, pois, está em formular políticas públicas culturais para os jovens do meio rural que considerem o espaço rural como um espaço cultural diferenciado, produtor e consumidor de um repertório cultural próprio e diverso.

A atenção que se deve ter ao formular políticas culturais para o meio rural é a de não imaginar o meio rural como um lugar sem cultura, entendendo as políticas culturais como um canal de acesso para o meio rural das ofertas culturais da cidade:

Reconhecer que existem sujeitos culturais completos residentes no campo, portadores de múltiplas formas, conteúdos de saberes culturais organizados historicamente na relação de homens e mulheres na mediação do trabalho, das festas e dos rituais com a natureza, é condição para entendê-los não apenas como sujeitos de falta. A cultura urbana, nesse sentido, não deve se apresentar como superioridade artística diante do que muitas vezes é considerado “folclore” e artesanato rural, mas como registro outro que se coloca em relação de diálogo e complementaridade com o fazer cultural dos sujeitos do campo. (BRENNER, 2005:213)

Um processo contrário ao da espetacularização consiste na “folclorização” das manifestações culturais rurais, ligando-as simbolicamente a um passado em vias de extinção, ao atraso tecnológico, a uma mentalidade atrasada e reacionária frente ao passar do tempo e ao desenvolvimento. Esse processo é responsável, em grande parte, pelo afastamento da população rural de suas tradições, notadamente os jovens, que acabam incorporando, por um viés urbano, a auto atribuição de superação e apagamento deste legado.

Assim, além da dimensão espacial e das próprias atividades urbanas que se sobrepõem ao mundo da juventude rural há ainda a dimensão temporal, que insere esse

jovem em uma temporalidade imediata, principalmente pelo fascínio que as novas tecnologias da informação instantânea exercem sobre a juventude de um modo geral.

O fortalecimento da imagem do jovem como um ser social movido unidirecionalmente para o futuro implica em sua desvinculação com a linha do tempo e na destituição de seu papel de agente consciente e presente no processo histórico. As políticas culturais não podem ser formuladas na forma de um pacote cultural que não leve em consideração a situação de transitoriedade do jovem rural, entendida aqui não só pela posição “entre tempos” da fase infantil para a idade adulta, mas principalmente pelo trânsito cada vez mais cotidiano entre o contexto rural e o urbano. A esse respeito, Brenner (2005) sustenta que as políticas culturais para a juventude rural não devem apenas oferecer alternativas socioeconômicas mais amplas e nem somente contribuir para a contenção da migração dos jovens para a cidade; o mais importante seria oferecer condições para uma vivência contemporânea rural do tempo da juventude em termos de uma cidadania plena.

Para que isso aconteça é necessário também que as políticas públicas na área de cultura, notadamente aquelas voltadas para a preservação patrimonial desfaçam a carga negativa dos conteúdos simbólicos do termo patrimônio.

3.3.4 – Políticas de preservação patrimonial no Brasil: uma política só de adultos?

O conceito de patrimônio é comumente associado a um conjunto de construções antigas datadas de séculos passados tais como casarões, palácios, igrejas e que influencia pouco ou quase nada a vida da maioria da população. Isso indica uma limitação conceitual, uma vez que o que o conceito de patrimônio é bem mais amplo e não pode ser tomado de maneira independente da vida da população. É bem verdade que o conceito de patrimônio, inicialmente, surgiu a partir de um contexto aristocrático, e estava intimamente ligado ao indivíduo. Para os antigos romanos, *patrimonium* se referia a tudo aquilo que pertencia ao pai de família. De acordo com Funari,

Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia. (FUNARI, 2006:11)

Essa compreensão dada pela sociedade romana ao termo patrimônio ainda encontra espaço na contemporaneidade. Neste caso, patrimônio seria algo próprio de uma classe intelectualmente mais elevada, economicamente mais abastada e politicamente mais organizada. “Podemos observar a tendência ainda hoje no contexto brasileiro, dessa representação, onde as obras produzidas por classes consideradas populares, para o conceito, não estavam aptas para serem consideradas como Patrimônio”. (MARTINS, 2003).

Contudo, muitas são as reflexões feitas na tentativa de ampliar e aprofundar o conceito. Para Aguirre (1997), a definição sobre um conceito de patrimônio não é tão fácil, pois o termo envolve amplos e diferentes campos como o jurídico, sociológico, histórico e antropológico. Entretanto, afirma que nas diversas possibilidades conceituais há um ponto comum: “o Patrimônio é algo de valor, que se transmite e do qual todos nós utilizamos individualmente ou coletivamente” (AGUIRRE, 1997:204). Ao se referir à perspectiva antropológica, o autor afirma que patrimônio equivale à cultura. Neste caso, o patrimônio assume uma função globalizante, assinalando tratar do principal testemunho da contribuição histórica para as civilizações universais, da capacidade criativa contemporânea, não podendo ser resumido apenas a um conjunto de bens dignos de conservação por uma nação por razões de arte e cultura. Também Martins, ao evidenciar a dinamicidade do conceito, faz referência à antropologia e ao antropólogo.

O Patrimônio, assim, não é algo sem importância, fruto de convenções sociais. É dinâmico, serve para proporcionar um aprofundamento nos contextos sociais, históricos, econômicos, etc. O antropólogo partindo destas produções toma contato com as necessidades da sociedade que o produz e que o vive, tendo a possibilidade de entender seus problemas, o que os gera e colaborar na busca de soluções (MARTINS, 2003).

Ainda segundo Martins (2003), o patrimônio pode ser considerado como uma das portas através das quais se entra em contato com um determinado grupo. Por meio do patrimônio de um grupo se tem acesso ao próprio grupo, bem como aos seus problemas e desafios. Ele se torna uma categoria de análise interessante para caracterizar uma determinada situação.

É importante também considerar que o que faz com que as coisas passem a ser consideradas como patrimônio é a relação que as pessoas empreendem com as mesmas. Nominar algo como patrimônio depende muito do modo que se vê determinado bem.

Este não tem a capacidade por si mesmo de se transformar em algo especial a ser preservado. O que dá sentido a um lugar, objeto, manifestação ou construção é o conjunto de significados, os símbolos que a cultura local imprimiu neles. Tais conjuntos de valores representados pelos significados e símbolos são projetados nas coisas, imprimindo marcas e possibilitando uma identificação seja individual ou coletiva.

Por isso, a busca pela definição de quais bens são considerados patrimônio de um determinado local, deve permitir a participação da própria população. Para Martins (2003), porém, esta participação popular ainda não acontece. Por isso, é importante que ao se pensar políticas de preservação patrimonial se pense também em formas de incluir toda a população no processo de identificação e reconhecimento. Dizer que “isso nos pertence e é importante para nós, pois faz parte da nossa vida” não pode ser privilégio de alguns. Deve ser, acima de tudo, um direito garantido a todos. Além do mais, a inclusão popular nesse processo possibilita às pessoas se tornarem mais cidadãs, passando de um estado em que são consideradas meramente consumidoras para o de produtoras.

Compreender o direito à memória como dimensão da cidadania, implica reformular as relações entre nós e nossas produções enquanto povo. Cabe às instituições, desde a mais básica, à família e à escola em seus diversos níveis incorporar o valor de nossas tradições e patrimônio, possibilitando o resgatar da importância de museus, dos sítios, das festas, do artesanato, da regionalidade, para que possamos alcançar ainda que apenas agora, a dimensão da importância desse tema para nós mesmos. (MARTINS, 2003)

No Brasil podemos destacar três fases em relação às políticas de preservação patrimonial. A primeira fase, iniciada nos anos 1920 pode ser considerada como a fase de criação de órgãos governamentais de proteção ao patrimônio. De acordo com Oliveira (2008) a idéia de defender os monumentos históricos no Brasil começou a ganhar visibilidade quando foram criadas as primeiras inspetorias de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928). Em 1934 foi criado o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio: a Inspetoria dos Monumentos Nacionais. Dois anos depois, o então ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema encomendou a Mario de Andrade um anteprojeto de um “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (SPHAN). Entretanto, o projeto final ficou a cargo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que se tornou também o seu

primeiro diretor. Em 30 de novembro de 1937, no governo de Getúlio Vargas, pelo Decreto-Lei n. 25 foi criado o SPHAN.

A atuação do SPHAN se dava mediante o mecanismo do tombamento dos remanescentes da arte colonial ameaçados pela urbanização, pelo saque, pela comercialização dos antiquários e colecionadores. Esse primeiro momento da política de preservação do patrimônio brasileiro orientou-se por uma concepção de política cultural – mais tarde chamada “pedra e cal” – executada principalmente pelo estatuto do tombamento. (OLIVEIRA, 2008:120)

A segunda fase, entendida como uma fase de reestruturação dos órgãos de proteção e ampliação do conceito de patrimônio inicia-se a partir das mudanças desenvolvimentistas ocorridas nas décadas de 1950 e 1960 que propunham uma maior descentralização das políticas patrimoniais bem como o apoio e estímulo às manifestações populares e folclóricas, na tentativa de preservá-las e difundi-las. Figura fundamental nesta fase foi Aloísio Magalhães. A visão patrimonial de Magalhães considerava fundamental também o cotidiano. Para ele, no Brasil havia várias tradições, patrimônios que não se limitavam apenas aos monumentos, mas incluía também objetos, espaços, atividades. São patrimônios “imateriais ou intangíveis” que também deveriam ser registrados (OLIVEIRA, 2008). Para compreender melhor as diferenças entre a concepção de Rodrigo Andrade e Aloísio Magalhães transcrevemos o quadro feito por Oliveira:

Quadro 03: Diferenças de concepção entre Rodrigo Andrade e Aloísio Magalhães

Rodrigo Melo de Andrade	Aloísio Magalhães
Retórica da perda	Retórica da perda + risco da homogeneização
Ênfase no passado, na tradição histórica e artística	Diversos passados, ênfase no presente, ligado ao futuro, ao desenvolvimento
Bens patrimoniais	Bens culturais
Herança = monumentos ameaçados	Objetos, espaços e atividades transitórios
Monumentalidade	Cotidiano
Patrimônio, “pedra e cal”	Patrimônio imaterial: Lugares, festas, saberes
Tombamento	Registro

Quadro 03: Fonte: OLIVEIRA, 2008:131

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 216, também define o que se entende por patrimônio cultural. Evidencia-se a amplitude do conceito de patrimônio cultural, sobretudo a influência das idéias de Aloísio Magalhães. Eis o que diz o artigo:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Mais recentemente foram criados alguns mecanismos para a conservação desse patrimônio imaterial através do registro nos livros “dos saberes”, onde se registram conhecimentos, habilidades e modos de fazer; “das celebrações”, para os rituais e festas representativas para a sociedade brasileira e “das formas de expressão”, onde se assinalam as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas.³³

A partir da década de 1990, dentro de uma concepção política, social e econômica baseada no liberalismo e assumida pelo Estado brasileiro, inaugura-se uma terceira fase. Nela, a questão da preservação do patrimônio é compartilhada com as empresas e grupos privados, que passam a receber incentivos fiscais para esse fim.

Novamente a eleição do que seja patrimônio nacional se encontra nas mãos de uma elite privada, à qual cabe escolher onde e o que quer preservar, de forma a melhorar sua imagem empresarial, seu marketing e sua projeção no mercado, optando pela adoção de um bem que lhe dê visibilidade econômica e social, sem a preocupação de estar escolhendo um patrimônio que reflita uma vontade ou uma identidade coletiva. Por parte desta elite empresarial, o engajamento na política de preservação é apenas uma das atividades que podem ser desenvolvidas com vistas a responder à cobrança pela “responsabilidade social” das empresas, noção que começou a circular no Brasil nos anos 90. (SLAIBI, 2005:13)

³³ Decreto presidencial nº 3551 de 04 de agosto de 2000.

Ao se observar a trajetória brasileira referente às políticas de preservação patrimonial desde o início, por volta da década de 1930, até os dias atuais percebe-se que o desafio centra-se, sobretudo, no envolvimento efetivo da população na escolha dos bens a ser preservados e na conservação dos mesmos. Se de um lado percebe-se uma ampliação em torno do conceito e da preservação do patrimônio, ainda é limitada a participação e o envolvimento da população. Em termos de legislação há algumas indicações dessa necessária participação da população, como é o caso dos Conselhos Municipais de Patrimônio, órgão fundamental nos municípios e que deve contar entre os seus membros com representantes da sociedade civil. Entretanto, na prática cotidiana, sabe-se que essa participação é bastante limitada. Normalmente os municípios contratam empresas especializadas para realizar trabalhos na área da preservação patrimonial tendo em vista a obtenção de recursos financeiros junto aos órgãos responsáveis. Assim, aquilo que a legislação prescreve a respeito da participação e envolvimento da população local é feito de tal modo que não permite a concretização dessa participação. A discussão da lei de patrimônio, a elaboração de inventário patrimonial e a escolha de bens a serem tombados ainda são ações realizadas em gabinetes governamentais ou de empresas.

A situação se agrava quando o foco são os jovens. Com raras exceções, os jovens não são considerados sujeitos aptos a dizer o que deve ser preservado, conservado ou restaurado. Como será possível exigir dos jovens uma “consciência de preservação patrimonial” se não há caminhos pensados para fomentar seu envolvimento em etapas anteriores, como é o caso da escolha dos bens ou, no caso de bens já compreendidos como patrimônio, sua importância e valorização?

Embora uma análise mais superficial dos textos das políticas dirigidas à juventude possa denotar uma valorização e mesmo incentivo do protagonismo juvenil, e nos quais se presume que todo tipo de liberdade de escolha esteja sendo franqueado aos jovens, o que se verifica é que entre o plano da retórica e a concreta efetivação da cidadania juvenil há uma enorme defasagem. Souza (2008) tece uma crítica contundente ao discurso do protagonismo, enfatizando que a participação juvenil nas políticas públicas se dá apenas na etapa da realização de tarefas, impedindo a manifestação de seus interesses na etapa de concepção de projetos, de escolhas metodologias e da gestão dos mesmos.

Para a autora o discurso do protagonismo tornou-se onipresente nas políticas governamentais, das ONGs e também das empresas, dando a impressão de um consenso, o que, acabou se constituindo em uma ideologia, interiorizada pelos próprios jovens, dificultando a emergência de uma crítica. O foco central dessa ideologia é criar uma encenação que coloca o jovem no papel de um ator social e de cidadão.

CAPÍTULO 4 – JOVENS VISÕES DO PASSADO

No capítulo 1 descrevemos as formas de participação dos jovens no processo de restauração da igreja matriz de Pedra do Anta desencadeado entre 2005 e 2006. Com o objetivo de acompanhar os resultados dessa participação juvenil no processo foi realizada uma oficina de fotografia no ano de 2008 para verificar as representações dos jovens de Pedra do Anta sobre patrimônio e memória. Já para a coleta de dados para a dissertação realizamos a pesquisa de campo em 2009. Realizamos entrevistas com os jovens participantes das etapas anteriores. Passaremos então a descrever os resultados obtidos nessas duas últimas etapas.

4.1 – Click Jovem

O convite para participar da oficina foi feito a seis jovens envolvidos com o processo de restauração com idade entre 16 e 24 anos, sendo que três deles residem na sede do município e os outros três em comunidades rurais. A partir da aceitação do convite realizou-se um encontro para apresentar a proposta do trabalho, quando os jovens foram informados dos objetivos e das atividades que iriam ser realizadas. A orientação dada foi a de que cada jovem produzisse três fotografias que representassem para eles o município de Pedra do Anta, levando em consideração o que eles destacavam como significativo para ser preservado. Também foi informado que após a produção das fotografias, haveria outro encontro para que eles pudessem explicar as imagens registradas e seus significados. Foram utilizadas câmeras digitais.

No momento das entrevistas, utilizamos um computador e um *data show* para exibição das imagens. Num primeiro momento, de maneira individual, cada jovem se expressou a respeito de suas próprias fotografias. Suas falas foram gravadas e posteriormente transcritas. Num segundo momento os jovens foram reunidos para analisarem o conjunto das fotos. O conjunto das imagens fotográficas permitiu um agrupamento em três grandes categorias: a dos bens materiais móveis e imóveis, as festas e a natureza.

4.1.1 – Bens materiais móveis e imóveis

Com relação aos bens materiais móveis e imóveis, os jovens mostraram a percepção de que eles são importantes e retratam bem o que é Pedra do Anta por vários motivos. Um dos elementos é a característica de serem “antigos”. A antiguidade foi um elemento a ser considerado na preservação, pois os jovens afirmaram que são esses bens que contam a história do município e se tornam uma via de acesso para o passado.

Entretanto, a noção de preservação não se limita aos bens caracterizados pela antiguidade. Foi o caso da escola (Figura 16) de construção mais recente, que teve sua



Figura 16: Escola Estadual Professor Albino Leal. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Juliana Medina.

preservação justificada pelo fato de ser um dos cenários da própria história vivida dos jovens. A escola se constitui, assim, como um “lugar da memória” na medida em que nela se desenvolveram as trajetórias pessoais e coletivas desses jovens.

Outro ponto que também chamou a atenção é que não houve na fala dos jovens uma distinção em termos de propriedade pública ou privada. Para os jovens, a propriedade dos bens não interferiu na necessidade de preservação e bens particulares também foram reconhecidos como elementos da história coletiva. Assim, fazendas e casarões também foram registrados como passíveis de preservação patrimonial.

Nas entrevistas percebeu-se a reiterada importância dada à antiguidade dos bens fotografados, a menção a datas e idades dos bens, inclusive dos documentos. A beleza, a utilidade e o registro de atividades também contaram para justificar os bens patrimoniais selecionados.

A seguir, transcrevemos algumas falas a respeito das fotos:



Figura 17: Fachada principal e altar mor da igreja matriz. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Samuel Barbosa.

A igreja retrata a história de Pedra do Anta. Bem antiga, nela temos pinturas antigas. Deve ser uma das construções mais antigas de Pedra do Anta. É um lugar muito bonito que a gente gosta de ir. Representa pra gente um lugar muito especial mesmo. (Samuel)

Isso aí é uma cama. Essa cama eu achei muito interessante quando estava observando porque ela é bem antiga. Ela tem cem anos. Ela tá sendo preservada até hoje. Encostando nela ela tá firme mesmo. Eu achei ela importante porque ela tá sendo útil para a família. Coisa do tempo dos escravos. Ela está numa casa, numa residência do Paraíso também. Só que é de dono, de proprietário, que é a pessoa que mora. (Rita)



Figura 18: Cama antiga. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Rita Bertolino.



Figura 19: Livro de Ata da Sociedade São Vicente de Paulo. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Cintia Alexandre.

Aí esse livro é uma ata. Aí essa ata tem sessenta anos. Fez sessenta anos dia vinte e quatro de outubro. É uma ata de conferência né, de São Vicente de Paulo. A conferência de São Vicente de Paulo foi fundada em mil novecentos e quarenta e nove. Eu achei a ata muito importante que ela já é antiga e mostrou para a comunidade e pros vicentinos que são jovens a importância de uma ata, de escrever nela, de contar uma história que fez na reunião o que eles falam lá. (Cintia)

4.1.2 – As festas

As festas foram o segundo patrimônio cultural escolhido pelos jovens para simbolizar Pedra do Anta. Elas representam a ocasião de intercâmbio social, principalmente porque são atrativas para pessoas de outras cidades e porque permitem que o município se torne divulgado.

Foram citadas três festas. A festa de São Sebastião, que acontece no mês de janeiro, promovida pela paróquia de São Sebastião, que é o padroeiro da cidade. Também foi destacado o rodeio, realizado normalmente no mês de setembro. Finalmente foi selecionada a festa de Corpus Christi, com especial ênfase dada aos preparativos, sobretudo à confecção dos tapetes. Essa festa, em particular, é representada como um elemento identitário do município e, embora seja realizada no mundo inteiro, na visão dos jovens, a festa local possui “algo” diferente, identificado com a possibilidade lúdica dos preparativos e da “invenção da tradição” artística dos tapetes que cobrem as ruas durante a procissão.

A escolha dessas festas indicou que no imaginário juvenil do município os aspectos lúdicos, festivos e de socialização prevaleceram sobre a distinção entre o caráter religioso ou profano dessas manifestações culturais. Interessou também a esses jovens ressaltar a possibilidade que as festas propiciam para a quebra de seu isolamento social. Destaca-se, finalmente, que os entrevistados entenderam os momentos festivos como possibilidades de expressar sua identidade coletiva pelo patrimônio cultural da cidade.



Figura 20: Festa de São Sebastião. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Thamiris Barbosa

Festa de São Sebastião. Marca muito Pedra do Anta. Geralmente todo mundo conhece, não por ser de igreja, mas por ser da cidade. É um padroeiro. Já vem ficando cada vez melhor. (Thamiris)

É o famoso rodeio. Todo mundo gosta. Aqui é conhecido como um lugar que não tem nada. O pessoal fala que a única festa boa que tem é o rodeio, mas não é, porque já falei da festa de São Sebastião. (Thamiris)



Figura 21: Festa do Rodeio em Pedra do Anta. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Thamiris Barbosa.



Figura 22: Tapetes confeccionados para a festa de Corpus Christi. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Samuel Barbosa.

É a festa de Corpus Christi. A gente tá criando a tradição de enfeitar a rua com serragem. A gente tem o trabalho. Começa quase um mês antes. Eu mesmo tomei a iniciativa. A gente pinta a serragem, tem todo o trabalho. No dia a gente acorda de madrugada, cerca de duas, três horas da manhã e fica até as dez, enfeitando a rua. É legal porque junta todo mundo. Tá tornando tradição na cidade, a cada ano tá melhorando, a gente até tá fazendo uns desenhos legal. (Samuel)

4.1.3 – Natureza

Finalmente, a natureza também foi uma categoria de patrimônio bastante citada. Para os jovens, Pedra do Anta pode ser reconhecida pela natureza que possui. A natureza foi entendida então como riqueza e essa representação permitiu uma comparação com outras cidades, que foram identificadas por sua carência de patrimônios naturais. Assim ao valorizarem positivamente os aspectos da paisagem natural como componente de identidade local e perceberem o contraste com o mundo exterior, os jovens apontaram também a necessidade de preservação de um patrimônio natural.

Vale ainda destacar que nas entrevistas foi verbalizada uma expressão afetiva, evidenciando que no imaginário dos jovens a riqueza não é apenas uma questão material do que se tem, mas também a sua significação. As fotos abaixo também representam “lugares da memória”, pois estão ligados a cenários familiares, que fazem parte da história de vida dos jovens. Mais uma vez é possível perceber a relação entre preservação e história. Preservar a natureza, neste caso, significa manter viva a própria trajetória biográfica dos entrevistados.



Figura 23: Rio Casca. Oficina fotográfica, novembro de 2008. Fonte: Thamiris Barbosa

Uma riqueza muito grande que a gente tem aqui é o rio. Tem também a parte da natureza. É uma coisa muito importante para minha cidade. Ele fica no sítio do meu pai. Perto da Cachoeira da Providência. Representa a riqueza natural da cidade. (Thamiris)

É a paisagem. Por exemplo, em Pedra do Anta tem bastante árvore. E como nas outras cidades falta árvore, né? Que tem muito prédio, poluição. Não, em Pedra do Anta tem natureza, paisagem pra mostrar pras pessoas que vão nascer que tem preservar, tá ali cuidando das árvores. (Cintia)



Figura 24: Jardim da praça José de Paiva Ferreira. Oficina de campo, novembro de 2008. Fonte: Cíntia Alexandre



Figura 25: Jaqueira. Oficina fotográfica, novembro de 2008.
Fonte: Rita Bertolino.

(...) quando eu tava procurando eu tava cansada, cheguei na casa da amiga e sentei. Ela fez um copo de suco e trouxe. Agora eu guento procurar mais alguma coisa. Aí eu olho assim eu caminhando tava procurando na minha frente encontrei esse pé de jaca o qual eu trouxe ele aí. Achei importante, né, porque quando cheguei nele eu pude descansar mais, eu tinha andado mais um pouquinho. Ele simboliza alguma coisa da nossa comunidade. Igual assim, a vida das pessoas da roça é muito difícil. Principalmente dos agricultores. O cansaço do sol. Tem dia que não tá agüentando. Essa árvore vai representar alguma coisa prá mim. (Rita)

Os resultados da oficina fotográfica apontaram a elaboração de um texto geracional no qual algumas colagens temporais se aliam na representação juvenil sobre o patrimônio. Assim, paisagens naturais, de tempo biológico de longa duração, patrimônios arquitetônicos e documentos históricos, bem como as festas, desde as mais tradicionais até as contemporâneas, formaram o mosaico de temporalidades e espacialidades diversas para compor não só os “lugares da memória” dos jovens, remetendo-os ao passado, mas também para expressar os cenários nos quais suas biografias são escritas no presente.

A tradição expressa na paisagem natural ou na festa de Corpus Christi, a modernidade na opção da instituição escolar e a pós-modernidade simbolizada no rodeio indicaram que os jovens atribuem um significado semelhante a essas diferentes temporalidades, na medida em que elas permitem a participação do grupo e a sociabilidade geracional, mas também o reconhecimento de uma identidade que contrasta com aquilo que os outros não tem.

As colagens temporais foram evidenciadas também nos suportes de transmissão da tradição e de conformação das memórias, destacando-se o fato de os jovens elegerem como patrimônio a ser preservado as manifestações festivas tradicionais, onde predominam a oralidade e o contato face a face, a escola e a ata, reinos da escrita e, finalmente o rodeio, no qual predomina o cenário *high tech*. A síntese entre passado e presente ficou mais evidente na composição das imagens trabalhadas no computador pelos próprios jovens, nas quais se procurou representar as paisagens locais como cartão postal (conferir as figuras 17 e 22).

Outra constatação importante diz respeito aos bens culturais considerados e ressaltados como antigos, tais com a cama do “tempo dos escravos”, a igreja com suas “pinturas antigas” e a ata escrita que “tem sessenta anos”. Nota-se nessas escolhas que a antiguidade dos bens foi reforçada não somente por sua importância como vestígios do passado, mas por sua eficácia simbólica ainda no presente. Assim, a igreja de São Sebastião é importante porque nela a comunidade estabelece laços de continuidade religiosa, de valorização artística e de sociabilização intergeracional; a cama foi valorizada por sua durabilidade e porque continua sendo utilizada por uma família; a ata, finalmente, transmite para as novas gerações a importância do registro escrito dos acontecimentos históricos. Dessa forma, podemos perceber que os bens patrimoniais elencados pelos jovens foram aqueles que lhes permitiram estabelecer uma relação de *continuum* entre o passado e o presente.

Para finalizar destacamos que o acervo cultural que liga os jovens ao grupo social, representado pela escolha das festas, da igreja e da escola; ao lugar, sintetizado pelas paisagens naturais e pelo patrimônio arquitetônico, ou ao acontecimento, como frisado na opção pela ata da reunião dos vicentinos, constituem ancoragens igualmente valorizadas na ligação desses jovens com o patrimônio coletivo. Entretanto, como já ressaltado no item 2.3, grupo social, lugar e



Figura 26: Atividades da oficina fotográfica, novembro de 2008.
Fonte: Katia Rosado.

evento somente contribuem para situar o indivíduo em um ponto de pertencimento na linha do tempo e do espaço se, no presente dessa geração, forem construídos significados simbólicos que justifiquem a permanência e a preservação dos bens culturais no tempo.

Nesse sentido, a oficina fotográfica mostrou que os jovens, embora vistos como apáticos em relação ao legado histórico, se interessaram pela preservação do patrimônio material e imaterial que permeia sua vida cotidiana na contemporaneidade.

4.2 – Juventude, memória e patrimônio em Pedra do Anta

Durante a pesquisa de campo realizada em 2009 foram realizadas entrevistas com os jovens que participaram do processo de restauração da igreja matriz e da oficina fotográfica. Atualmente esses jovens se encontram na faixa de 19 a 27 anos. Como foi informado na introdução, dos doze jovens que participaram do processo de restauração entrevistamos onze. O fato de entrevistar apenas esses jovens está relacionado com o objetivo central deste trabalho que é o de analisar a participação dos jovens no processo de restauração da igreja matriz. Para a entrevista utilizamos um questionário (anexo) contendo um total de 44 questões. Ele foi dividido em 04 grandes blocos temáticos: Processo de restauração, Patrimônio, Família e Tempo/Memória.

No primeiro bloco as questões se referiam à participação do jovem entrevistado no processo de restauração da igreja matriz, às lembranças dessa participação e avaliação que o entrevistado faz hoje daquele momento.

No segundo bloco havia questões referentes à representação que os jovens elaboram sobre o patrimônio de forma geral, aos meios de formação, informação e comunicação que contribuem para essa representação bem como aos problemas ligados à preservação do patrimônio em âmbito local.

O terceiro bloco procurou investigar as relações dos jovens com a família, privilegiando a esfera da transmissão de conhecimentos e tradições, conflitos geracionais ligados à ruptura na transmissão de conhecimentos e valores, bem como a relação que o jovem estabelece entre as formas orais de transmissão familiares com as outras formas de transmissão (escritas, áudio-visuais e virtuais).

Finalmente, o quarto bloco utilizou os eixos tempo e memória para captar as relações que os jovens estabelecem com a história e o patrimônio local, a relação da juventude com o seu próprio tempo, e as representações que os entrevistados elaboram sobre ser jovem no mundo contemporâneo.

Abaixo, procuramos caracterizar os jovens entrevistados:

Quadro 04: Caracterização dos jovens entrevistados

NOME	IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	RESIDÊNCIA
Fábio Junior	19	M	Médio Completo	Urbana
Samuel	17	M	Médio Completo	Urbana
Élida	21	F	Incompleto	Urbana
Rita	27	F	Médio Incompleto	Rural
Juliana	22	F	Superior Incompleto	Urbana
Emília	22	F	Superior Completo	Urbana
Olívia	19	F	Superior Incompleto	Urbana
Cintia	21	F	Fundamental Incompleto	Rural
Áurea	19	F	Superior Incompleto	Urbana
Greice	21	F	Médio Incompleto	Rural
Thamiris	20	F	Superior Incompleto	Urbano

Fonte: Entrevistas, 2009.

O quadro acima indica que a maioria dos entrevistados reside na zona urbana de Pedra do Anta, lembrando que essa cidade por suas características, foi classificada como uma cidade rural (ver capítulo 1). Utilizando uma categoria nativa apenas 03 residem “na roça”. Destaca-se também que apenas 03 entrevistados possuem uma trajetória eminentemente urbana em Pedra do Anta. Quanto à escolaridade, ela é diversificada sendo que os jovens com nível superior incompleto deslocam-se preferencialmente a Viçosa para cursar a universidade. Dos entrevistados apenas 04 jovens estão trabalhando atualmente. Entre os jovens que trabalham um deles permanece nas atividades ligadas à restauração e reforma da igreja matriz.

O contato desses jovens com cidades de maior porte como Viçosa e Ponte Nova, por exemplo, se dá por visitas familiares, complementação do estudo, acompanhamento médico e encontros religiosos. Assim, pode-se dizer que o deslocamento desses jovens para cidades maiores é pontual e esporádico. As atividades de lazer e consumo não foram citadas como motivação para esses deslocamentos. Como veremos adiante, tais atividades estão circunscritas no âmbito doméstico (uso de TV e computador) e a conversas com os amigos na própria cidade.

4.2.1 – Curiosidade, descoberta e participação

Essas três palavras resumem a avaliação realizada pelos jovens quanto ao processo de restauração da igreja matriz de Pedra do Anta. A curiosidade foi despertada pela novidade relacionada com os aspectos técnicos da própria restauração, com a participação da população em torno da causa da preservação e, principalmente, pela inclusão dos jovens nas várias etapas e atividades do processo. Nesse período, a igreja se tornou um “acontecimento” no sentido de ser visitada não somente para finalidades religiosas, mas também para o acompanhamento das tarefas de preservação em que a novidade era a antiguidade original. De acordo com um dos jovens *“por fora íamos lá pra ver, tínhamos curiosidade de ver, quando surgia coisas novas lá, ver as pinturas (...). Em épocas que tinha alguma novidade a gente ia lá pra ver”*. (Samuel, entrevista, 2009).

O termo “descoberta” foi utilizado várias vezes nas entrevistas. Num primeiro momento os entrevistados se referiram às pinturas originais que iam sendo reveladas com a remoção das camadas de tinta que haviam sido superpostas em outras épocas. Segundo os jovens

“tinha uma imagem sob aquela imagem ali que as pessoas não sabiam que existia. Todo mundo assim ficou admirado. É uma emoção grande demais, assim de uma coisa escondida há tanto tempo e ninguém sabia. Com uma descoberta dessa, é uma satisfação grande demais, estar descobrindo as belezas da igreja (...). Eu gostei das cores vibrantes, chama muita atenção. Tem que tirar o chapéu pra quem fez isso aí porque há tanto tempo atrás a pessoa ter inteligência tão grande a ponto de fazer umas coisas assim (Fábio Junior, entrevista, 2009)

“Então com certeza fazendo essa restauração ia descobrir alguma coisa, como foi achado muitas pinturas interessantes, coisas que ninguém imaginava que teria naquela igreja. Então é interessante quando você fala assim que vai recuperar, é recuperar um pouco da história de Pedra do Anta que foi meio que apagada, foi, sei lá foi pintada a igreja, então achei interessante, fiquei entusiasmada com isso. (Áurea, entrevista, 2009)

“Acho que a gente deve valorizar os originais. Tinha uma coisa muito bonita escondida por trás. Passou a tinta por cima lá e tinha muitas coisas bonitas por trás daquela tinta e a gente não sabia. Simplesmente tinha uma riqueza muito grande na nossa igreja e a gente não sabia que existia essa riqueza. Não devemos acabar com as coisas originais. Com certeza para as futuras gerações isso vai fazer falta. Na época o pessoal tava enjoado daquelas

pinturas lá passaram a tinta por cima, mas na verdade as novas gerações que tava chegando nem imaginavam. Seria importante, uma igreja antiga que tem muita beleza naquelas pinturas a gente não sabia disso. Então não devemos esconder as belezas naturais, originais dos patrimônios. (Samuel, entrevista, 2009)

O segundo significado atribuído ao termo descoberta refere-se à surpresa gerada pela participação, pela mobilização e pelo empenho da população durante o processo de restauração. Uma das jovens entrevistadas declarou:

Eu aprendi que quando você tem um projeto, você tem interesse, ele se realiza. Porque eu não imaginava uma comunidade tão participativa igual a de Pedra do Anta. Tinha a festa de S. Sebastião, mas a participação não era tão grande. E quando foi colocado essa proposta para a população ela se motivou. Uma cidade que não tem circulação de dinheiro, que não circula dinheiro aqui as pessoas doavam, mostravam interesse em ajudar, tanto é que a capela mor saiu. Eu, antes, se perguntassem pra mim “você acha que conseguiria restaurar” e falasse o preço, desse o orçamento, eu falaria não. Então eu vi que tipo há união, há vontade de restaurar e há motivação. Eu aprendi isso, que quando você tem interesse dá certo. (Áurea, entrevista, 2009)

O último termo mais mencionado pelos jovens diz respeito a uma aspiração antiga da população da cidade, que desejava ver o patrimônio da igreja restaurado. Vários jovens se referiram ao processo de restauração como concretização desse sonho. Talvez por isso os jovens tenham ressaltado na avaliação a participação coletiva nas várias fases do processo:

A idéia da restauração partiu da comunidade como um todo e não do grupo de jovens. O grupo de jovens estava inserido na comunidade. Como a restauração era um assunto na comunidade, então conversava sobre restauração também. A gente sabia porque tava participando. Participava das discussões, das barraquinhas, motivando. Tinha acesso às informações, conversava com o pessoal que estava restaurando. Como era secretária tinha conhecimento do processo. (Élida, entrevista, 2009)

Toda a comunidade tinha esse desejo, todo mundo tomou parte. (Samuel, entrevista, 2009)

Eu achei, eu achei que foi gratificante pra gente porque eu gostei do resultado. Achei maravilhosa a capela. Só que eu acho que a comunidade por ter visto o resultado devia ter continuado porque foi um trabalho muito bonito, chamou muita atenção, as pessoas que vem para Pedra do Anta, acho que todos os visitantes, turistas entram lá na igreja pra ver. Todo mundo tem prazer em falar “nó tem uma restauração da capela-mor, vamo lá pra ver”. Eu achei gratificante. (Áurea, entrevista, 2009).

Quanto aos principais motivos que levaram os entrevistados a participarem do processo de restauração houve seis respostas relacionadas ao interesse com a própria restauração e cinco ligadas com a participação no grupo de jovens. Isso demonstra um equilíbrio nas motivações como fica evidenciado na fala de uma jovem: *“Tudo tem um peso. Por ser da comunidade é claro que eu quero ver a igreja restaurada e por ser do grupo de jovens a gente tinha um objetivo comum”* (Thamiris, entrevista, 2009).

Outro aspecto abordado nesse bloco de questões se referiu às condições em que se deu a participação dos jovens, lembrando que o processo foi iniciado por um padre jovem e comprometido com a pastoral da juventude. As respostas ressaltaram que embora a iniciativa do padre tenha sido fundamental, houve uma confluência de outros fatores que determinaram a entrada dos jovens no processo de restauração:

Acho que tudo influenciou um pouco, né? Se fosse uma pessoa, um padre que não daria apoio com certeza não iria pra frente. Mas como ele deu apoio, a comunidade também estava interessada em ver os trabalhos seguir em frente, aí tudo foi juntando com o outro e deu certo. (Samuel, entrevista, 2009)

O fato de ser o padre Wander era importante, mas era uma coisa da comunidade, era uma coisa da comunidade e não do padre Wander. (Élida, entrevista, 2009)

Não foi a empresa que chamou foi a paróquia que indicou e como já tinha participação na igreja. Não houve uma influência do padre Wander. Se fosse o padre atual acho que seria a mesma coisa. (Fábio Júnior, entrevista, 2009)

Na avaliação final dos jovens não houve menção de conflitos entre os diferentes atores sociais que participaram do processo de restauração. Além dos aspectos positivos já destacados anteriormente, vale ressaltar que o uso do verbo valorizar foi recorrente para sintetizar as lições aprendidas naquele período: valorizar a cultura, a história, o patrimônio, a participação, o passado, o presente e o futuro. Finalmente, os jovens afirmaram que o único problema foi a falta de recursos financeiros para dar continuidade às obras naquele momento.

4.2.2 – Patrimônio é...

Nesse segundo bloco procuramos investigar junto aos jovens suas concepções a respeito da idéia de patrimônio, os símbolos do patrimônio local e as ações necessárias para a preservação patrimonial no município.

Ao serem questionados sobre o que entendiam por patrimônio as respostas foram as seguintes:

Quadro 05: Concepções dos jovens sobre patrimônio

NOME	RESPOSTA
Samuel	<i>Patrimônio são aquelas obras antigas que hoje restam e que são poucas. Antigas significa bem antes de mim. Pra mim na época das minhas avós, bisavós.</i>
Áurea	<i>Patrimônio é resgatar a memória de um lugar onde os turistas possam ter acesso, é preservar algum símbolo da cidade. Coisa nova também pode ser patrimônio.</i>
Emília	<i>Patrimônio é a história da cidade, do local, recordações. Patrimônio tá ligado com o passado. Coisa nova não tem como ser patrimônio.</i>
Élida	<i>Patrimônio é algo que nós temos e que remete às pessoas que já passaram por ali. Penso patrimônio muito como lembrança, recordação.</i>
Juliana	<i>Aquilo que a pessoa ou a comunidade tem de mais valor. Não só um objeto, pode ser uma cultura também. Não necessariamente pode estar ligado ao passado. Uma coisa atual também pode ser patrimônio. Não precisa ser velho.</i>
Rita	<i>Quando falo em patrimônio lembro do lugar que eu vivo. Me faz lembrar do presente.</i>
Greice	<i>É uma coisa que a gente tem que preservar. Alguém deixou pra gente e que é importante pra gente continuar conservando. É uma relíquia. Pode ser do presente ou do passado. Foi muito bem no passado e pode se renovar no presente.</i>
Fábio Junior	<i>O que entendo por patrimônio é uma coisa que vem da pátria, do nosso país. Que faz parte da nossa vida, da nossa cultura. Há um tempo atrás pessoas fizeram alguma obra, algum monumento e com o passar do tempo essa coisa foi tendo um valor muito grande, uma valor sentimental, até mesmo um valor econômico.</i>
Thamiris	<i>São coisas tipo casas ou imagens que pertenciam a alguém que seja um grupo ou uma pessoa.</i>
Olívia	<i>Um bem histórico da cidade, uma coisa importante para as pessoas.</i>
Cintia	<i>Patrimônio fala de coisas antigas, da nossa cultura, do nosso passado, dos nossos pais, dos nossos avós que também passaram por ali. Não lembro de coisas do presente não. Só do passado.</i>

Fonte: Entrevistas, 2009.

O que chama a atenção nas definições acima é a representação contraditória do patrimônio como um bem do passado e do presente. Alguns dos jovens concebem o patrimônio como uma herança recebida e que cabe ao presente apenas preservá-lo. Já

outros jovens se inserem numa linha do tempo em que deve haver continuidade na produção do patrimônio inclusive no presente, onde eles se situam. Ou seja, há jovens que se consideram guardiães do patrimônio e outros que, além disso, consideram-se também participantes da história e de sua herança para o futuro. Os dados coletados durante a entrevista confirmaram as representações construídas durante a oficina fotográfica. Nas respostas, os bens a serem preservados foram agrupados nas categorias de bens materiais e imateriais, naturais, mesclando a importância desses bens tanto para a memória individual como para a memória coletiva.

Os jovens foram questionados também sobre os meios de informação e comunicação através dos quais eles recebem informação sobre patrimônio. As respostas foram diversificadas, como demonstra o gráfico abaixo:

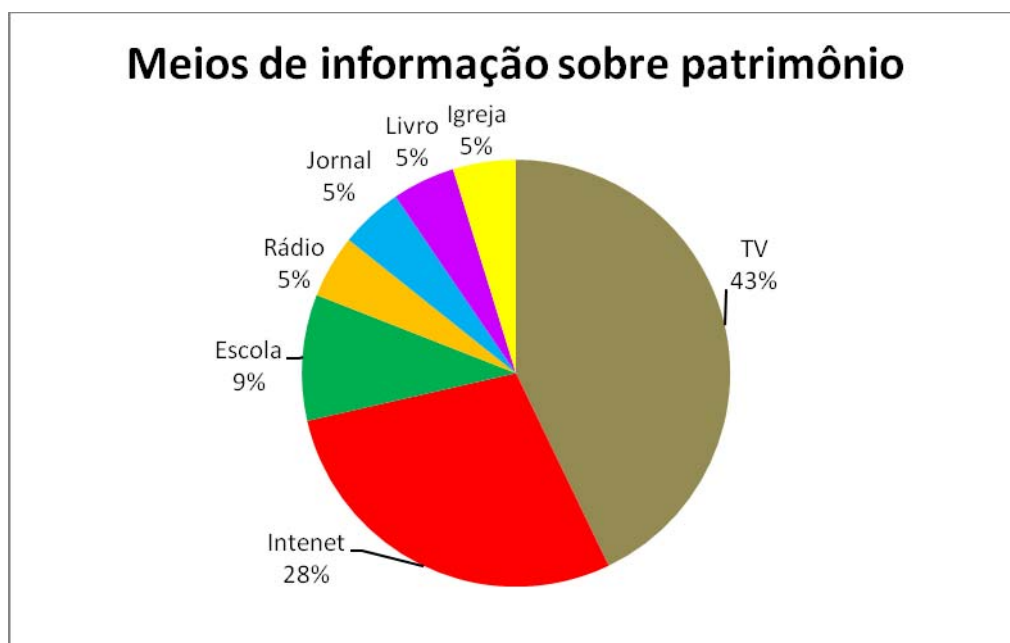


Gráfico 01: Meios de informação sobre patrimônio

Fonte: Entrevistas, 2009.

Os dados do gráfico mostram que os meios mais tradicionais de ensino e transmissão de conhecimento como a escola e os livros são os menos citados, ao passo que os meios de comunicação de massa e as novas TICs são citados por todos os jovens.

Ao perguntarmos sobre o que os jovens desejariam guardar da história de Pedra do Anta, houve uma distribuição equilibrada entre as respostas, agrupadas em três categorias como mostra o gráfico a seguir:



Gráfico 02: O que guardar da História

Fonte: Entrevistas, 2009.

Percebe-se que os jovens estão preocupados em preservar o que ainda resta do patrimônio arquitetônico local, representado pelas igrejas e pelos casarões do século XIX. Na categoria de manifestações culturais, os entrevistados se referiram tanto a festas presentes, das quais eles participam, como festas que já não são mais realizadas em Pedra do Anta, mas das quais eles têm conhecimento através dos relatos de família, como é o caso do carnaval por exemplo. Vale ressaltar que nessa categoria também foi lembrado o cinema que hoje já não existe mais, mas que os jovens gostariam que tivesse sido preservado. Já na categoria de Pessoas foram citados os fundadores da cidade e o memorialista José Pedro de Alcântara (Seu Juca), cujo livro “História de Pedra do Anta” é conhecido por todos os jovens entrevistados.

Segundo os jovens, a responsabilidade pela preservação do patrimônio local recai principalmente no poder público municipal e também na própria população. Destacamos que na avaliação que fizeram sobre o processo de restauração os jovens não mencionaram a prefeitura municipal como um ator participante ou necessário naquele momento. Entretanto, nesse outro bloco de questões a quase totalidade dos entrevistados cobrou da prefeitura uma atuação mais firme na área da preservação patrimonial. Uma hipótese para essa diferença de respostas pode estar no fato de que o processo de restauração era uma novidade e naquele momento ainda não havia precedentes em outras áreas da cultura e do patrimônio. Hoje, com mais informações é possível que os

jovens tenham percebido a necessidade de maior envolvimento interinstitucional nas atividades de preservação.

Da mesma forma que os jovens colocaram a população como co-responsáveis pela preservação, eles destacaram que os próprios habitantes, particularmente os jovens, são responsáveis pela depredação do patrimônio da cidade. Como afirmou uma entrevistada “*é chato isso né, mas geralmente são os jovens. A gente não vê os velhos fazendo isso.*” (Juliana, entrevista, 2009). Os motivos elencados giram em torno do vandalismo, da falta de conscientização e uso de drogas por parte de alguns adolescentes do município.

Outra questão procurou identificar o conhecimento que os jovens tinham sobre patrimônios perdidos de Pedra do Anta. O quadro abaixo mostra em ordem decrescente os bens citados:

Quadro 06: Bens perdidos de Pedra do Anta

BENS CITADOS	NÚMERO DE CITAÇÕES
Conjunto de casarões	06
Nascentes e bicas de água	02
Carnaval	01
Cinema	01
7 de Setembro	01
Televisão coletiva na praça do Rosário	01
Seu Juca	01
Escola	01
Caixa d'água	01

Fonte: Entrevistas, 2009.

As respostas mostram que a prevalência dos casarões se justifica pela presença e visibilidade desse patrimônio arquitetônico ainda hoje na vida cotidiana da população de Pedra do Anta. Já os outros bens, materiais e imateriais, referem-se mais à biografia de cada jovem, dos lugares que ele conheceu ou ouviu falar, principalmente nas reuniões familiares.

Em outra questão, a igreja matriz foi indicada como sendo o lugar representativo da identidade de Pedra do Anta por todos os jovens. Quanto às manifestações culturais que simbolizam Pedra do Anta foram citadas apenas as festas, sejam de caráter religioso ou profano. Confirmando os dados colhidos durante a oficina fotográfica, novamente a festa de São Sebastião e o Rodeio aparecem como tempos fortes de sociabilidade e de

interações dos nativos com os de fora. Os locais que os jovens mostrariam a esses turistas seriam privilegiadamente a igreja e os casarões.

Os casarões foram citados por todos os jovens bens que eles gostariam de ver restaurados na cidade. Já com relação aos bens que gostariam de ver preservados foram citados as praças, a prainha, os campos de futebol, as nascentes, o prédio da prefeitura e a tranqüilidade, “*que ela continuasse uma cidadezinha pequena*” (Juliana, Entrevista, 2009)

Finalizando este bloco foi indagado se os jovens gostariam de participar de outras iniciativas de preservação patrimonial. A totalidade dos jovens respondeu que sim.

4.2.3 – Nossos avós nos contaram... “*e eu gostaria de ser jovem antigamente*”

Todos os informantes afirmaram, em primeiro lugar, a importância dos avós como guardiões e transmissores da história e da memória familiar, sendo que os pais não obtiveram essa unanimidade. Uma das entrevistadas colocou em lugar de destaque a avó:

Minha vó é uma grande contadora de história. Até pela idade que ela ta, ela tem aquele orgulho de contar do tempo que ela era moça. Então é mais por parte dos meus avós. Às vezes é os meus pais, mas a história dos meus pais é mais recente. Agora a história de como meus avós chegaram, como era a cidade, que eles vinham se hospedavam no casarão do major, dos grandes cafeeiros, aí é por parte deles [dos avós]. (Áurea, pesquisa de campo, 2009)

Também não foram citados tios ou tias como grandes detentores da memória. Pais, mães, tios e tias são mencionados quando os jovens se referem aos momentos de encontros familiares onde as memórias se misturam, mas a centralidade permanece na figura dos avós.

Um dado a ser ressaltado é que a oralidade foi enaltecida como uma marca específica dos avós na sua forma de transmissão da memória. Os jovens não se referiram nem a documentos e nem às fotos como suporte dessa memória familiar. A oralidade dos avós e dos pais confere ao relato da história familiar um tom de veracidade por ser tratar de uma experiência vivida ou testemunhada característica que, segundo os jovens, os outros documentos não têm.

De forma geral os entrevistados afirmaram que se interessam pela história da família principalmente quando ela se confunde com a história da cidade. Nesse sentido, foram observadas duas reações diferentes aos fatos do passado. Em primeiro lugar há jovens que afirmaram que através da narrativa dos mais velhos conseguem se transportar ao tempo passado, principalmente porque “os lugares da memória” ainda estão presentes na atualidade. Assim, eles conseguem visualizar as formas de sociabilidade, os locais de trabalho, a partir de referências espaciais perenizadas até a contemporaneidade. Em segundo lugar, os jovens demonstraram uma reação de espanto diante de perdas notadamente de atividades culturais, como o cinema e o carnaval, que inexplicavelmente deixaram de ser realizadas. O espanto se deve ao fato de que cinema e carnaval são representados como ícones da modernidade e da urbanidade, valores esses altamente significativos para os jovens.

As reuniões familiares não têm uma periodicidade definida para acontecer. Além das narrativas sobre a história familiar e da cidade, essas reuniões são importantes para reafirmação dos valores morais de cada família, de comparação desses valores e de comportamentos entre diferentes temporalidades, mas também para transmissão de práticas culturais como, por exemplo, o hábito de tocar violão. Para alguns entrevistados, essas reuniões são representadas como capítulos de uma história ou de um romance onde o jovem pode se identificar com cenas ou personagens da história que está sendo contada:

Quando minha mãe ou meu pai ta contando alguma coisa eu já me envolvo como uma personagem. Quando eles fala que meu avô fazia isso ou aquilo eu já sou meu avô que ta no meio da história. Eu tenho muita vontade de ser jovem antigamente, porque eu gosto muito do estilo porque usavam roupa social, chapéu. Eu gosto muito disso. Eu podia estar usando isso naquela época. (Fábio Júnior, pesquisa de campo, 2009)

Quando comparam diferentes temporalidades a partir de suas próprias vivências e das vivências de seus antepassados os entrevistados têm uma relação ambígua tanto em relação ao presente como em relação ao passado como mostra o depoimento a seguir:

Meu avô fala que no tempo de antes não tinha tanta violência, as pessoas respeitavam os mais velhos muito mais do que hoje. [Mas eu acho] que antes era muito mais conservador. Hoje é menos. Por exemplo, não podia ouvir música que falava algumas coisas, até hoje em dia não é bem correto. (Greice, pesquisa de campo, 2009)

Procurando investigar dentro das relações familiares os aspectos positivos e negativos que foram herdados pelos jovens foi solicitado que eles citassem o que gostariam ou não de manter desse legado familiar. O quadro abaixo mostra as respostas:

Quadro 07: O que manter ou não do legado familiar

JOVEM	O QUE PRETENDE MANTER	O QUE NÃO PRETENDE MANTER
Samuel	<i>Os móveis acho que deveria ser guardado. A casa da minha avó. Eu levaria o carinho. Eu nunca vi meu avô e minha avó brigarem.</i>	<i>Antigamente as pessoas viviam para a sobrevivência e a vida era mais dura e mais controlada.</i>
Áurea	<i>Os conselhos, a criação que meus pais me deram, a educação. Um crucifixo que minha avó deu para minha mãe.</i>	<i>Os erros cometidos, as injustiças</i>
Emília	<i>Amor ao próximo.</i>	<i>Alcoolismo</i>
Élida	<i>O jeito simples de viver, a educação.</i>	<i>A distância entre os próprios familiares</i>
Juliana	<i>O respeito.</i>	<i>A desunião</i>
Rita	<i>A educação, o trabalho.</i>	<i>[não reconheceu nada]</i>
Greice	<i>Imóveis que era do meu avô.</i>	<i>Não tem nada.</i>
Fábio Junior	<i>A educação, o respeito que eles me deram, a maneira de viver.</i>	<i>Brigas.</i>
Thamiris	<i>Material nada. Dignidade, honestidade, todos os valores.</i>	<i>Não tem nada ruim.</i>
Olívia	<i>União, amor.</i>	<i>Nada.</i>
Cíntia	<i>O valor que deve ter pelas pessoas.</i>	<i>A rigidez das relações de antigamente</i>

Fonte: Entrevistas, 2009.

A partir das representações que os jovens elaboraram sobre suas famílias, destacamos os valores e os comportamentos que eles desejam cultivar ou abandonar, a próxima questão foi formulada tentando mapear possíveis conflitos intergeracionais, não se limitando ao âmbito familiar, mas procurando convidar os jovens a pensarem nessas relações na sociedade mais ampla. Vejamos no gráfico seguinte:

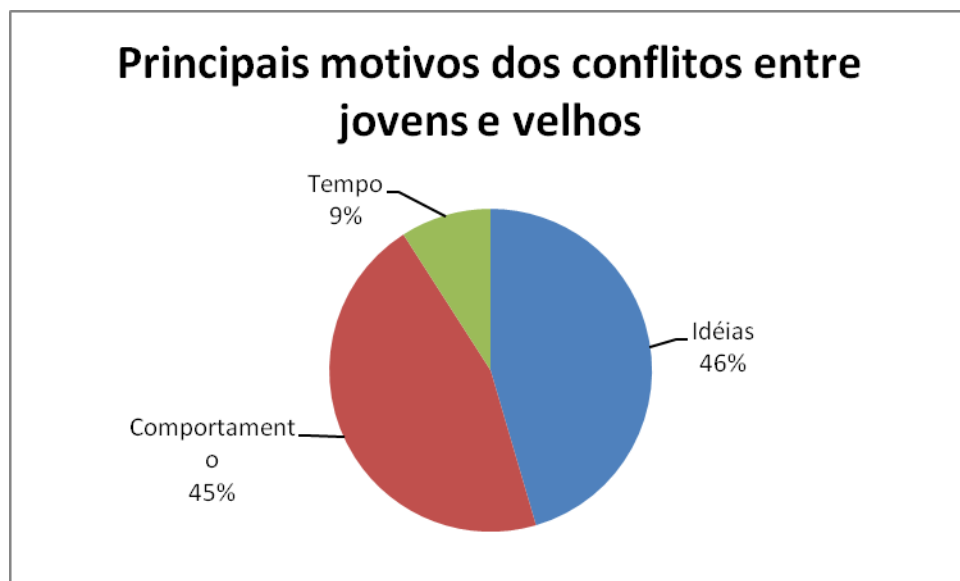


Gráfico 03: Principais motivos dos conflitos entre jovens e velhos

Fonte: Entrevistas, 2009.

Fazendo uma comparação entre os dados do quadro e do gráfico acima percebe-se que a esfera dos comportamentos se destaca tanto nos legados familiares que serão guardados ou não, quanto nos motivos de conflitos entre jovens e velhos de um modo geral. Os dados do quadro, ao se circunscreverem no âmbito doméstico, indicam que os valores positivos (simplicidade, afeto, união) são referidos ao grupo familiar como um todo e nesse caso os jovens lançam mão dessas categorias que estão no imaginário coletivo sobre a família. No entanto, as entrevistas mostraram também que ao mencionarem os aspectos negativos da família, os jovens se referiam a uma determinada pessoa. Percebe-se também no gráfico que o equilíbrio entre comportamento e idéias são mediadas pela categoria do tempo porque os jovens entendem que comportamentos e as idéias são moldados por uma época e que ela é diferente na construção das suas próprias biografias e das biografias dos seus familiares mais velhos.

A partir dessas comparações foi perguntado aos jovens qual seria a principal diferença entre a sua juventude e a juventude de seus pais e avós. As respostas foram unânimes em valorizar a liberdade dos jovens contemporâneos, sendo que essa fase na vida dos pais foi representada como uma “camisa de força”. Como liberdade os jovens entendem as amplas possibilidades de estudo e trabalho que lhes são oferecidas hoje. As jovens entrevistadas, principalmente, enfatizaram que o casamento era o único campo de possibilidade reservado às suas mães e avós. No quadro seguinte selecionamos alguns trechos das entrevistas:

Quadro 08: Representações sobre as diferenças entre as juventudes de ontem e de hoje

Samuel	<i>Na época tinha mais medo dos pais, pra namorar era mais difícil. Hoje não tem esse controle todo. Ontem a família era mais rígida, hoje os filhos não têm muito esse medo.</i>
Áurea	<i>Na juventude deles a criação era mais equilibrada, acontecia com menos velocidade. O respeito. As festas eram mais saudáveis, eram festas de família. Hoje as coisas estão mais abertas. Mas não gostaria de ser jovem na época dos meus avós e pais.</i>
Emília	<i>A liberdade. Eles tinham o pai deles com o autoritarismo. Hoje há mais liberdade, mais diálogo. Não gostaria ser jovem na época deles.</i>
Élida	<i>Questão de liberdade. Meus avós casaram muito cedo, minha mãe também. Sair de casa. Minha mãe quando saiu de casa foi pra casar e eu quando sai de casa foi pra trabalhar. Minha situação hoje eu sou mais livre. Minha mãe com minha idade já era mãe.</i>
Juliana	<i>Cultura totalmente diferente. Hoje há mais possibilidade de conversar com os pais. Meu relacionamento com minha mãe é bem diferente do que o dela com minha vó.</i>
Rita	<i>Elas não teriam a oportunidade que a gente tem hoje. Hoje a gente tem oportunidade e não aproveita, tem medo. Oportunidade de trabalhar, de fazer algum curso, ter gente pra apoiar. Nós que somos jovens da comunidade rural a gente tem momento ruins, mas também tem coisa boa que acontece pra gente. Acho que tenho mais liberdade do que minha mãe sim.</i>
Greice	<i>Eles eram mais conservadores, hoje não. Hoje pensam mais no futuro antes não.</i>
Fábio Junior	<i>Antigamente tinha uma vida mais natural, não se preocupavam muito por exemplo com a roupa. Naquela época as pessoas respeitava mais. Eu tenho mais liberdade que os meus pais.</i>
Thamiris	<i>Totalmente diferente. Entre os meus pais e meus avós já havia diferença, entre eu e meus pais é maior ainda. Antes não havia muita liberdade, era mais rígido. Hoje nem tanto.</i>
Olívia	<i>O modo como eles se divertiam, eles eram mais apegados com os pais, hoje vejo que há muitos jovens que não são apegados à família.</i>
Cíntia	<i>É muito diferente. Hoje tem mais liberdade; antes não tinha. Antes era casar, não tinha mais sonhos. Hoje os jovens tem mais sonhos. O jovem sonha bastante, hoje tem mais possibilidade de concretizar. Hoje ta mais fácil o estudo e o trabalho.</i>

Fonte: Entrevistas, 2009.

A parte final desse bloco de questões procurou indagar a respeito do conhecimento que os jovens possuem sobre a história da cidade e a forma como gostariam de conhecê-la melhor. Quanto ao conhecimento já adquirido foram destacados o livro do memorialista local (Seu Juca) e as transmissões orais de pessoas mais velhas da cidade. No entanto, como novas formas de divulgação dessa história os jovens reforçam a importância da oralidade das pessoas mais antigas, mas privilegiam os meios de comunicação de massa e as novas TICs. Assim, foram citados a elaboração de filmes, um vídeo documentário e sites na internet.

4.2.4 – Ser jovem em Pedra do Anta é...

Procurando conectar as contribuições sobre os suportes da memória, como visto no capítulo 2, indagamos aos jovens o que seria mais marcante da história da cidade e na sua relação com ela: um lugar, um grupo de pessoas ou um acontecimento. De acordo com as respostas elaboramos o seguinte quadro:

Quadro 09: Suportes da memória dos jovens em relação à cidade

NOME	DA HISTÓRIA DA CIDADE			NA SUA RELAÇÃO COM A CIDADE		
	Lugar	Pessoas	Acontecimento	Lugar	Pessoas	Acontecimento
Samuel	Igreja matriz				Grupo de jovens	
Áurea	Capela de Santo Antonio	Sr. Juca	Escravidão		Família e amigos	
Emília		Sr. Juca			Alunos, professores e amigos	
Élida	Igreja matriz				Família e amigos	
Juliana		Amigos			Amigos	
Rita	Escola Igreja matriz Casarão				Grupo de jovens	
Greice			Origem de Pedra do Anta			Festas
Fábio Junior			A “não-vinda” indústria de cana-de açúcar	Cemitério		
Thamiris		Pioneiros da cidade			Família e amigos	
Olívia			Pedra do Anta elevada a município		Amigos e família	
Cíntia	Igreja matriz				Tia e padre Ronaldo	

Fonte: Entrevistas, 2009.

O quadro evidencia que as respostas são mais diversificadas quando os jovens se referem ao passado histórico da cidade. Uma hipótese para essa diversificação pode estar relacionada às diferentes fontes de educação e de informação das quais os jovens recebem os conteúdos históricos de sua cidade (a família, a escola, os livros). Já na sua vivência contemporânea com a cidade são as pessoas mais próximas que estabelecem os vínculos entre os jovens e o espaço onde vivem.

As quatro últimas questões desse bloco tiveram como objetivo mapear a relação dos jovens com o tempo e suas definições sobre o que é ser jovem no mundo contemporâneo. Foi solicitado que eles preenchessem uma tabela indicando o tempo gasto por semana em cada uma delas. A composição das respostas está no gráfico a seguir:



Gráfico 04: Tempo gasto (hora) por atividade na semana

Fonte: Entrevista, 2009.

Em primeiro lugar chama a atenção a prioridade dos jovens entrevistados em relação aos estudos e ao trabalho, tarefas nas quais gastam grande parte do seu tempo semanal. Como já foi apontado anteriormente, vários entrevistados estão cursando a faculdade em Viçosa ou completando o ensino médio. Dentre os jovens que trabalham encontramos: uma professora, uma atendente de farmácia, uma secretária paroquial, um restaurador e três jovens trabalhadoras rurais.

Além do estudo e do trabalho, os dados mostram que a comunicação é um fator importante na vida desses jovens, o que pode ser verificado com o tempo gasto com a televisão, com telefone e com o computador, além daquele utilizado em conversas face a face. Ficou claro também durante as entrevistas que a escola e o trabalho não foram priorizados como esferas de sociabilidade ou de amizade. Ao se referirem ao grupo de amigos os jovens consideram fundamental para a manutenção das amizades o fato de residirem em um mesmo local, das famílias se conhecerem, de participarem das mesmas atividades lúdicas e de compartilharem uma mesma trajetória histórica.

Finalmente, chama a atenção nesse gráfico o pouco tempo destinado ao namoro. Isso se dá porque em uma escala de prioridades onde se perguntou o que seria mais urgente ou o que poderia esperar na vida dos jovens, a totalidade dos entrevistados respondeu: urgente é estudar; namorar, casar, se divertir pode ficar para depois.

A última pergunta do questionário solicitava que os jovens manifestassem suas opiniões sobre o que é ser jovem hoje. Os trechos mais significativos das entrevistas foram:

O jovem tem que aproveitar mais, curtir, namorar, com moderação, saber dividir o seu tempo. Às vezes o jovem é atarefado, estuda, trabalha, tem que saber dividir esse tempo. (Samuel, pesquisa de campo, 2009)

Um turbilhão de emoções. Anseia por liberdade de sair de casa. Fase complicada. (Áurea, pesquisa de campo, 2009)

Viver com responsabilidade, assumir as responsabilidades, as atividades diárias, estar preocupada com a vida, minha vida e a vida de outros jovens também. (Emília, pesquisa de campo, 2009)

Juventude é o período em que se vive a vida mais intensamente (...) É onde você decidir pra onde você vai. É uma fase complicada, deve ser uma das mais difíceis, mas é a fase que se vive mais intensamente. (Élida, pesquisa de campo, 2009)

Ser jovem é carregar um mundo de responsabilidade nas costas (...) Ter consciência do presente, que não pode fazer tudo, mas não pode ficar parado. (...) Colocar-se na sociedade como pessoa. Saber se mostrar, sem violências. Compreender o tempo. (Juliana, pesquisa de campo, 2009)

Ser jovem é bom demais. É ter mais liberdade. Jovem sonha muito e chega ao sonho. (Greice, pesquisa de campo, 2009)

É estar dando sempre um passo além. (Fábio Junior, pesquisa de campo, 2009)

4.3 – O processo de restauração e o poder público local

Após colher as percepções dos jovens sobre o processo de restauração sentiu-se a necessidade de contrapor a concepção que o poder público local elaborou sobre o processo. Em entrevista realizada com a prefeita municipal daquele período, Sueli Sampaio, procuramos registrar suas opiniões sobre os seguintes tópicos: atuação no processo, motivações pessoais e/ou institucionais, dificuldades, envolvimento da população, captação de recursos, desdobramentos e políticas de preservação municipal. Para a realização da entrevista utilizamos um roteiro contendo os tópicos relacionados anteriormente.

Em relação à atuação da prefeitura no processo, a entrevistada afirmou que apesar da movimentação que estava ocorrendo na cidade em torno da restauração da igreja, a atuação da prefeitura foi dificultada porque

a prefeitura não pode investir na igreja, não pode investir em templo, seja da igreja católica, a da igreja protestante, porque o poder público é laico. A única forma que a gente tinha na realidade era ta tentando alguma verba extra pra gente ta ajudando o pessoal na restauração, devido a importância que ela tem para o município. (Sueli, pesquisa de campo, 2010)

A prefeita lembrou também das dificuldades financeiras enfrentadas no período e sua iniciativa de procurar recursos dentro da esfera pública estadual e federal.

A gente pensou que aquele caminho de uma pessoa montar um processo e mandar pra Brasília onde a gente teria a fundo perdido recursos para a reforma. Aí depois nós caímos na real que não conseguiríamos porque a igreja não tem documento, não tem escritura, não tem nada. Então nós esbarramos na documentação pra que a gente tentasse recurso no ministério

pra essa reforma. Nos foi prometido um valor, que também não chegou até a nós³⁴. Infelizmente o poder público através de sua burocracia dificultou que a gente conseguisse realmente. As dificuldades surgiram no decorrer em virtude da parte burocrática dos ministérios ou de qualquer setor de onde viria dinheiro pra investir na reforma. (Sueli, pesquisa de campo, 2010)

A prefeita reconhece que um dos desdobramentos do processo da restauração foi a maior institucionalização da esfera da cultura no município, o que deu origem à criação do Conselho Municipal de Preservação Patrimonial, à lei de preservação patrimonial e possibilitou o recebimento do ICMS cultural.

O ICMS cultural que era uma das formas que a gente poderia com esse valor insignificante, que era uns mil e poucos reais mensais, a gente poderia estar ajudando um pouquinho a igreja, mesmo assim porque o valor histórico dela é muito grande diante do que a gente recebe. E além da igreja nós temos o casarão, nós temos várias coisas que precisaria de estar reformando. E na realidade a gente não conseguiu fazer nada em virtude também de documentos burocráticos. Eu não conheço nenhuma documentação do patrimônio de Pedra do Anta. As pessoas naquela época não se preocupavam com isso. A banda de música que não deixa de ser um patrimônio também mas veio muito, muito posterior, já está mais organizada com ata de funcionamento, conselho, tudo direitinho. (Sueli, pesquisa de campo, 2009)

Quanto aos problemas enfrentados para a preservação do patrimônio cultural nos pequenos municípios rurais, a prefeita ressaltou a invisibilidade dessa atividade no cenário político:

Na realidade eu não vejo muita vontade política nesse lado do patrimônio. Na realidade o que as pessoas pensam: política patrimonial dá voto? Aí eles preferem investir em saúde e em educação. Só pra se ter noção, o patrimônio nosso que é o casarão ele ainda não tem documento. Nem o patrimônio que é da própria prefeitura não teve seu lote legalizado. (Sueli, pesquisa de campo, 2010)

³⁴ A ex-prefeita refere-se nesse momento a um encontro ocorrido no segundo semestre de 2007 em Belo Horizonte, na Secretaria de Governo ao qual compareceram ela, o presidente da Câmara Municipal de Pedra do Anta e este pesquisador e o secretário de governo, Danilo de Castro. O objetivo do encontro foi o de buscar informações a respeito da recusa ao projeto de restauração por parte do Fundo Estadual de Cultura e alternativas para obtenção de recursos para a área de cultura e patrimônio no município.

Finalmente, com relação ao funcionamento do conselho municipal de patrimônio, a entrevistada ressaltou que

Uma das dificuldades é que as pessoas que fazem parte de um conselho fazem parte de outros também. Infelizmente a gente tem dificuldade de quórum. A gente tem dificuldade das pessoas participarem. Eu não vejo nada que foi feito a não ser com a ajuda das festas que a própria igreja promoveu. Até que agora tem sido dada uma ajuda pra arrumar a cimalha, mas é só a mão-de-obra, não foi investido nada com recurso público. (Sueli, pesquisa de campo, 2010)

Embora a prefeita tenha declarado o seu interesse pessoal e institucional em ter participado mais efetivamente do processo o que se nota é que sua participação pontual em alguns momentos não foi citada por nenhum dos jovens entrevistados. Mesmo reconhecendo que o processo de restauração estava circunscrito ao âmbito religioso ela mesma reconhece que ações patrimoniais no município somente estão sendo desenvolvidas pela igreja e pela participação ativa da população, no entanto, os jovens percebem essa inversão desse papel e cobram da prefeitura a sua responsabilidade em programas de preservação que incluam os patrimônios seculares. Vale lembrar que tanto na oficina fotográfica como nas entrevistas os jovens mencionaram os bens materiais e imateriais que gostariam de ser preservados, sendo esses bens inclusive prédios públicos (escola, o sobrado que é da prefeitura), as praças e os ambientes naturais para os quais deveria haver uma política pública própria.

5 – IN-CONCLUSÕES

Escrever um texto é como tecer fios. Um trabalho sem fim! Essa é a primeira impressão que se tem ao chegar ao momento de concluir, ainda que seja provisoriamente, uma dissertação. É preciso colocar um “ponto final”, mas o desejo é que fossem apenas reticências ou um ponto e vírgula. Daí vem o título desse tópico: In-conclusões. Ou seja, algo que ainda não está de todo terminado, acabado, pronto.

Este trabalho não está terminado porque participa de um duplo movimento: um de chegada e outro de saída. A metáfora da viagem, do rio e do porto, por meio da qual construímos nossos agradecimentos, também nos serve agora. Partimos de algumas perguntas, mas no decorrer da viagem elas se tornaram mais caudalosas e, ao final dessa travessia, ao imaginarmos um porto tranquilo nos esperando o que encontramos foi um oceano a nos convidar a viagens maiores e mais ousadas. Porém, antes de planejar outras viagens faz-se necessário rever a viagem que acabamos de realizar. E pode-se começar perguntando: o que há para além da tinta e da madeira?

Em relação ao processo de restauração da capela-mor podemos dizer que ele não se reduziu apenas à restauração de pinturas e peças de madeira localizadas no interior da igreja matriz de São Sebastião. Ele foi além. Esse é um aspecto que o diferencia de outras reformas e restaurações anteriormente realizadas, pois não se limitou apenas ao âmbito eclesial-religioso. Não foi um evento isolado, que passou despercebido da população local, que não conseguiu chamar a atenção de moradores e visitantes. Não foi apenas um reparo, uma reforma feita em um templo católico de uma paróquia de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, que nem sequer é tão conhecida. Tampouco foi uma atividade estéril, incapaz de gerar outras iniciativas naquele momento em âmbitos diferenciados da vida social do município.

A restauração da capela-mor da igreja matriz de São Sebastião foi além de si mesmo, foi além da tinta e da madeira. Extrapolou as paredes e janelas da igreja matriz, ocupando também outros espaços significativos do próprio município como a escola e a prefeitura. Tornou-se um assunto nas rodas familiares, nos bares e botequins da cidade, motivo de redação em aula de história para crianças e adolescentes, notícia de jornal,

motivou a produção de vídeo sobre o município e seu patrimônio, incentivou a criação de políticas públicas locais voltadas para a preservação do patrimônio.

Nesse sentido, podemos considerar a restauração da capela-mor como um núcleo de um movimento amplo em torno da valorização da história e da cultura locais que, mesmo tendo uma dimensão mais microscópica, marcaram as discussões e a participação social em torno da preservação, da memória e da história. O período que aqui estamos chamando de “processo de restauração” acabou se tornando referencial e é lembrando ainda hoje como um período fértil em que questões mais abrangentes da vida cultural puderam emergir.

Há que se destacar que o processo de restauração da igreja matriz teve continuidade. Conforme relatado no capítulo 1, em 2009 as obras foram retomadas e continuam atualmente. Os recursos continuam sendo obtidos, sobretudo, através das festas e doações particulares. Tal continuidade indica que o desejo de ver a igreja restaurada não está limitada à figura do “padre-mediador”, que já não se encontra mais no município, mas é uma anseio coletivo dos moradores de Pedra do Anta.

Já no âmbito mais abrangente da cultura um desdobramento do processo inicial foi a realização de um vídeo particularmente voltado à história social de Pedra do Anta. A idéia da realização desse vídeo nasceu quando a primeira etapa da restauração da igreja havia sido concluída e a população e o poder público local ainda estavam sensibilizados com o problema da preservação patrimonial no município. Uma primeira versão desse vídeo, concluída em 2006 tem o hino da cidade de Pedra do Anta como fundo musical cantado pelo coral da paróquia e as imagens referem-se às belezas naturais e arquitetônicas citadas na letra do hino. Uma segunda versão foi elaborada em 2009 com o acréscimo da narração de fatos históricos da cidade, de personagens ilustres do passado, ilustrados a partir de desenhos ou de fotografias. Já as cenas em movimento retratam o cotidiano da cidade, os casarões coloniais ainda conservados e as belezas naturais como o Rio Casca. Novamente, o hino tem um lugar de destaque, pois o coral é filmado cantando-o no interior da igreja matriz de São Sebastião.

Outro desdobramento refere-se à atuação da esfera pública municipal nas questões voltadas para o patrimônio. Como já foi relatado, até o início do processo de restauração da capela-mor não havia no município nenhum tipo de política de

preservação patrimonial. À medida que a população era informada sobre o andamento do trabalho de restauração, suas dificuldades, principalmente financeira, e também das possibilidades de se conseguir recursos do Estado, através do poder público municipal, ela passou a pressionar a Câmara e a Prefeitura a fim de que tivessem um maior envolvimento. Desse modo, em 28 de novembro de 2006 foi instituída a Lei Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e criado o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

Além disso, a prefeitura municipal contratou uma empresa especializada a fim de assessorar o município para que pudesse pleitear recursos provenientes do chamado “ICMS Cultural”³⁵. A partir de 2008 o município de Pedra do Anta passou a receber recursos deste fundo. Assim, em 2008 o município recebeu ao longo do ano R\$ 41.893,66; em 2009, R\$ 32.093,44 e em 2010, até o mês de maio, R\$ 20.690,74.³⁶

E por fim, o último desdobramento a ser considerado é a presente dissertação, pois foi o envolvimento no processo que nos instigou a investigá-lo cientificamente, tendo em vista a participação dos jovens.

Quando partimos nossa bússola indicava como direção os sentidos e significados do patrimônio cultural para os jovens que se envolveram no processo de restauração da igreja matriz de Pedra do Anta. Como esse caminho não era usual desconfiamos da própria bússola. Entretanto, devagar, fomos construindo um barco com diferentes materiais teóricos que nunca tinham sido juntados. O que nos possibilitou juntar “madeiras” tão diferentes foi Karl Mannheim, com o seu texto sobre o problema das gerações.

³⁵ Em dezembro de 1995 o Governo do Estado de Minas Gerais decreta a Lei nº 12.040/95 alterando a distribuição da parcela do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que cabe aos municípios mineiros. O objetivo principal da Lei é promover uma distribuição mais justa dos recursos aos municípios, sobretudo às prefeituras que contam com recursos mais escassos. Daí o nome Lei “Robin Hood”. A Lei estabelece cotas de repasses para vários critérios entre eles, VAF – valor adicional fiscal, saúde, meio ambiente e patrimônio cultural. O órgão responsável diretamente pela coordenação da política para o patrimônio cultural para a Lei Robin Hood é o IEPHA-MG (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). O objetivo do ICMS Cultural é a instalação de políticas públicas municipais voltadas para o conhecimento, registro, proteção e divulgação do patrimônio cultural. O IEPHA concede apoio técnico e o governo estadual faz o repasse das verbas como incentivo para manter a política para o patrimônio nas cidades.

³⁶ As planilhas com essas informações encontram-se no site do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Disponível em www.iepha.mg.gov.br acesso em 19/06/10.

Vale lembrar que Mannheim (1970), ao se referir aos aspectos que caracterizam uma sociedade marcada por mudanças geracionais, tal como a nossa, enfatiza a constante necessidade da entrada e da saída de portadores de cultura. Para ele, a irrupção de novos portadores de cultura é fato relevante para a vida social, pois são eles os responsáveis pela vitalidade e dinamicidade das sociedades. Em relação à saída dos antigos portadores de cultura, o autor afirma que ela é positiva na medida em que suscita a memória e a recordação social. É nesse fluxo contínuo de entradas e saídas que se processa a noção de *continuum*, mas onde também pode haver a quebra de preservação e o esquecimento de partes do patrimônio cultural. Ele ainda destaca que entre a saída dos antigos portadores de cultura e a entrada dos novos há a necessidade da mediação social pela educação ou outros processos de transmissão. A mediação, nesse caso, evitaria que esse *continuum* fosse interrompido.

Os dados de nossa pesquisa empírica confirmaram as proposições de Mannheim, mas apresentaram novos contornos. Esses contornos criaram aquilo que aqui propomos chamar de “zona fria” e “zona quente” da memória. Em primeiro lugar essas zonas demarcam pontos de encontro ou de afastamento entre as gerações no que se referem às práticas culturais e à valorização das mesmas como indicadores de identidade. Em segundo lugar, elas mostram que em suas partes frias estão os bens ou manifestações que já estão caindo em desuso ou os bens e manifestações que ainda estão sendo criados e que carecem de um tempo maior para o reconhecimento social. A zona quente, por outro lado, representa o conjunto cultural criado no passado, mas que ainda possui um forte significado para as gerações que convivem no presente.

Tomando-se por base o legado deixado por um memorialista local e as entrevistas realizadas com jovens de Pedra do Anta podemos construir uma representação gráfica de um fluxo mostrando o conjunto de bens criados por velhos e novos portadores da cultura. Tal representação gráfica encontra-se na página seguinte.

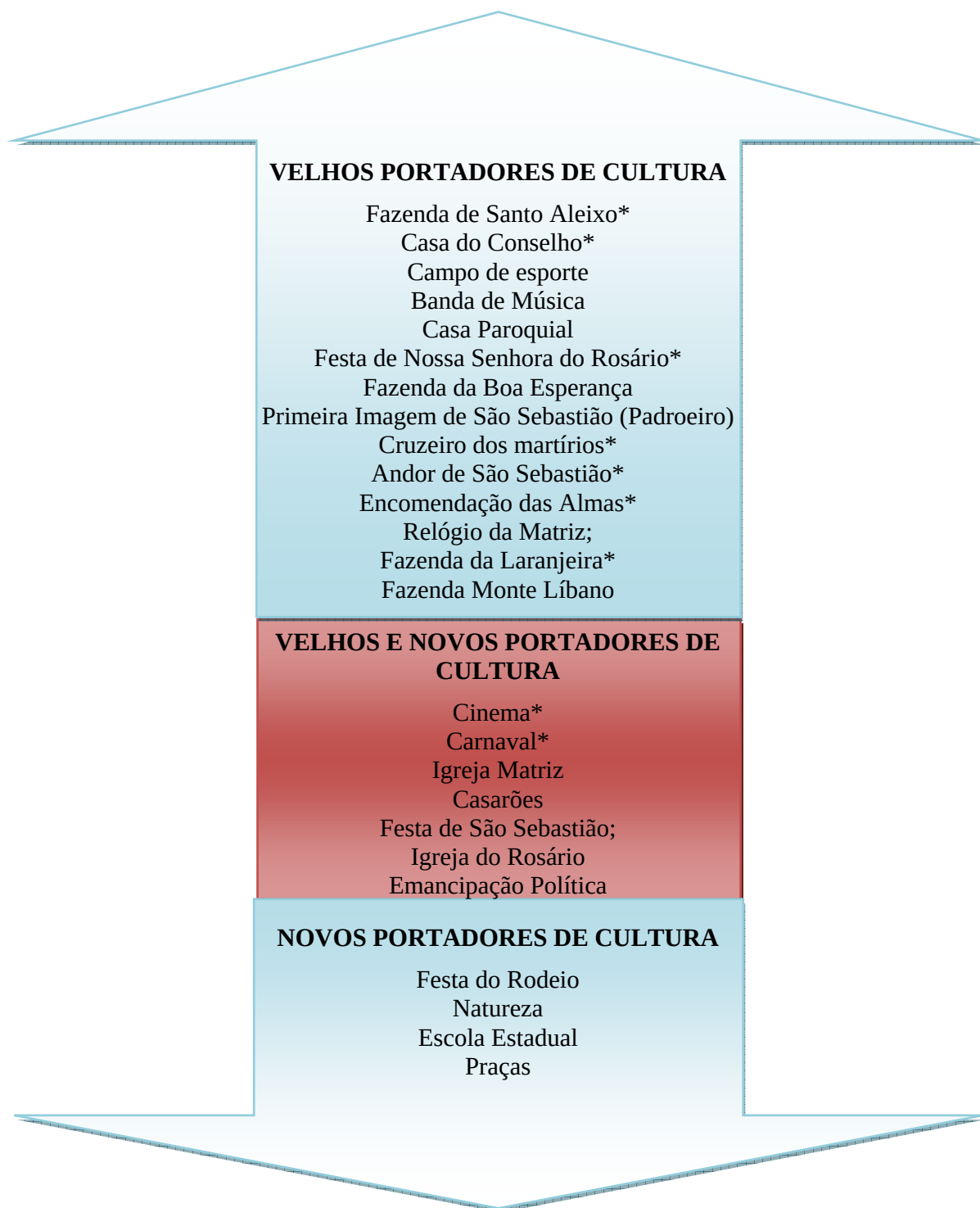


Figura 27: Bens elencados por velhos e novos portadores de cultura

- O asterisco indica bens ou manifestações culturais que não existem mais na cidade.

A interface “quente” sugere que houve uma triagem histórica com a retirada de alguns bens culturais e que ela abre espaço para a entrada daqueles bens que ainda estão em formação. Isso corrobora as análises de Feixa e Nora sobre os fluxos e marés da memória. É, portanto, na área que interliga os velhos e novos portadores de cultura que devem incidir as políticas públicas de preservação. Recordando Mannheim mais uma vez é na área quente que se processa o *continuum* de entradas, misturas, mosaicos, negociações e saídas de bens culturais.

Uma política de preservação patrimonial dirigida apenas a adultos corre o sério risco de não ser eficaz porque há a necessidade de transmissão e de aceitação por parte dos novos atores sociais. Da mesma forma uma política dirigida apenas a jovens pode se tornar segmentada e não obter a coesão de toda a sociedade.

A pesquisa com os jovens mostrou uma valorização nítida dos avós como guardiães da memória e da história local. A geração intermediária, os pais, os tios, os professores não foram apontados de forma significativa como transmissores dessa tradição. Esse fato denota que é entre as duas pontas geracionais que se localizam o ponto fundamental da transmissão da cultura. Os mais velhos são aqueles que têm o tempo a seu favor para contar histórias e histórias, contextualizar as fotografias de família, de dar e saber a importância de documentos guardados. Também os mais novos, apesar de uma vida mais atribulada pelo estudo e trabalho, são aqueles que ainda ouvem. Assim, tempo e comunicação são os elos que trazem movimento à zona quente da cultura.

Respondendo à questão sobre se as políticas culturais existentes hoje no Brasil são dirigidas apenas a adultos, a pesquisa mostrou que sim, mas que isso representa um equívoco, pois alijam os dois pontos que representam os *inputs* e *outputs*. Falar de política de preservação patrimonial para a juventude não significa que a nossa bússola esteja desnorreada. Apenas significa que o “norte” está em outro lugar.

Nesse sentido, é fundamental a participação de mediadores capacitados para estabelecer “pontes” entre a cultura e os jovens, pois o processo vivenciado aponta para a possibilidade de que ações de reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio sejam consideradas positivas ao se tratar de desenvolvimento rural. Entendemos que essas ações também devem ser consideradas ao se pensar em políticas de geração e renda para jovens no meio rural. No processo analisado, vale ressaltar que

o jovem que foi contratado pela empresa para trabalhar na restauração continua exercendo esse ofício na própria igreja matriz.

O processo de restauração também mostrou a importância do papel do mediador social. Algumas descontinuidades, como é o caso do projeto “Preservando o Amanhã”, podem ter ocorrido devido à saída de um dos mediadores envolvidos: o padre. Talvez, por centralizar algumas atividades, elas não foram realizadas. Eis um desafio a ser superado e considerado em futuros processos coletivos.

Finalmente. Como dissemos, essa dissertação revela um duplo movimento de chegada e de saída. A viagem realizada, por mais que tenha tido obstáculos, desafios, dificuldades não gera em nós um desejo de parar e sim de continuar, certos de que ainda há muito a explorar e conhecer. Não se pode prever quando tal viagem irá acontecer, os instrumentos a serem utilizados ou quem serão os viajantes. Contudo, estamos certos de que essa dissertação servirá de “rascunho” para a elaboração de novos roteiros. E um desses já começa a surgir a partir da seguinte questão surgida ao longo da elaboração desse trabalho: iniciativas relacionadas à preservação patrimonial e valorização da memória podem contribuir para a manifestação de uma cultura juvenil?

6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

6.1 – Livros

ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. Martoni. **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

AGUIRRE, Angel. **Cultura e identidad cultural**. Barcelona: Ed. Bardenas, 1997.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

AZCONA, Jesús. **Antropologia II - A cultura**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa, Livros do Brasil: 1983.

COSTA, Pere-Oriol; TORNERO; José Manuel Pérez; TROPEA, Fabio. **Tribus Urbanas. El ansia de identidad juvenil: entre el culto a la imagen y la autoafirmación a través de la violência**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996.

DICK, Hilário. **Gritos silenciados, mas evidentes. Jovens construindo juventude na História**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DOULA, Sheila Maria (org.) **Por extenso**. Boletim de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. n. 1. Viçosa-MG: UFV-DER, 2009.

ELIAS, Norbert. **Sobre el tiempo**. Madrid: Fondo de Cultura Econômica, 1989.

FEIXA, Carles. **De juvenes, bandas y tribus. Antropologia de la juventud**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

GAMBOA, Andrea; PINCHEIRA, Iván. **Organizaciones juveniles em Santiago de Chile. Invisibles_Subterráneas**. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEVY, Pierre. **Tecnologias da inteligência**. São Paulo. Editora 34, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MARAFIOTTI, Roberto (Ed); CORMICK, Hugo; LAGORIO, Carlos. **Culturas nômades. Juventud, culturas masivas y educación**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MARGULIS, Mario (Ed). **La juventud es más que una palabra. Ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2008.

MEAD, Margareth. **Adolescência, Sexo y Cultura em Samoa**. Barcelona: Editorial Laia, 1972.

MORDUCHOWICZ, Roxana. **A mi tele me enseña muchas cosas**. La educación en medios para alumnos de sectores populares. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. **La generación multimedia. Significados, consumos y prácticas culturales de los jóvenes**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia LIPPI. **Cultura é Patrimônio. Um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 192p.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007 (Coleção Cult).

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude**. Como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SINAY, Javier. **Sangre joven. Matar y morir antes de la adultez**. Buenos Aires: Tusquest Editores, 2009.

SOUZA, Regina Magalhães. **O discurso do protagonismo juvenil**. São Paulo: Paulus, 2008.

SPOSITO, Marília. **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira**. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). 2 vol. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo rural com um Espaço de Vida. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais. Mapas de estudos recentes**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

6.2 – Capítulo de livros

BALARDINI, Sergio Alejandro. O século XX e as gerações jovens da Argentina. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÀMPOLS, Carles Feixa, CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

BENEVUTO, Mônica Aparecida. Mitos e imagens nos modos de expressão de jovens rurais. In: ALVIM, Rosilente; GOUVEIA, Patrícia (Orgs). **Juventude Anos 90**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, pp. 133-157.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. Martoni. **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, pp. 215-242.

CACCIA-BAVA, Augusto; COSTA, Dor Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÀMPOLS, Carles Feixa, CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

CARNEIRO, Maria José. Juventude Rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro P. Martoni. **Retratos da juventude brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, pp. 243 – 261.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; GUARANÁ, Elisa. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

FEIXA, Carles. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto, PÀMPOLS, Carles Feixa, CANGAS, Yanko Gonzáles. **Jovens na América Latina**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo; PERES, Fernando Antonio. Estudos históricos sobre a juventude: estado da arte. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira. Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)**. 2 vol. Belo Horizonte, Argumentum, 2009.

RODRIGUES, João Paulo. Políticas Públicas, direitos e participação. In: CARNEIRO, Maria José; GUARANÁ, Elisa. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SILVA, Eni Rocha Andrade da; ANDRADE, Carla Coelho. A Política Nacional de Juventude: Avanços e Dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho (orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SIMMEL, George. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otávio G (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara: 1987.

SPOSITO, Marília. Balanço e Perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; GUARANÁ, Elisa. **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

6.3- Artigos

ADÃO, Kleber do Sacramento. As implicações pedagógicas da teoria do desenvolvimento Humano de Stanley Hall. In: **Revista Mineira de Educação Física, Viçosa**, Vol 2, n.2, 1994, p. 5-15.

BATTESTIN, Simone; COSTA, Wander Torres. Casamento e trabalho dos jovens no meio rural. In: **OIKOS. Revista Brasileira de Economia Doméstica**. Viçosa-MG. Vol. 18, n. 2, 2007, p. 80-98.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**. vol 15, n. 2, 2001.

BRACHT, Alessandro. Jovens na história recente do Brasil. In: **História Unisinos**. Vol. 10, n. 2, maio/agosto de 2006, p. 163-172.

CANGAS, Yanko Gonzáles. Óxido de lugar: ruralidades, juventudes e identidades. **Nômadias**. N. 20, abril de 2004, p. 194-209.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Disponível em <www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=268>. Acesso em: 8 jun. 2009.

CARVALHO, Alexis de. Coletando com Margareth Mead no Pacífico Sul. In: **Episteme**, Porto Alegre, n. 20, suplemento especial, janeiro de 2005, p. 81-91.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. In: **Revista latinoamericana de ciencias sociales. Niñez y Juventud**. Vol. 7, n. 1, 2009, p. 179-208.

COSTA, Wander Torres e DOULA, Sheila Maria. Jovens visões do passado: representações e participação juvenil em processos de preservação patrimonial. **II Seminário Internacional sobre Cultura, imaginário e memória da América Latina**

– **Imaginários juvenis latinoamericanos: participação, cultura e sociabilidade.** Curitiba-UFPR, 2009. (CD-ROM)

DILLO, Wilson L. MARGARETH MEAD. In: **Perspectivas: Revista Trimestral de Educación Comparada.** Paris, Vol. 31, n. 3, setembro de 2001, p. 501-507.

DOULA, Sheila Maria; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; COSTA, Wander Torres; SANTOS, Alexandra. A extensão rural brasileira pós paradigma do desenvolvimento agrário. **Seminário La extensión rural en la región sur: diálogo de saberes.** Instituto interamericano de cooperación agrícola. Buenos Aires, noviembre de 2009. (CD-ROM)

FEIXA, Carles. Generación @: La juventud en la era digital. **Nômadass.** Bogotá. n. 13. Octubre de 2000, p.76-91

_____. Carles. Generación XX. Teorias sobre la juventud en la era contemporânea. In: **Revista Latinoamericana de ciencias sociales, Niñez e Juventud.** Vol 4, n. 2, 2006.

MAFFEOLI, Michel. Nomadismo Juvenil. In: **Nômadass.** Bogotá. n. 13, octubre de 2000.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. In: **REIS – Revista española de investigaciones sociológicas,** n. 62, abr/jun 1993, pp 193-242.

MARTINS, José C. de Oliveira. **Patrimônio cultural e identidade: Significado e sentido do lugar turístico.** Disponível em <www.proximodestino.tur.br> Acesso em 02 set. 2007.

NORA, Pierre. **Las mareas de la memoria.** Disponível em <<http://www.project-syndicate.org/commentaries/>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

6.4 – Documentos

DOSSIÊ DA RESTAURAÇÃO. Paróquia São Sebastião, Pedra do Anta-MG, 2006.

LIVRO DE ATAS. Conselho Paroquial de Pastoral, Pedra do Anta-MG. 50 fls.

LIVRO DE TOMBO I. Paróquia São Sebastião, Pedra do Anta-MG. Volume I, 1922, 50 fls.

LIVRO DE TOMBO II. Paróquia São Sebastião, Pedra do Anta-MG. Volume II, 1951, 100 fls

LIVRO DE TOMBO III. Paróquia São Sebastião, Pedra do Anta-MG. Volume II, 2002, 100 fls.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR. Grupo de Trabalho Ater. “**Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)**”: Versão Final: 25/05/2004”.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Plano Mundial de Ação para a Juventude**. Resolução n. 51/81 de 13 de março de 1995. Disponível em <www.un.org/youth>. Acesso em 09 jun. 2009.

_____. **Plano de Ação de Braga**. Disponível em <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N98/269/99/PDF/N9826999.pdf?OpenElement>> Acesso em 15 jun. 2010.

_____. **Informe sobre Juventude Mundial 2005**. Disponível em <<http://www.un.org/esa/socdev/unyin/documents/wyr05book.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2010.

PRESERVANDO O AMANHÃ. Projeto enviado ao FEC. Paróquia São Sebastião, 2007, 20p. (mimeo).

PROJETO FUNDO ESTADUAL DE CULTURA. Paróquia São Sebastião. Pedra do Anta, 2006, 19p. (mimeo).

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Guia de Políticas Públicas de Juventude**. Brasília, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA; DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL **Programa de Mestrado em Extensão Rural**. Viçosa:, 2009. Disponível em: <http://www.ufv.br/der/ext_rural/index.htm> . Acesso em: 25 mai. 2009.

6.5 – Dissertações e Teses

CANGAS, Yanko Gonzáles. **Óxidos de Identidad. Memória Y Juventud Rural en el sur de Chile (1935-2003)**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social e Cultural) Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2004.

SLAIBI, Taís Helena de Almeida. **Área de Proteção Ambiental da Serra da Piedade: um estudo sobre patrimônio histórico-ambiental e participação social em Visconde do Rio Branco-MG**. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG: UFV, 2005.

7- ANEXOS

A – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS COM OS JOVENS QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA MATRIZ

Nome: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Grau de escolaridade: _____ Zona: _____

Bloco I – O processo

- 1 – Como se deu sua participação no processo de restauração da igreja?
- 2 – Cite as motivações que o levaram a participar do processo. (Por quê?)
- 3 – Essas motivações foram satisfeitas durante o processo?
- 4 – O que pesou mais para sua participação no processo: participar do grupo de jovens ou interesse pela restauração da igreja?
- 5 – Se o proponente do projeto fosse outra pessoa ou outra instituição você teria participado? Por quê?
- 6 – O que funcionou e o que não funcionou no processo?
- 7 – Cite pessoas e/ou instituições que foram importantes no processo?
- 8 – Houve algum conflito durante o processo?
- 9 – O que aprendeu com o processo?
- 10 – Depois desse projeto você participou de outros projetos culturais? Quais?
- 11 – Quais foram os outros atores sociais (pessoas/instituições) que participaram do processo?
- 12 – Essa primeira experiência de preservação de patrimônio teve continuidade na cidade?
- 13 – Você participou de outras experiências semelhantes de preservação em outros lugares?
- 14 – Essas outras experiências contaram com a participação dos jovens?

Bloco II - Patrimônio

15 – O que você entende por patrimônio?

16 – Além de sua participação no processo de que outros meios você recebeu ou recebe informações sobre patrimônio? (Televisão, rádio, internet, livro, escola, igrejas, ONG`s, governo – municipal, estadual, federal –, grupos de amigos, etc.)

17 – O que você acha importante guardar da história do seu município?

18 – Quem você acha que deveria ser o responsável em preservar o patrimônio de sua cidade?

19 – Na sua opinião quem depreda o patrimônio da cidade?

20 – Que patrimônio você sabe que Pedra do Anta perdeu?

21 – Identifique um lugar que representa a identidade de Pedra do Anta.

22 – Identifique uma manifestação cultural que representa Pedra do Anta.

23 – O que você mostraria de Pedra do Anta para um turista?

24 – Que outros bens você gostaria de ver restaurados em Pedra do Anta? Por quê?

25 – Que outros bens você gostaria de ver preservados em Pedra do Anta? Por quê?

26 – Você gostaria de trabalhar em alguma iniciativa de preservação do patrimônio?

Bloco III - Família

27 – Como você tem conhecimento da história da sua família e dos seus antepassados?

28 – Você se interessa pela história da sua família?

29 – A sua família tem costume de se reunir para recordar o passado?

30 – Nesses momentos, como você se comporta?

31 – O que você recebeu dos familiares (seja um bem material ou imaterial) e pretende manter por toda a vida?

32 – O que você recebeu da sua família (seja um bem material ou imaterial) e não pretende manter?

33 – Quais seriam os principais motivos de conflitos entre jovens e velhos?

34 – Você vivencia esses conflitos? Onde?

35 – Que comparações você faz entre a juventude de seus pais e avós e a sua?

36 – Você conhece a história de sua cidade? Se sim, como ficou sabendo dessa história?

37 – Como você preferiria saber sobre a história de sua cidade: através do relato de pessoas antigas, exibição de um filme ou através de site/blog na internet? Por quê?

Bloco IV – Memória/tempo

38 – Da história da cidade, o que é mais marcante para você: um lugar, um grupo de pessoas ou um acontecimento? Qual?

39 – Na sua relação com a cidade o que é mais marcante: um lugar, um grupo de pessoas ou um acontecimento? Qual?

40 – Se você tivesse que resumir a história de sua cidade para alguém, o que seria mais marcante?

41 – Como você gasta o seu tempo ao longo de um dia?

ATIVIDADES	TEMPO GASTO
Estudo (escola e casa)	
TV	
Conversa com os amigos (pessoalmente)	
Conversa com os amigos (telefone)	
Computador	
Esportes	
Trabalho (dentro e fora de casa)	
Namoro	
Outros	
Lazer – hora/semana	

42 – Essa sua forma de gastar o tempo gera conflito com os adultos?

43 – Numa escala de prioridades, o que em sua vida pode esperar e o que tem que ser “pra ontem”?

44 – O que é ser jovem para você?

B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PREFEITA EM EXERCÍCIO DURANTE O PROCESSO DE RESTAURAÇÃO

- 1 - Descrever a atuação no processo de restauração
- 2 - Motivações pessoais e/ou institucionais
- 3 - Dificuldades no processo
- 4 - Envolvimento da população da cidade no processo
- 5 - Captação de recursos financeiros
- 6 - Relacionamento entre as instituições participantes do processo
- 7 - Desdobramentos do processo
- 8 - Avaliação de expectativas e resultados
- 9 - Políticas públicas municipais de preservação patrimonial existentes na época do processo.
- 10 - Problemas enfrentados pelos municípios de características rurais para a preservação de seu patrimônio cultural?
- 11 - Destinação dos recursos do ICMS Cultural no ano de 2008

AUTORIZAÇÃO

Os abaixo-assinados, jovens participantes da pesquisa *Para além da tinta e da madeira: a mediação social com a juventude através das políticas públicas de patrimônio em uma cidade rural* do estudante Wander Torres Costa, mestrando em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, e da professora Dra. Sheila Maria Doula, orientadora, autorizam o uso das imagens, fotografias e entrevistas realizadas para a divulgação dos resultados da referida pesquisa.

Viçosa, 15 de junho de 2010.

Geice Jônês Bertolino

Rita de Cássio Bertolino

Samuel Augusto Lopes Barbosa

Carla Alexandre

Emília Pomey Pinto Vieira

Olivia de Cássia Moraes Negreira

Elida Cupertino Louca

Fabio R. da Silva Nascimento

Luciana Kelly Gomes Gomes

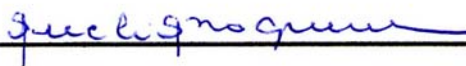
Juliana Martins Medina

Thamires Lopes Barbosa

AUTORIZAÇÃO

Eu, Sueli Sampaio Nogueira, autorizo o uso das informações contidas na entrevista realizada por Wander Torres costa, mestrando em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa para a pesquisa *Para além da tinta e da madeira: a mediação social com a juventude através das políticas de preservação patrimonial em uma cidade rural*, orientada pela professora Dra. Sheila Maria Doula.

Viçosa, 15 de junho de 2010.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA

LEI Nº 600/2006

“Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Pedra do Anta”.

A Câmara Municipal de Pedra do Anta, Estado de Minas Gerais, aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Pedra do Anta, como o órgão de assessoramento ao Prefeito no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural será composto de 07 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes.

Art. 3º - Os membros do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural serão designados pelo Prefeito através de decreto, para o mandato de dois anos, com representação de membros do poder público e de entidades e instituições representativas da sociedade civil do Município.

§ 1º - Na composição do Conselho haverá, sempre, um representante da Secretaria de Administração, ao qual caberá a respectiva presidência.

§ 2º - O mandato dos membros efetivos e suplentes do Conselho somente poderá ser renovado por um período.

Art. 4º - Compete ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural:

I - propor as bases da política de preservação dos bens culturais do Município;

II - exarar parecer prévio, do qual dependerão os atos de tombamento e cancelamento do tombamento;

III - fixar diretrizes, relacionando-as com o interesse público de preservação cultural quanto:

a - à demolição, no caso de ruína iminente, modificação, transformação, restauração, pintura ou remoção de bem tombado pelo Município;

b - à expedição ou renovação, pelo órgão competente, de licença para obra, afixação de anúncios, cartazes ou letreiros, ou para instalação de atividade comercial ou industrial em imóvel tombado pelo Município;

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA

c - à concessão de licença para obras em imóveis situados nas proximidades de bem tombado pelo Município e à aprovação, modificação ou revogação de projetos urbanísticos, inclusive os de loteamento, desde que, umas ou outras, possam repercutir de alguma forma na segurança, na integridade estética, na ambiência ou na visibilidade de bem tombado, assim como em sua inserção no conjunto panorâmico ou urbanístico circunjacente;

d - à prática de qualquer ato que de alguma forma altere a aparência do bem tombado pelo Município.

IV – Receber e examinar propostas de proteção a bens culturais encaminhadas por associações de moradores e entidades representativas da sociedade civil do Município;

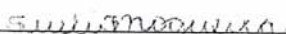
V – Analisar o estudo prévio de impacto de vizinhança, de acordo com a lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do patrimônio cultural;

VI – Permitir o acesso a qualquer interessado aos documentos relativos aos processos de tombamento e dos estudos prévios de impacto de vizinhança.

Art. 5º - As deliberações do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural serão tomadas por no mínimo quatro votos ou maioria dos membros presentes, com exceção do cancelamento de tombamento, que somente será aprovado por unanimidade e com o quorum mínimo de seis conselheiros titulares.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pedra do Anta-MG, 28 de novembro de 2006.



Sueli Sampaio Nogueira
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, nº 1111, telefone 31 3896-1130, CEP: 36585.000 – MG
E-mail: pmpaadm@homenet.com.br

LEI Nº 612/2007

“Altera § 1º do art. 3º da Lei nº 600/2006”

A Câmara Municipal de Pedra do Anta, Estado de Minas, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 1º do Art. 3º da Lei nº 600/2006, que “Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do Município de Pedra do Anta”, passa a ter a seguinte redação:

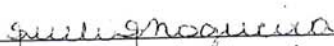
“Art.3º”.

“§ 1º - Na composição do Conselho haverá, sempre, um representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, ao qual caberá a respectiva presidência.”

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pedra do Anta, 27 de março de 2007.



Sueli Sampaio Nogueira
Prefeita Municipal

Aprovada pela Câmara Municipal em 26/03/2007 – Projeto de Lei nº 07/2007



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA/MG

Rua Major José Luiz da Silva Viana, nº 1111, telefone 31 3895-1130, CEP.:36585.000 – MG
E-MAIL: pmppadm@homenet.com.br

DECRETO Nº 036/2007

"Altera Decreto nº 02/2007, que Designa Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Pedra do Anta – MG"

A Prefeita Municipal de Pedra do Anta, Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, e de conformidade com a Lei nº 600, de 28 de novembro de 2006, alterada pela Lei Municipal nº 612/2007;

Considerando a necessidade de se proceder a nomeação dos membros Efetivos e Suplentes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Pedra do Anta, instituído pela Lei nº 600/2006, alterada pela Lei Municipal nº 612/2007

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados os seguintes Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Pedra do Anta – MG:

MEMBROS EFETIVOS:

- 1 – Mônica Aparecida de Oliveira, representante da Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esporte, lazer e Turismo;
- 2 – Wander Torres Costa;
- 3 – Imaculada da Conceição Amarante Schettini
- 4 – Marilourdes Vieira de Alcântara Gomes;
- 5 – Maria José Schettini Frade;
- 6 – José Jorge Pacheco;
- 7 – Andréa Mirtes Medina Milagres.

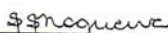
MEMBROS SUPLENTES:

- 1 – Alessandra Aparecida de Assis Viana;
- 2 – Imaculada da Conceição Saraiva;
- 3 – Mirian Vieira de Alcântara Rodrigues;
- 4 – Antonio Amarante Filho;
- 5 – Bárbara Souza Lima Antonucci Pacheco;
- 6 – Marcos Antônio Lima Viana,
- 7 – Conceição Marina Martins.

Art. 2º - A Presidência do Conselho será exercida pelo Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, lazer e Turismo, nos termos do disposto no Art. 4º, § 2º da Lei nº 600/2006, com a redação dada pela Lei nº 612/2007.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Pedra do Anta – MG, 02 de abril de 2007.


Sueli Sampaio Nogueira
Prefeita Municipal